

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISABELE VILAS BOAS

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM MITO OU REALIDADE NO GOVERNO DE JAIR
BOLSONARO E NO TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA**

**Santana do Livramento
2024**

ISABELE VILAS BOAS

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM MITO OU REALIDADE NO GOVERNO DE JAIR
BOLSONARO E NO TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Letícia Britto dos Santos

De Acordo

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

B662m Boas, Isabele Vilas

Mudanças Climáticas: um mito ou realidade no governo de
Jair Bolsonaro e no terceiro mandato do governo de Luiz Inácio
Lula da Silva / Isabele Vilas Boas.

103 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2024.

"Orientação: Leticia Britto dos Santos".

1. Política Externa. 2. Bolsonaro. 3. Lula. 4. Meio
Ambiente. 5. Mudanças Climáticas. I. Título.

ISABELE VILAS BOAS

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM MITO OU REALIDADE NO GOVERNO DE JAIR
BOLSONARO E NO TERCEIRO MANDATO DO GOVERNO DE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/11/2024

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Leticia Britto dos Santos
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Balardim
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Schmidt
(UNIPAMPA)

“Aquilo que nos inspira para o nosso maior bem também é a causa do nosso maior mal.”

(Viktor - Arcane, 2024)

Dedico este trabalho para a maior inspiração da minha vida, minha mãe, Cláudia Maria Baptista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele eu não seria nada e também não estaria aqui. A Nossa Senhora que intercedeu por mim diversas vezes durante a minha jornada, e ao filho de Deus que também esteve presente em minhas orações durante todo o período do curso.

Agradeço profundamente a minha família por ter estado ao meu lado em todas as minhas escolhas. A minha mãe, Cláudia, pela demonstração de seu amor incondicional, além de ser o meu maior exemplo de vida e a sempre me incentivar, em todos os momentos de minha vida e a compreender e me apoiar em todos os períodos de desafios. A minha avó materna, Cleide, por me mostrar que eu tinha que escolher caminhos que me levassem à felicidade, independentemente do que as demais pessoas pensassem. A minha tia, Débora, que ao decorrer de minha jornada tornou-se uma segunda mãe, que também esteve presente em todos os momentos de minha vida e sem ela, eu não seria um terço da pessoa que sou hoje. Ao meu tio e prima, José Luiz e Ana Luiza, que sempre demonstram carinho e afeto a mim. Aos meus tios e primo, Antônio, Gláucia e Pedro Henrique, que tornaram-se um dos pilares de suporte mais importantes da minha existência, sempre me incentivando e demonstrando carinho e apoio incondicional.

Ao meu pai, Leandro, por sempre me motivar a dar o meu melhor e que sem ele eu não teria chegado aqui. A minha avó paterna Irene, minha tia Cristiane e meu primo Davi, que se mostraram presentes em todo o momento, dando o apoio e suporte necessário para que eu pudesse alcançar aquilo que eu desejava.

Agradeço profundamente a Universidade do Pampa, por ter me dado a oportunidade de adquirir conhecimentos e experiências incríveis. A minha Orientadora, Letícia Britto, por sua paciência, carinho e dedicação com meus estudos e trabalhos. A todos os meus professores, que me fizeram tornar a pessoa que sou hoje, capaz de compreender que não existe somente uma verdade no mundo.

Aos meus amigos, Bruno, Giovana, Gabrielle, Isadora, Maria Rita e Paola, que se tornaram parte de minha vida. Agradeço a vocês pelo carinho, suporte e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo. Vocês se tornaram sinônimos que carregarei comigo ao longo de minha vida.

Serei eternamente grata a todos, pelo carinho, atenção, dedicação e compaixão. Amo vocês!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral entender como a troca do governo do presidente Bolsonaro para o terceiro mandato de governo do presidente Lula III influenciou a Política Externa Brasileira, pretendendo verificar especialmente as tomadas de decisões relacionadas às questões ambientais e climáticas. Para abordar esta temática será exposto um breve histórico sobre os estudos científicos relacionados às mudanças climáticas e evolução ao longo dos anos também serão descritas as conferências que ocorreram voltadas para a mitigação das mudanças climáticas e preservação do meio ambiente. Além disso, serão descritas as principais escolhas de cada presidente para em relação à Política Externa no que diz respeito às questões climáticas e ambientais. O tema é delimitado a partir da eleição de Bolsonaro (2018) até o segundo ano do terceiro mandato de Lula (2024), e será abordado a partir de uma análise comparando os dois governos, a fim de compreender quais foram os caminhos escolhidos e as tendências seguidas. Por fim, serão levantadas as consequências das ações dos governos durante este período.

Palavras-Chave: Política Externa; Bolsonaro; Lula; Meio Ambiente; Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

The general objective of this work is to understand how the change from President Bolsonaro's government to President Lula III's third term of government influenced Brazilian Foreign Policy, intending to verify especially decision-making related to environmental and climate issues. To address this topic, a brief history of scientific studies related to climate change and evolution over the years will also be described. Conferences that took place aimed at mitigating climate change and preserving the environment will also be described. In addition, each president's main choices regarding Foreign Policy with regard to climate and environmental issues will be described. The topic is delimited from Bolsonaro's election (2018) to the second year of Lula's third term (2024), and will be approached based on an analysis comparing the two governments, in order to understand which paths were chosen and the trends followed. Finally, the consequences of government actions during this period will be raised.

Keywords: Foreign Policy; Bolsonaro; Lula; Environment; Climate Change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Eco 92	25
Figura 2: Bolsonaro com a Caixa da Cloroquina.....	49
Figura 3: Bolsonaro é ignorado ao mostrar cloroquina para Ema, animal residente nos jardins do Palácio do Planalto.....	49
Figura 4: Lula dá boas vindas às novas nações e exalta nova ordem do BRIC.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das Conferências das Partes (COPs)	26
------------------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desmatamento das Terras Indígenas.....	54
----------------------------------------------------------	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

CER - Reduções Certificadas de Emissões

COP - Conferência das Partes

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento

CQNUMC - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

FAR - Primeiro Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas

GCF - Fundo Verde do Clima

GEE - Gases de Efeito Estufa

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

APE - Análise de Política Externa

PE - Política Externa

PEB - Política Externa Brasileira

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

ONU - Organização das Nações Unidas

UNFCCC - Comitê Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

RIMC - Regime Internacional de Mudanças Climáticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS.....	19
2.1 As Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente	19
2.2 O Regime Internacional de Mudanças Climáticas (RIMC)	25
2.2.1 Conferência das Partes, Berlim - Alemanha, 1995.....	28
2.2.2 Conferência das Partes, Kyoto - Japão, 1997.....	29
2.2.3 Conferência das Partes, Haia - Países Baixos, 2002.....	30
2.2.4 Conferência das Partes, Copenhague - Dinamarca, 2009.....	31
2.2.5 Conferência das Partes, Cancún - México, 2010.....	31
2.2.6 Conferência das Partes, Paris - França, 2015.....	32
2.2.7 Conferência das Partes, Glasgow - Reino Unido, 2021.....	33
2.2.8 Conferência das partes, Sharm el-Sheikh - Egito, 2022.....	34
2.2.9 Conferência das Partes, Dubai - Emirados Árabes 2023.....	35
3 POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS BOLSONARO (2019 A 2022) E TERCEIRO MANDATO DE LULA (2023-2024).....	38
3.1 Introdução a Política Externa e a Análise de Política Externa.....	38
3.1.1 O que é Análise de Política Externa.....	39
3.1.2 O que é a Política Externa Brasileira.....	40
3.2 A Política Externa Brasileira durante o Governo Bolsonaro (2019 a 2022).....	44
3.2.1 Alinhamento com os Estados Unidos e o Eixo Conservador.....	45
3.3.2 O Impacto da COVID-19 e as tensões com a China durante os anos de 2020-2021.....	47
3.3.3 Relações com a América Latina, o Isolamento Internacional e Perda do Protagonismo...51	51
3.3 A Política Externa Brasileira durante o Terceiro Mandato de Lula (2023 e 2024).....	56
3.3.1 Retomada do Multilateralismo, Reintegração Regional e Diplomacia Sul-Sul.....	57
3.3.2 BRICS.....	59
3.3.3 Relações com a China.....	61
3.3.4 Estados Unidos? Europa? Direitos Humanos?.....	62
4. O CONFRONTO ENTRE AS DIFERENTES POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO DE GOVERNO.....	67
4.1 Diplomacia Ambiental.....	67
4.1.1 Diplomacia Ambiental Brasileira.....	68

4.2 A irresponsabilidade ambiental de um Governo.....	69
4.3 Uma solução para o Caos?.....	74
4.4 O que esperar do Brasil durante a COP 29, e sobre sua liderança durante a COP 30.....	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83

1. INTRODUÇÃO

A diplomacia ambiental brasileira lida a todo momento com uma série de desafios relacionados às mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade. Um dos problemas enfrentados é o desmatamento da Amazônia, que além de gerar impactos no Brasil, é também uma das maiores preocupações mundiais. Além disso, o país assumiu o compromisso de proteger sua biodiversidade, dado a variedade de ecossistemas e de espécies existentes no Brasil e para tanto precisam ser desenvolvidas estratégias. Outro desafio é cumprir as metas estabelecidas no Tratado de Paris.

Durante o Governo Bolsonaro (2019-2022) foi observado um aumento do desmatamento em diversos lugares do território brasileiro, principalmente o da floresta amazônica (InfoAmazonia, 2019-2022). Além disso, as políticas adotadas e o relaxamento sobre os casos que foram identificados de desmatamento e exploração ilegal na Amazônia, fez com que houvesse um grande aumento na exploração dos recursos naturais, e maior agressão ao meio ambiente. “O governo do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, foi duramente criticado por encorajar mais desmatamento, que atingiu o maior nível em 12 anos, enquanto os incêndios atingiram seu nível mais alto desde junho de 2007” (The Guardian, 2021 - tradução nossa)¹. Estas ações geraram uma série de críticas na comunidade internacional, afetando por conseguinte as relações diplomáticas entre o Brasil e diversos Estados e Organizações Internacionais.

De certa maneira, há um conflito de interesses nacionais entre aqueles que ganham com a exploração do solo, seja por meio da agricultura, mineração ou desenvolvimento urbano e aqueles que desejam buscar a conservação ambiental. Logo, é um grande desafio para o governo brasileiro conciliar os desejos das diferentes áreas. Muitas vezes, para que o tomador de decisão adote uma escolha equilibrada, é necessária uma abordagem que leve em consideração quais impactos os projetos e políticas irão causar, considerando os aspectos econômicos, sociais ou ambientais a curto e a longo prazo.

Consequentemente, a credibilidade mundial brasileira em relação às questões ambientais pode ser ameaçada por conta das decisões que comprometem a preservação ambiental como por exemplo o relaxamento das leis ambientais, a falta de apoio e/ou o enfraquecimento das agências fiscalizadoras assim como a adoção de uma oratória

¹ The government of Brazil's president, Jair Bolsonaro, has been harshly criticised for encouraging more deforestation, which has surged to a 12-year high, while fires hit their highest level in June since 2007 (The Guardian, 2021).

negacionista em relação ao desmatamento, como pode ser visto em uma fala do ex-presidente Bolsonaro transmitida pela TV Brasil, no qual diz “ Estamos ultimando uma viagem Manaus - Boa Vista, onde convidamos diplomatas de outros países, para mostrar naquela curta viagem de uma hora e meia que não verão em nossa floresta Amazônica nada queimando ou se quer um hectare de selva devastado” (G1, 2021).

Por outro lado, em menos de dois anos do terceiro mandato do Presidente Lula (2023-2026), já foi possível visualizar a implementação de medidas que são vitais para a preservação dos biomas, como por exemplo a reativação do Fundo Amazônia, medidas adotadas para combater o desmatamento, prazo para a criação da Autoridade Climática. Ainda não foi possível reduzir de maneira significativa o desmatamento da Amazônia, e, em contraste com outro bioma, é visto que o Cerrado está batendo recordes em relação à devastação vegetal (Braun, 2023). Entretanto, para que o atual governo possa cumprir com a diminuição do desflorestamento, outras medidas serão necessárias para além das que tem como objetivo reverter todo o desmonte ambiental deixado pelo antecessor. As ações precisam apontar para o futuro gerenciamento das questões ambientais do Brasil de maneira mais planejada.

Logo, os especialistas em meio ambiente, como Cristina Lopes, Joana Chiavari e João Mourão (2021) falam que para que mudanças sejam observadas nos próximos anos, serão necessárias políticas mais definidas para as questões ambientais, assim como leis mais rigorosas e mais fiscalização. Outra questão que deverá ser reavaliada pelo atual governo são as concessões dadas ao agronegócio no mandato anterior, como as facilidades tributárias (Barreto, 2023) e a liberação de 652 agrotóxicos em 2022 (Campos, 2023).

A Conferência das Partes (COP) é uma série de encontros anuais, organizados pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), a qual foi adotada durante a Cúpula Terra realizada no Rio de Janeiro em 1992. Além disso, a UNFCCC é um tratado internacional, cujo principal objetivo é a diminuição (ou estabilização) dos gases de efeito estufa na atmosfera, a fim de que atinjam certos níveis de concentração que não causem riscos ao sistema climático (UNFCCC, 1992).

A primeira COP ocorreu em 1995 em Berlim. A partir deste momento, anualmente foram realizados encontros para o debate da situação climática. Entre as mais de 28 COPs que já aconteceram, algumas possuem um papel mais significativo para as questões ambientais. A COP 3 realizada em 1997 no Japão, teve como resultado a criação do Protocolo de Quioto. Este foi o primeiro tratado internacional sobre o tema climático, que tinha como principal meta a diminuição da emissão dos gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. Além dessa, a COP 21, realizada em 2015 na França, originou o Tratado de Paris, que prevê um quadro de

metas climáticas para o pós-2020, e teve como principal objetivo limitar o aumento da temperatura para menos de 2°C por todos os países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Dando continuidade, a COP 24 realizada , em 2019 na Polônia, finalizou as regras para a implementação do Tratado de Paris (Andrade, 2018).

Durante a COP 28, realizada em 2023, a participação brasileira foi muito elogiada, uma vez que, “tanto o Parlamento, quanto o governo levaram boas notícias e exemplos para o mundo sobre preservação ambiental e iniciativas rumo à descarbonização - cortes nas emissões de carbono” (Groba; Paula, 2023). Prever a postura brasileira nas próximas COPs em relação às mudanças climáticas pode ser algo desafiador, pois depende de fatores políticos, sociais e econômicos. Assim, as mudanças de governo influenciam a postura brasileira a respeito das mudanças climáticas (Gonçalves; Pinheiro, 2020). O governo atual adota uma política de fortalecimento do multilateralismo ("boa vizinhança") , algo que não foi visto durante o mandato do ex-presidente Bolsonaro. Logo, o Brasil tem utilizado de diálogos e maior cooperação com demais países e atores a fim de projetar seus interesses e objetivos ambientais e climáticos. Tendo em vista que a COP 30 será realizada no Brasil em 2025, é esperado que o governo brasileiro adote um protagonismo de forma que contribua positivamente com novas políticas que garantam um bom encaminhamento das questões ambientais mundiais e que sejam passíveis de serem executadas internamente.

Além disso, durante o primeiro capítulo, será abordado as origens das Conferências das Partes, como também os indícios de que o clima estava sendo alterado. Já durante o segundo capítulo, será visto a política externa do governo Bolsonaro e Lula III, além de seus principais pontos relacionados à biodiversidade. Por fim, o último capítulo irá trazer a diplomacia ambiental dos dois presidentes, e de qual maneira foi adotada as políticas para o clima e meio ambiente.

A partir disso, o trabalho pretende responder a seguinte questão: Qual é a influência da transição dos governos de Jair Bolsonaro (2019-2022) para os dois primeiros anos do terceiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2024) na política externa ambiental brasileira relacionada ao Regime Internacional de Mudanças Climáticas. A hipótese a ser testada é que as políticas externas foram influenciadas pela mudança de governo.

Para responder a hipótese será necessário compreender os diferentes métodos adotados por cada presidente, além de suas ideologias. Serão avaliadas influências internas, impacto de fatores externos, assim como a relação com outros governos e participação em diferentes tratados e cooperações. A pesquisa será desenvolvida a partir de uma análise qualitativa, ou seja, não será restrita a um conjunto numérico, além de explicar e descrever suas variáveis

estudadas. Trivinos (1987) compreende a pesquisa qualitativa como uma atividade de investigação, na qual o pesquisador vai poder atingir um certo resultado a partir da sua interpretação da realidade. Além disso, essa investigação é de caráter exploratório, uma vez que busca desenvolver conceitos e ideias, com base na comparação entre dois momentos diferentes. Segundo Lakatos e Marconi (2003) o método comparativo realiza um estudo entre as similaridades e diferenças entre um grupo, ou uma sociedade a fim de comprovar suas semelhanças e compreender suas divergências. Logo, esta metodologia será utilizada durante o capítulo de comparação entre os dois governos abordados.

Ademais, a investigação será feita a partir da coleta de materiais e de dados com embasamento em fontes bibliográficas e eletrônicas, como documentos e discursos oficiais, artigos científicos, notícias e livros.

2. O REGIME INTERNACIONAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS

Este capítulo irá apresentar o contexto pelo qual serão inseridas as discussões sobre as conferências ambientais e a formação do Regime Internacional de Mudanças Climáticas (RIMC). Nele será discorrido o histórico de reuniões e as repercussões mundiais sobre os eventos do clima. Dessa forma, serão explicitadas algumas Conferências das Partes (COPs), como a COP 1, COP 3, COP 6, COP 15, COP 16, COP 21, COP 26, COP 27 e COP 28, abordando os principais pontos, questões, objetivos, metas e resoluções para os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O RIMC e as COPs desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e coordenação global das ações climáticas. À medida que os fenômenos climáticos passam a se intensificar e se tornam mais extremos, a ambição dos países que se mostram preocupados com a crise climática, gera uma maior eficiência para as Conferências, dado que suas decisões poderão guiar para um futuro sustentável.

2.1 As Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente

Nesta seção será apresentado o histórico das principais conferências internacionais sobre o meio ambiente. Tendo em vista que as mudanças climáticas conquistaram um lugar de destaque na agenda internacional a partir da segunda metade do século XX, quando houve a intensificação industrial.

Para resolver o problema do clima é necessário uma ação coletiva, simples fato de uma meta ou propósito ser comum a um grupo significa que ninguém no grupo ficará excluído do proveito ou satisfação proporcionada por sua consecução (OLSON, 1999, p. 27 *apud* Sombra, 2016). Ou seja, não cabe somente um Estado agir em prol da mitigação das mudanças do mesmo. Como esta é uma situação que ultrapassa as fronteiras dos Estados, precisa-se de uma solução que envolva a cooperação de todos os países do globo.

Ademais, o mundo passou a ter consciência dos efeitos negativos da degradação ambiental e que ações concretas precisam ser feitas a fim de preservar e prolongar a existência da natureza e da vida como um todo (Sousa, 2018). Logo, foi necessário a criação de meios para os Estados conversarem entre si e encontrarem soluções para o problema ambiental

Durante os anos de 1800, as sociedades tinham sua lógica centralizada em seu desenvolvimento material, pensamento alimentado pela Revolução Industrial. Em relação às preocupações ambientais, acreditavam que a preservação era algo referente à proteção das espécies ameaçadas. Já no século seguinte, com o aumento dos centros urbanos, os seres humanos passaram a ter maiores preocupações com o meio ambiente, dado que perceberam a falta dos recursos (a falta do verde) em suas grandes cidades, e isto afetava o seu bem estar (Somos Cidade, 2022).

De acordo com Santos (2010), a preocupação com o meio ambiente vem aumentando desde de 1970, a partir do vislumbre no aumento dos fenômenos climáticos, como: aumento de furacões, tufões e ciclones; aumento ou desaparecimento das chuvas; enchentes; aumento do nível dos oceanos; e o derretimentos das geleiras; todos estes podendo ser considerados produtos do chamado aquecimento global, conseguinte ao efeito estufa.

Visto o exposto, a partir dessa problemática há um dos mais complexos e importantes regimes internacionais, que envolve inter-relações entre o meio ambiente, política e economia, sendo conhecido como Regime Internacional de Mudanças Climáticas (RIMC).

Neste sentido, foi realizada a Conferência de Estocolmo, em 1972, sobre os olhares da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo esta considerada uma das primeiras respostas para as pressões públicas sobre as mudanças ambientais. Durante esta reunião, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Tal Iniciativa Internacional contou com a participação de organizações governamentais e não governamentais e de 113 países. Essa conferência, também foi a responsável por apresentar a importância de assuntos relacionados com a mudança climática, além de que a mesma também alertou sobre o problema da camada de ozônio (PASSOS, 2009).

A partir de então, foi visto um aumento no número de Estados, Organizações Internacionais e Organizações Não Governamentais em questões relacionadas ao meio ambiente. Conforme era visto a ampliação da instabilidade ambiental, em conjunto com a aparição de fenômenos não registrados antes, as opiniões e pressões públicas ganhavam cada vez mais voz. Logo, a comunidade internacional percebeu a necessidade de que houvesse uma conversa mais aprofundada e diplomática, tanto com as questões ambientais, quanto apresentar para população os resultados propostos e os adquiridos (Lago, 2013).

A partir do início da década de 1980, “a questão ambiental foi se tornando relevante, e adquire prioridade nas conferências, discussões e negociações internacionais, ao lado de

temas canônicos como a Segurança e a Economia” (VIOLA; LEIS, 2001 *apud* SANTOS, Leticia, 2010).

Neste contexto, em 1988, na esfera do PNUMA é criado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)², o qual reúne cientistas e pesquisadores de todo o mundo, para estudar, coletar dados e avaliar as mudanças climáticas. A partir destas análises e pesquisas são elaborados relatórios específicos para os fenômenos do clima. Tais pareceres são grandes incentivadores das discussões no âmbito internacional, uma vez que possuem uma ampla importância científica e política (MCTI, 2022).

Em 1990, o IPCC lançou seu *First Assessment Report* (FAR), no qual consistiu em três partes principais: a primeira, tratou de revisar as evidências científicas sobre as mudanças climáticas e os processos físicos observados; abordou também a composição da atmosfera, radiação, modelagem climática e como o acúmulo do gás dióxido de carbono estava ligado ao aquecimento terrestre. Em sua segunda parte, avaliou os possíveis impactos que as mudanças do clima poderiam causar ao meio ambiente e à vida humana, incluindo análises que demonstraram o que os efeitos climáticos causavam na agricultura, hidrovias, ecossistemas e sobre os seres vivos. No terceiro segmento, houve um foco em estratégias de mitigação e de adaptação aos eventos, além da discussão sobre as políticas e medidas que deveriam ser aplicadas a fim de reduzir a emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE), propondo também a necessidade da cooperação internacional (IPCC, 1992).

Logo, o FAR do IPCC de 1990 é um marco para a história do Regime Internacional de Mudança Climáticas, dado que seus relatórios serviram como uma primeira base importante para a criação e formulação de políticas, medidas e ações climáticas a nível global.

Desse modo, uma das conferências que mais chamou a atenção foi a Conferência do Rio em 1992, que obteve o maior número de participantes até aquele momento. Este evento foi organizado pelas Nações Unidas e reuniu líderes políticos, diplomatas, cientistas, representantes da mídia e organizações não governamentais (ONGs) de 179 países [...] (United Nations, 1992 - tradução nossa)³. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) foi convocada, dado que

² Intergovernmental Panel on Climate Change, criação e histórico disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/history/>.

³ [...]brought together political leaders, diplomats, scientists, representatives of the media and non-governmental organizations (NGOs) from 179 countries [...]. UNITED NATIONS, United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992.

a Conferência deverá elaborar estratégias e medidas para parar e reverter os efeitos da degradação ambiental no contexto do aumento dos esforços nacionais e internacionais para promover o desenvolvimento sustentável e ambientalmente apropriado em todos os países (United Nations, 1989, p. 152 - tradução nossa)⁴.

A reunião em Estocolmo que trouxe a questão do meio ambiente, mostrou que após 20 anos, tornou-se consideravelmente importante na agenda internacional, uma vez que justificou o deslocamento de vários Chefes de Estado e de Governo para uma reunião no Rio de Janeiro, no Brasil (Lago, 2006).

De acordo com Lago (2006), uma diferença da conferência da Rio 92 em relação a de 1972 foi a realização de um encontro em um país em desenvolvimento, ou seja, isto demonstrou que o tema em questão não era somente um problema relacionado aos países desenvolvidos e, sim, uma questão que envolve toda a comunidade internacional. Porém, os países desenvolvidos e os em desenvolvimento possuíam objetivos relativamente diferentes, não em relação às mudanças, mas sim em contraste com as transformações no cenário global.

A partir do início da década de 1980, “a questão ambiental foi se tornando relevante, e adquire prioridade nas conferências, discussões e negociações internacionais, ao lado de temas canônicos como a Segurança e a Economia” (VIOLA; LEIS, 2001 *apud* SANTOS, Leticia, 2010).

Além disso, a Conferência do Rio foi convocada e preparou-se no contexto do final dos anos 80 e início dos anos 90, juntamente com o fim da Guerra Fria, cuja lógica era um mundo bipolar em quase todas as dimensões das relações entre os Estados. Ademais, durante as duas décadas, entre Estocolmo e Rio de Janeiro, os debates em torno da questão do meio ambiente foram realizados em todos os níveis, sendo eles acadêmico, científico, empresarial, não governamental e governamental (ONU, 2020).

O motivo pelo qual a sustentabilidade recebia cada vez mais a atenção, era a dificuldade encontrada para definir o seu conceito. Logo, após uma publicação do Relatório Brundtland, em 1987, houve uma definição do que seria o desenvolvimento sustentável, que obteve uma ampla aceitação: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (Almino, p. 100 *apud* Lago, 2006). Além disso, se considerarmos que o desenvolvimento sustentável é baseado nos pilares social, ambiental e

⁴The Conference should elaborate strategies and measures to halt and reverse the effects of environmental degradation in the context of increased national and international efforts to promote sustainable and environmentally sound development in all countries.
Id., doc. A/RES/44/228, “United Nations Conference on Environment and Development”.

econômico, as discussões feitas no Rio de Janeiro foram favorecidas, uma vez que essas 3 bases eram prioridades para países desenvolvidos e em desenvolvimento (Terra, 2022).

Durante a Conferência, os principais temas abordados foram divididos em quatro grupos. O primeiro, era concentrado em questões relacionadas à identificação de estratégias regionais e globais, a fim de restabelecer a estabilidade do meio ambiente e impedir a sua deterioração em meio ao desenvolvimento econômico e social. O segundo conjunto possuía objetivos relacionados a associação entre a degradação ambiental e o cenário econômico mundial. O terceiro agrupamento tinha questões de cooperação, troca de informações entre países, educação ambiental e formação de recursos humanos. Já o quarto e último grupo, consistia em abordar as características institucionais pertinentes às efetuações das decisões da reunião (Lago 2006).

Além disso, foram discutidos alguns tópicos de extrema importância como as mudanças climáticas (que embasaram as negociações durante a terceira COP, para o surgimento do Protocolo de Kyoto), preservação do ar e da água, transportes alternativos (como automóveis híbridos, movidos a gasolina e a energia elétrica), turismo ecológico (com o crescimento do ecoturismo há um incentivo para os governos preservar e proteger áreas naturais e culturais) e políticas de reciclagem (adoção de programas de reutilização e redução de lixo que podem ser reaproveitados) (Seno, 2023).

Ademais, outro assunto que entrou em pauta foi em relação a degradação da atmosfera, uma vez que a mesma vinha sofrendo maus tratos há anos. Os fenômenos que mais ameaçavam a sua existência eram o efeito estufa e o desaparecimento da camada de ozônio. Tal revestimento existe com o propósito de absorver grande parte da radiação ultravioleta, a qual afeta tanto o sistema imunológico dos seres humanos e animais, além de enfraquecer a vegetação, podendo representar um indício de diminuição da oferta de alimento (Baby; Balogh; Kaneko; Pedriali; Velasco, 2011).

O Efeito Estufa é um fenômeno natural, responsável pela manutenção da vida humana na Terra. Os gases que causam o efeito estufa têm a capacidade de absorver os raios solares e de distribuí-los em forma de radiação pela atmosfera, assim aquecendo o planeta. Estes são mais conhecidos pelo nome de Gases do Efeito Estufa (GEE). Os componentes químicos mais frequentemente encontrados nesses gases são: Dióxido de Carbono (CO₂), mais conhecido como gás carbônico; Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O) ou gás hilariante (Legnaioli, [s.d.]).

Logo, a fim de minimizar o problema, dos 179 Estados presentes na Rio 92, 154 (mais União Europeia) assinaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças

Climáticas (CQNUMC) (Lago, 2006). Esta adesão previa que os Estados deveriam realizar um balanceamento das emissões de gases que causam o efeito estufa a fim de aplicar mudanças para que houvesse um controle do aquecimento global. Dessa forma, o regime possuía como objetivo central a aliança entre os Estados a fim de diminuir os níveis de emissão do GEE.

O objetivo final da Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável (UNFCCC, 1992 - tradução nossa)⁵.

Segunda a Convenção sobre Mudança do Clima (1992)⁶, alguns princípios tiveram que ser adotados com o objetivo de que implementar e orientar as partes assinantes:

As Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns [...] as Partes países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos.

Devem ser levadas em plena consideração as necessidades específicas e circunstâncias especiais das Partes países em desenvolvimento, em especial aqueles particularmente mais vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima[...] .

As Partes devem adotar medidas de precaução para prevenir, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar seus efeitos negativos[...].

As Partes têm o direito ao desenvolvimento sustentável e devem promovê-lo. As políticas e medidas para proteger o sistema climático [...] devem ser adequadas às condições específicas de cada Parte e devem ser integradas aos programas nacionais de desenvolvimento [...].

As Partes devem cooperar para promover um sistema econômico internacional favorável e aberto conducente ao crescimento e ao desenvolvimento econômico sustentável de todas as Partes, em especial das Partes países em desenvolvimento[...] (Cetesb, 2018).

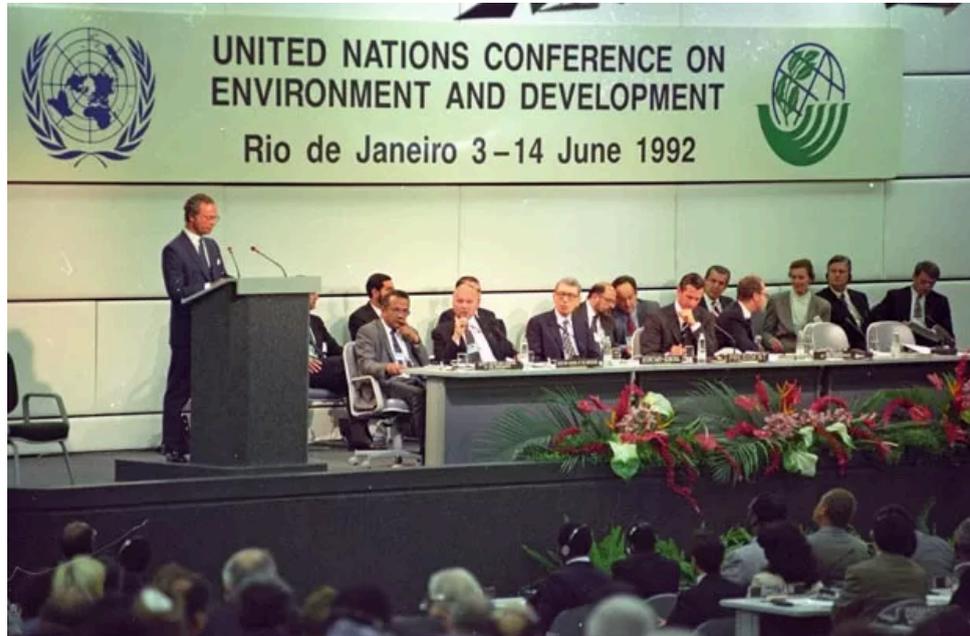
Logo, a Rio 92 representou um momento de conscientização e de compromisso internacional, com o meio ambiente e com o clima. Foi, uma das primeiras definições de

⁵ The ultimate objective of this Convention and any related legal instruments that the Conference of the Parties may adopt is to achieve, in accordance with the relevant provisions of the Convention, stabilization of greenhouse gas concentrations in the atmosphere at a level that would prevent dangerous anthropogenic interference with the climate system. Such a level should be achieved within a time frame sufficient to allow ecosystems to adapt naturally to climate change, to ensure that food production is not threatened and to enable economic development to proceed in a sustainable manner (UNFCCC, 1992, p.5).

⁶ Versão original United Nations Framework Convention on Climate Change 1992. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>.

desenvolvimento sustentável, de criação de políticas ambientais e de uma cooperação por parte de quase todos os países (Ignacio, 2020).

FIGURA 1 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Eco 92



Fonte: G1⁷ (2024)

2.2 O Regime Internacional de Mudanças Climáticas (RIMC)

A partir de 21 de março de 1994, a conferência passou a entrar em vigência. Além disso, as normas do regime fizeram com que houvesse a realização da Conferência das Partes (COPs). Esta é um órgão supremo, a qual os Estados deveriam submeter seus inventários, os resultados alcançados e dar prosseguimento às negociações.

Logo, as COPs são reuniões anuais dos Estados signatários do Comitê Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Tal encontro tem como base uma agenda, pela qual durante o ano são realizados encontros e sessões em demais órgãos subsidiados, ou seja, a Conferência das Partes não é somente um único evento durante todo o ano, ela segue uma estrita série de compromissos para que no fim, tudo aquilo que foi discutido previamente

⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/05/considerada-fracasso-na-epoca-rio-92-foi-sucesso-para-especialistas.html>. Acesso em: 12 de jun de 2024.

possa ser aplicado na prática, como um todo. A COP é mais do que um simples processo, uma vez que é necessário seguir fatores complexos (Guitarra, 2024).

Até o seguinte momento, já foram realizadas vinte e oito Conferências das Partes, que ocorreram da seguinte forma:

QUADRO 1: Resumo das Conferências das Parte (COPs)⁸

COP	Ano	Local	Resumo:
COP 1	1995	Berlim - Alemanha	Tinha como objetivo definir as bases das futuras negociações. Conseguiram fazer o Mandato de Berlim, que reconhecia a necessidade de definições de metas mais específicas para redução dos gases de efeito estufa.
COP 2	1996	Genebra - Suíça	Revisão do processo e preparação para as negociações substanciais. Reafirma o Mandato de Berlim.
COP 3	1997	Kyoto - Japão	Objetivo de estabelecer um acordo vinculativo para redução das emissões. Criação do Protocolo de Kyoto, estabeleceu metas de redução de emissões para países do Anexo I.
COP 4	1998	Buenos Aires - Argentina	Seu propósito era detalhar a implementação do Protocolo de Kyoto. A COP resulta na criação do Plano de Ação de Buenos Aires, o qual estabelece um cronograma para resolver questões pendentes.
COP 5	1999	Bonn - Alemanha	Continuam com o desenvolvimento dos mecanismos do Protocolo de Kyoto. Houve bastante progresso técnico e científico, mas sem muitos avanços políticos.
COP 6	2000/ 2001	1º parte, Haia - Países Baixos/ 2º parte, Bonn - Alemanha	Durante sua primeira parte, realizada em Haia, a Conferência teve como objetivo finalizar as regras do Protocolo de Kyoto, contudo foi adiada e dividida, principalmente pela falta de acordo entre Estados Unidos e União Europeia.. Em sua segunda realização, alcançaram o Acordo de Bonn, no qual definiram os mecanismos de flexibilização.
COP 7	2001	Marrakech - Marrocos	Mais uma vez, o objetivo era concluir as negociações do Protocolo de Kyoto. Contudo, os Estadunidenses saem do acordo de redução das emissões, alegando que a realização destas medidas seria muito custoso para a economia americana. Ademais, resultou no Acordo de Marrakech, além do detalhamento e cumprimento do protocolo feito no Japão.
COP 8	2002	Nova Delhi - Índia	O objetivo da Conferência era uma implementação prática e de adaptação. Cria-se então a Declaração de Nova Delhi, que previa o estabelecimento da utilização e desenvolvimento de fontes renováveis, e a mitigação das mudanças climáticas.
COP 9	2003	Milão - Itália	Há um maior protagonismo para as questões de regulamentação para os sumidouros de carbono no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

⁸ Fonte: Elaboração própria baseado na United Nations Climate Change. Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 14 de jun de 2024.

COP 10	2004	Buenos Aires - Argentina	São aprovadas as regras de implementação do protocolo de Kyoto, além da discussão sobre a regulamentação de projetos do MDL, além da necessidade de metas mais rigorosas.
COP 11	2005	Montreal - Canadá	Primeira Conferência realizada após o Protocolo de Kyoto entrar em vigor. Ademais, pela primeira vez as emissões relacionadas ao desmatamento e uso impróprio da terra são aceitas durante a reunião.
COP 12	2006	Nairóbi - Quênia	189 representantes se comprometem a revisar o protocolo de Quioto, além de criar regras de financiamento de projeto de adaptação para países pobres.
COP 13	2007	Bali - Indonésia	Pela primeira vez na Convenção, o desmatamento de florestas é incluído na decisão final da Conferência, tendo-o como ponto a ser adicionado no próximo tratado ou acordo global.
COP 14	2008	Poznan - Polônia	Em continuidade das negociações do Roteiro de Bali (2007), há a criação do Fundo de Adaptação e novas discussões de compromissos para o pós-2012.
COP 15	2009	Copenhague - Dinamarca	Definição de um Acordo mundial que substituiria o Protocolo de Kyoto, o qual estabelecia novas metas para os países do anexo 1, além da definição de novas metas para redução das emissões e do desmatamento para o pós-2012.
COP 16	2010	Cancún - México	Criação dos Acordos de Cancún, que irão estabelecer a criação do Fundo Verde para o Clima e outros mecanismos.
COP 17	2011	Durban - África do Sul	Plataforma de Durban, o qual dizia se comprometer a negociar um novo acordo global até 2015.
COP 18	2012	Doha - Catar	O objetivo era estender o Protocolo de Kyoto. Conseguem a emenda de Doha, que estende o protocolo até 2020.
COP 19	2013	Varsóvia - Polônia	Preparação para um possível novo acordo global. Criação do Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre perdas e danos.
COP 20	2014	Lima - Peru	Criação do Chamado de Lima, o qual vai estabelecer as bases principais para que seja criado o Acordo em Paris.
COP 21	2015	Paris - França	Criação do Acordo de Paris, o qual estabelece metas para combater e limiar o aquecimento global abaixo dos 2°C.
COP 22	2016	Marrakech - Marrocos	Criação do Plano de Marrakech, detalhando como será feita a realização do Acordo de Paris.
COP 23	2017	Bonn - Alemanha	Tinham como objetivo um avanço na implementação do Acordo de Paris. Conseguem criar as diretrizes para tal implementação, e demonstram um foco maior em financiamento e transparência.
COP 24	2018	Katowice - Polônia	Concluem o livro de regras de Katowice, determinando como o Acordo de Paris será implementado.
COP 25	2019	Madrid - Espanha	Demora na conclusão das regras do mercado de carbono, maior foco na ambição climática.

COP 26	2021	Glasgow - Reino Unido	Criam compromissos adicionais para os principais emissores de carbono, além disso, criam um plano de redução e adaptação, e discorrem sobre o financiamento a países em desenvolvimento e a aqueles que sofreram perdas.
COP 27	2022	Sharm el-Sheikh - Egito	Maior foco na adaptação e subsídios. Estabelecimento do Fundo para Perdas e Danos, além do reforço dos compromissos e mitigação do aquecimento e das mudanças climáticas.
COP 28	2023	Dubai - Emirados Árabes	Novas definições, além da revisão de metas e objetivos, e o progresso na implementação. Discussões sobre transição energética, e o progresso na diminuição da utilização do carbono.

Fonte: Elaboração própria baseado na United Nations Climate Change. Disponível em: <https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop>. Acesso em: 14 de jun de 2024.

Dessa maneira, surgiram uma série de reuniões para o debate e adoção de medidas a fim de reduzir e amenizar os efeitos climáticos. A seguir serão apresentadas as conferências mais importantes a fim de auxiliar na compreensão deste processo.

2.2.1 Conferência das Partes, Berlim - Alemanha, 1995

A primeira Conferência das Partes foi realizada entre os dias 28 de março e 7 de abril de 1995, em Berlim, Alemanha. Durante a convenção, iniciam-se as conversas, e a partir delas são estabelecidas as obrigações dos países assinantes do acordo. Entretanto, “a ideia era de que numa primeira fase não haveria nenhum compromisso por parte dos países emergentes (Viola, 2002 *apud* Santos 2010).

Segundo Dias (2004), é adotado o Mandado de Berlim, o qual buscava pelo consenso de todos os países, para que fossem estipuladas reduções, metas e limites para as emissões dos gases causadores do efeito estufa (em específico o CO₂ ou dióxido de carbono). A conferência tinha o intuito de definir e estabelecer ações estratégicas que fossem realizadas em conjunto.

Logo, “[...] foi estabelecido [...] diferentes obrigações para os grupos de países. Os países que não fazem parte do Anexo I⁹ ficaram isentos de obrigações extras” (Guedes,

⁹ Alemanha/ Austrália/ Áustria/ Belarus^a / Bélgica/ Bulgária^a / Canadá/ Comunidade Européia/ Croácia^a */ Dinamarca/ Eslováquia^a */ Eslovênia*/ Espanha/ Estados Unidos da América/ Estônia^a / Federação Russa^a / Finlândia/ França/ Grécia/ Hungria^a/ Irlanda/ Islândia/ Itália/ Japão/ Letônia^a / Liechtenstein*/ Lituânia^a / Luxemburgo/ Mônaco*/ Noruega/ Nova/ Zelândia/ Países Baixos/ Polônia^a / Portugal/ Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte/ República Tcheca^a */ Romênia^a / Suécia/ Suíça/ Turquia/ Ucrânia^a.

^a Países em processo de transição para uma economia de mercado.

* Nota do Editor: Países que passaram a fazer parte do Anexo I mediante emenda que entrou em vigor no dia 13 de agosto de 1998, em conformidade com a decisão 4/CP.3 adotada na COP 3 (UNFCCC, 1992).

2021). Neste momento, as partes decidiram que era necessário negociar e elaborar um projeto que fosse capaz de se tornar um instrumento legal, pelo qual determinaria os objetivos e metas dadas aos Estados rumo a diminuição da emissão dos gases de efeito estufa.

Isso ocorreu pelo fato de que os acordos de redução dos níveis de GEE feitos para serem atingidos de 1990 a 2000 não seriam suficientes, ou seja, não iriam conseguir alcançar a meta e os objetivos de diminuição feita pela CQNUMC. Além disso, segundo Santos (2010) os projetos nacionais relacionados à emissão de GEE, indicavam que grande parte dos países do Anexo I, não estavam cumprindo com os limites estabelecidos para a redução da difusão dos gases.

2.2.2 Conferência das Partes, Kyoto - Japão, 1997

A terceira Conferência foi realizada de 1 a 10 de dezembro de 1997, em Kyoto, Japão. Durante as reuniões, seu principal objetivo era estabelecer um acordo vinculativo com os países industrializados para a diminuição da emissão de GEE. Logo, por resultado, houve a criação do Protocolo de Kyoto, que somente entrou em vigor em 2005 e foi ratificado por 195 países.

De acordo com Dias (2004), o Protocolo contou com o comprometimento de 39 países, além de incluir metas e prazos em relação à limitação ou redução dos GEE. Além disso, a responsabilidade e obrigações a cumprirem as metas, seriam pelas partes relacionadas ao Anexo I da Convenção de 1992, com exceção dos países em desenvolvimento que não estariam obrigados a cumprir com as metas.

Ademais, segundo Dias (2004), para que o Protocolo de Kyoto atingisse o resultado esperado, foram incluídos três mecanismos de flexibilização, que seriam utilizados para o cumprimento da agenda da Convenção, estes são: Comércio de emissões (*Emissions Trade*); Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (*CDM - Clean Development Mechanism*); Mecanismo de Implementação Conjunta (*JI - Joint Implementation*). Cada um contendo o seguinte objetivo:

- Comércio de Emissões: permite que países do anexo 1, que tenham tido uma emissão menor do que estipulado, possam emprestar este saldo em haver para demais países também do anexo 1 que já tenham passado dos objetivos estipulados de emissão de GEE.

- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: Definiu que países do anexo 1, podem criar e implementar projetos de redução da emissão dos GEE em países em desenvolvimento. Estes projetos, são considerados como reduções certificadas de emissões (CER), e podem depois ser negociadas novamente entre os países do anexo 1.
- Mecanismo de Implementação Conjunta: estabeleceu que os países do anexo 1 podem trabalhar em conjunto para a redução das emissões.

Segundo Santos(2010), quando fosse ratificado, o protocolo passaria a entrar em vigor a partir de 90 dias, confirmando o compromisso legal que as partes teriam. Além disso, para que o acordo realmente pudesse entrar em vigência, precisava da assinatura dos Estados que refletiam em 55% das emissões de GEE do mundo. Logo, durante este período, os Estados Unidos eram o maior emissor da época, com aproximadamente 35% das emissões mundiais totais. Dessa maneira, os EUA eram cruciais para a realização do Protocolo.

2.2.3 Conferência das Partes, Haia - Países Baixos, 2002

A sexta Conferência das Partes aconteceu entre os dias 14 e 23 de novembro de 2000, em Haia, nos Países Baixos. Além disso, esta reunião foi dividida em duas etapas. Durante a primeira metade, os objetivos eram regulamentar os compromissos de redução da emissão dos gases do efeito estufa, que tinham sido estabelecidos durante o Protocolo de Kyoto em 1997, tendo como finalidade encerrar o processo preparatório do Plano de Ação o de Buenos Aires, de 1998 (Souza, 2007).

Entretanto, no decorrer da primeira parte, houve muitas divergências entre Estados Unidos e países europeus, levando a suspensão COP. Ademais, as discordâncias aconteceram em relação ao Protocolo de Kyoto, falta de acordo dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, financiamento dos países em desenvolvimento e o mercado de carbono (FAS, 2023).

De acordo com Guedes (2021), a segunda parte da Conferência aconteceu em Bonn - Alemanha, durante os dias 16 a 27 de julho de 2001, no decorrer da 6ª Conferência das Partes reconvocada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, foi estabelecido o Acordo de Bonn, no qual concessões foram realizadas a fim de garantir a permanência de países como Japão e Federação Russa, os quais eram necessários para que o tratado entrasse em vigor. Foi então aprovado o uso de sumidouros para cumprimento de

metas de emissão, discutidos limites de emissão para países em desenvolvimento e a assistência financeira dos países desenvolvidos (Santos, 2010).

2.2.4 Conferência das Partes, Copenhague - Dinamarca, 2009

Ocorreu em Copenhague, capital da Dinamarca, a décima quinta Conferência das Partes, durante os dias 7 a 18 de dezembro de 2009. No decorrer da reunião, criaram o Acordo de Copenhague (AC), que “representou um grande avanço no sentido de reconhecer a promoção de reduções de emissões resultantes de desmatamento e degradação florestal (REDD) como medida crucial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas”. Todavia, o acordo era politicamente frágil, além disso, a COP 15 buscou consenso para o AC, mas o mesmo não foi aprovado pela totalidade dos 192 países participantes da Convenção (FAS, 2023).

Durante este encontro, o objetivo era idealizar, aperfeiçoar e estabelecer um Tratado mais rigoroso em relação aos objetivos e metas de redução da emissão dos gases de efeito estufa que fosse capaz de substituir o Protocolo de Kyoto (em vigor de 2008 a 2012). Logo, a COP 15 era envolvida por uma atmosfera de expectativas, não somente pela sua importância, mas também pelo contexto mundial no debate das mudanças climáticas.

Além disso, era esperado que os países se comprometessem a reduzir os GEE, tanto por conta dos acordos previamente estabelecidos, quanto pela própria recomendação científica do IPCC. Ademais, deveria ser evitado o aumento da temperatura mundial para menos de 2°C durante este século e também, as nações industrializadas necessitariam cortar as emissões de 25% a 40% até 2020 e de 80 a 95% até 2050, e os países em desenvolvimento industrial precisariam adotar medidas e ações consistentes para conter as suas emissões.

2.2.5 Conferência das Partes, Cancún - México, 2010

A décima sexta Conferência das Partes, aconteceu em Cancún, México, durante os dias 29 de novembro a 10 de dezembro de 2010. Com o primeiro termo do Protocolo de Kyoto chegando ao fim, houve a discussão entre os Estados-parte de se manter os objetivos do Protocolo ou estabelecer um novo acordo. A 16ª COP, aconteceu sem muitas expectativas, mas demonstrou o contrário ao ter uma série de acordos fechados. Entre eles podendo ser citado a criação de Fundo Verde para o Clima (Guedes, 2021).

O Fundo Verde para o Clima (GCF - *Green Climate Fund*), foi criado como iniciativa internacional para apoiar os esforços feitos pelos países em desenvolvimento em resposta às mudanças climáticas. O objetivo do projeto era reduzir o número de emissões de gases do efeito estufa e auxiliar os países em desenvolvimento que estivessem se adaptando aos impactos adversos das mudanças climáticas (WayCarbon 2021).

A estrutura do GCF é composta por 24 países, sendo igualmente divididos em representação de nações desenvolvidas e em desenvolvimento (Ministério da Fazenda, 2024). As decisões são tomadas a partir do consenso destes. Além disso, o fundo trabalha com entidades acreditadas, incluindo bancos de desenvolvimento, organizações mundiais (ONU), organizações não governamentais (ONGs) e entidades privadas. Ademais, os financiamentos recebidos são adquiridos a partir de doações voluntárias de países desenvolvidos, ou de outras fontes, como setor privado ou fundações (Inec, 2023).

Este fundo, financia uma gama de projetos e de programas que abordam temas como: energia renovável, eficiência energética, agricultura sustentável, proteção dos ecossistemas e resiliência a desastres. Mas, para que um projeto seja financiado pelo GCF, o mesmo deve possuir algumas características: Contribuição para mitigação ou redução dos impactos climáticos; demonstrar viabilidade técnica, institucional e econômica; inclusão das comunidades locais e de gênero e promover o desenvolvimento sustentável (Ministério da Fazenda, 2024).

O Fundo Verde para o Clima torna-se uma peça central neste jogo global de contenção e combate das mudanças climáticas, oferecendo aos países em desenvolvimento o suporte financeiro necessário para implementação de medidas e ações de adaptação e mitigação (WayCarbon, 2021).

2.2.6 Conferência das Partes, Paris - França, 2015

Realizada em Paris, França entre os dias 30 de novembro a 12 de dezembro de 2015, a vigésima primeira Conferência das Partes, “chegou a um acordo histórico, que pela primeira vez envolveu quase todos os países do mundo em um esforço para reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global” (Fas, 2023).

O principal ponto desta reunião gira em torno do Acordo de Paris, que entrou em vigência em 2020, o qual foi uma obrigação para todas as nações (não somente mais os países desenvolvidos) a fim de combater as mudanças climáticas. Em total, 195 países

membros da Convenção da ONU mais a União Europeia, ratificaram o Acordo (Toledo, 2016).

O objetivo central da resolução foi de manter a longo prazo o aquecimento global abaixo dos 2°C. Este é o ponto pelo qual os cientistas afirmam que o mundo estará condenado, ou seja, se o aumento da temperatura chegasse a este nível, geraria um efeito bola de neve, o qual ocasionaria consequências graves para o futuro do planeta., Seria visto efeitos devastadores, como a falta de alimentos e de água potável, eventos climáticos extremos (secas, tempestades e enchentes) e a elevação do nível do mar (Toledo 2016,).

Além disso, a Conferência fez um esforço a fim de querer limitar o aumento da temperatura abaixo dos 1,5° C. Também foi acordado, que os pontos centrais seriam revisados a cada cinco anos, a fim de direcionar o cumprimento das metas pelos países e obter uma transparência (ONU, 2015).

Sobre a questão do financiamento climático, ou seja, quem irá pagar a conta das ações necessárias para o sucesso do acordo, acertou-se que países desenvolvidos irão bancar US\$100 bilhões por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento (Fas, 2023).

2.2.7 Conferência das Partes, Glasgow - Reino Unido, 2021

Em parceria com a Itália, durante os dias 31 de outubro a 12 de novembro de 2021, aconteceu a vigésima sexta Conferência das Partes, sendo esta a primeira a ser realizada desde o início da pandemia de COVID-19.

Durante esta reunião, utilizaram o novo e Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2021 Este, feito por vários cientistas ao redor do mundo, trouxeram diferentes visões alarmantes a respeito do assunto. De acordo com o presidente da COP-26, Alok Sharm, é a “advertência mais séria já feita” sobre a influência das ações humanas nas alterações climáticas (Guedes, 2021).

Além disso, a Conferência foi marcada por responsabilidades significativas, como finalizar o livro de regras do Acordo de Paris, estabelecendo diretrizes a serem seguidas pelo mercado de carbono; prometeu também a eliminação progressiva de combustíveis fósseis pelos grandes emissores mundiais, como Estados Unidos, União Europeia, Índia e China. Ademais, mais uma vez ressaltaram e colocaram em foco a necessidade de estimular esforços para combater o aquecimento em 1,5°C (Conselho Europeu, 2022).

De acordo com Guedes (2021), assim como os demais objetivos, houve a tentativa de aprimorar os mecanismos de subsídios para os países em desenvolvimento. Contudo, em

contrapartida, não teve um plano claro de como o mecanismo de financiamento de perdas e danos iria realmente funcionar.

2.2.8 Conferência das partes, Sharm el-Sheikh - Egito, 2022

A vigésima sétima Conferência das Partes foi realizada em Sharm el-Sheikh, Egito durante os dias 6 a 18 de novembro. Entre os avanços, o ponto principal da reunião foi a criação de um fundo para perdas e danos, destinado a auxiliar países pobres que tivessem sido afetados pelos desastres climáticos (Dasgupta, 2022).

O fundo é uma vitória para os países mais vulneráveis, que são os mais impactados pelos desastres climáticos, e que agora têm, com o Plano de Implementação de Sharm el-Sheik, um reconhecimento de que os países que mais contribuíram para a mudança do clima devem se responsabilizar em pagar esta conta (The Nature Conservancy, 2022).

Segundo Anbima (2023), a resolução previa a criação de comitê que ficaria responsável por formular as regras de funcionamento deste novo mecanismo, e apresentá-las no próximo ano, durante a COP 28. Além disso, era esperado que na próxima reunião fosse debatido e definido quem seriam os países participantes e qual seria o montante de dinheiro destinado a eles.

Ainda sobre perdas e danos, outro ponto que merece destaque é a operacionalização da Rede de Santiago, criada na COP 25, em Madri, que tem o objetivo de prover assistência técnica e transferência de tecnologia para apoiar os países mais vulneráveis no enfrentamento as emergências climáticas (The Nature Conservancy, 2022).

Além disso, outro ponto importante é que mais uma vez reafirmaram o objetivo de conter o aquecimento global em 1,5°C, e também a necessidade de ter medidas rápidas e profundos cortes nas emissões de GEE. Lembrando que, durante as negociações, a União Europeia ameaçou se retirar da Conferência, se este ponto não fosse mantido. Ademais, as nações negociadoras apenas reafirmaram seus compromissos anteriores, sem apelos adicionais para reduções mais rápidas de emissões por grandes poluidores como China e Índia (Fas, 2023).

De acordo com Fas (2023), O mercado de carbono também ganhou espaço durante as discussões, o qual trouxe alguns avanços além de seguir debatendo sobre os mecanismos, os

quais são criteriosos para adicionalidade e integridade, assim como o estabelecimento de disposições para monitorar as liberações e reversões na atmosfera.

As discussões sobre combustíveis fósseis e metano progrediram, com a China comprometendo-se a reduzir as emissões de metano. No entanto, as negociações em torno de créditos de carbono não avançaram significativamente, mantendo brechas que permitem que poluidores continuem emitindo carbono enquanto afirmam cumprir metas internacionais (Fas, 2023).

2.2.9 Conferência das Partes, Dubai - Emirados Árabes 2023

A vigésima oitava e mais atual reunião das Partes, aconteceu durante os dias 30 de novembro e 13 de dezembro de 2023, em Dubai, Emirado Árabes. Durante a Conferência, o principal tópico foi o Balanço Global do Acordo de Paris.

A COP 28 respalda sua decisão ampla na utilização do Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), e destaca as conclusões específicas dele. Mais uma vez voltam a retomar o mesmo ponto de que é necessário conter o aquecimento global abaixo dos 1,5°C, e também exprime suas preocupações com as atividades humanas que já ocasionaram um aumento de 1,1°C (LACLIMA, 2023).

Enfatiza a necessidade de implementação urgente de medidas de mitigação para conter o avanço do aumento da temperatura e das emissões dos GEEs. Ressalta, os valores condicionados novamente, ao dizer o quanto é necessário que seja conservado as florestas, além de restaurar e proteger a natureza e os ecossistemas. Reconhece, que segundo o IPCC, os picos de emissão de gases devem ocorrer de 2020 a 2025, e identifica que a limitação de aquecimento de 1,5°C, exige que reduções profundas aconteçam e que estas sejam rápidas e sustentáveis. Reafirma e incentiva os países a apresentarem suas metas de redução de gases em sua economia, contendo os GEE (Bedoni; Farias, 2024).

Convoca os Estados para contribuírem com os esforços globais, a fim de triplicar a capacidade de energia renovável, acelerar a diminuição da utilização de carvão como fonte de energia, utilização de mecanismos com zero ou baixo teor de emissão de carbono, transição de combustíveis fósseis para energias renováveis, incentivo a aceleração no desenvolvimento de novas tecnologias com zero emissão de gases, reduzir substancialmente a emissão de CO₂ em todo o mundo até 2030, redução das emissões de gases vindas do transporte rodoviário, como também a implementação de veículos de energia renovável. Além disso, a Conferência

entende que os combustíveis de transição¹⁰ conseguem desempenhar um papel de contribuição para a transição energética (Bedoni; Farias, 2024).

Em relação ao financeiro da Convenção,

Reconhece a importância de tornar os fluxos financeiros consistentes com um caminho em direção a baixas emissões de GEE e desenvolvimento resiliente ao clima para a realização do Artigo 2 do Acordo de Paris e que esse objetivo é complementar e não substitui o Artigo 9 do Acordo de Paris (que trata das obrigações de financiamento de países desenvolvidos), que continua sendo essencial para atingir as metas de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento (LACLIMA, 2023).

Além disso, identifica que as mudanças climáticas já causaram e irão causar cada vez mais prejuízos e estragos e que, com o aumento da temperatura, junto dos impactos e fenômenos climáticos e meteorológicos, bem como os demais eventos de início lento, vão apresentar uma ameaça ambiental, social e econômica gradativamente maior com o passar do tempo.

Em relação com os preceito de cooperação, a Conferência

Reconhece o importante papel e o engajamento ativo das partes interessadas que não são Partes, especialmente a sociedade civil, as empresas, as instituições financeiras, as cidades e as autoridades subnacionais, os povos indígenas, as comunidades locais, os jovens e as instituições de pesquisa, no apoio aos países e na contribuição para o progresso coletivo significativo em direção à meta de temperatura do Acordo de Paris, inclusive no aumento da ambição (LACLIMA, 2023).

Para os próximos passos, a COP 28, convidou todos os países a implementarem novos arranjos ou intensificar os existentes para preparar e implantar a Contribuição Nacional Determinada (NDC - Nationally Determined Contribution). Também convidou que os Estados apresentassem suas novas NDCs, em um evento a ser realizado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. Por fim, encorajou as nações a elaborarem políticas e ações climáticas, das quais sejam sensíveis ao gênero, e que respeitem absolutamente os direitos humanos e que invistam no empoderamento de jovens e crianças (Laclima, 2023).

Dessa forma, esse capítulo buscou apresentar um histórico das principais conferências mundiais ambientais que ocorreram em relação à questão climática. Entre elas, é possível citar a Conferência de Estocolmo e a Rio 92, que desempenharam um papel importante na

¹⁰ Os combustíveis de transição energética pertencem a uma etapa intermediária no consumo de fontes de energias renováveis e mais limpas. Em outras palavras, estes combustíveis são fontes fósseis (petróleo), mas emitem menos poluentes comparados aos combustíveis tradicionais (Ale, 2024). Disponível em: [O que são Combustíveis de Transição Energética? Conheça esta alternativa mais sustentável para o seu veículo | Postos ALE](#). Acesso em: 19 de jun de 2024.

mobilização e conscientização global a fim de enfrentar os desafios ambientais. Também é importante ressaltar que após a criação do Protocolo de Kyoto (primeiro acordo internacional, realizado com o objetivo de redução dos gases causadores do efeito estufa) e o estabelecimento do Acordo de Paris (determinou metas de redução da temperatura a 1,5°C), houve um progresso mais significativo na elucidação e nas ações para a sustentabilidade.

Ademais, as Conferências realizadas pela ONU sobre as mudanças climáticas (COPs), têm sido essenciais para a execução do Acordo de Paris. Além disso, é visto discussões e debates contínuos sobre os financiamentos climáticos, no que diz respeito a novas tecnologias e os próprios projetos e atividades voltadas para a adaptação climática.

Por fim, as COPs mais recentes como a de Glasgow (COP 26), Sharm el-Sheik (COP 27) e a de Dubai (COP 28), destacaram com urgência a necessidade de serem adotadas ações e medidas mais ambiciosas e imediatas com o propósito final da diminuição dos GEE, mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

3. POLÍTICA EXTERNA NOS GOVERNOS BOLSONARO (2019 A 2022) E TERCEIRO MANDATO DE LULA (2023-2024)

Este capítulo, partindo dos conceitos teóricos de Política Externa, Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira (PEB), irá apresentar quais foram as políticas adotadas pelos presidentes em seus mandatos.

Serão apresentadas as alianças e principais ideologias que fundamentam a ação nos diferentes mandatos e de que forma o Brasil atuou como protagonista nas questões climáticas e ambientais ao longo deste período.

3.1 Introdução a Política Externa e a Análise de Política Externa

Análise da Política Externa é um estudo do gerenciamento das relações e atividades externas dos estados-nação como algo distinto de suas políticas domésticas (JACKSON; SORENSEN, 2018). A política externa envolve estratégias, medidas, meios, objetivos, compreensões, orientações, entre outros, pelos quais os países irão conduzir suas relações entre si, com atores não governamentais e organizações internacionais.

A Política Externa consiste na definição de metas e medidas, a fim de orientar as decisões e ações dos governos, relacionadas aos assuntos externos, principalmente das relações com demais países. O gerenciamento desta política exige uma série de planos de ação, que devem ser cuidadosamente compreendidos, estudados e adaptados aos objetivos, interesses e preocupações externas de cada país. Além disso, os principais responsáveis pela elaboração destas políticas são os altos funcionários, que residem em posições de governança, como: os presidentes; ministros das Relações Exteriores e de Defesa; primeiros-ministros, entre outros.

Dessa forma, a elaboração das políticas frequentemente envolve a ideia de que é necessário prever os meios e fins, ações e objetivos do governo.

Trata-se de um conceito instrumental: qual é o problema ou o objetivo, e quais são as soluções ou abordagens disponíveis para lidar com ele? A análise instrumental envolve imaginar a melhor opção ou o melhor curso disponível - quer dizer, dada uma orientação correta - para fazer as coisas acontecerem segundo os interesses ou exigências de alguém (JACKSON; SORENSEN, 2018).

Pode-se então, considerar a análise de política externa (APE) como um elemento essencial para o estudo da política externa, uma vez que a análise busca fornecer o conhecimento necessário para de forma relevante nortear as políticas de um país. Este processo, envolve uma série de fatores necessários para atingir o objetivo final, como calcular

as medidas e os métodos, além dos custos e benefícios das possíveis opções de políticas disponíveis, como será descrito a seguir.

3.1.1 O que é a Análise de Política Externa

De acordo com Gonçalves e Pinheiro (2020), a análise de política externa é vista como uma subárea importante das Relações Internacionais, principalmente ao verificar quais determinantes domésticos irão ser utilizados no desenvolvimento das diretrizes internacionais de cada Estado, tendo como um objetivo demonstrar como distintos processos decisórios podem ser transformados em diferentes medidas e ações praticadas pelos indivíduos, sob a concepção de política externa.

Ao indagar quais são as condições e definições para o que é a política externa e onde está inserida, é possível perceber que há distintos caminhos e complexos ambientes (doméstico e internacional), a partir do qual é elaborada, organizada e conduzida. Além disso, normalmente para descobrir por quais processos a política externa é estabelecida, há uma análise de um período, pelo qual será possível determinar as estruturas domésticas (podendo ser economicamente ou politicamente) que vão conduzir a criação de uma política capaz de exercer seus interesses externamente aos demais atores do sistema internacional, com fim de resultar em escolhas mais favoráveis as preferências e percepções domésticas.

Logo, a APE é bem abrangente: parte de características específicas de diferentes atores utiliza de explicações multicausais e diversas esferas de análise, e considera teorias do ramo das Ciências Sociais.

Além disso, de acordo com Quadros (2021), diversas teorias podem ser utilizadas para explicar os acontecimentos na política externa, podendo ser a teoria crítica, o construtivismo, o liberalismo e o realismo. Estas teorias podem ser aplicadas à APE, elaborando e investigando os principais pontos de abordagem de cada política e suas limitações, com o objetivo final de compreender as dinâmicas e os procedimentos das Relações Internacionais.

Ademais, outro ponto importante da APE é o estudo sobre as influências geradas pelos atores e agentes do sistema internacional. Segundo Açıkalın (2021-2022), é necessário explorar os diferentes atores que constituem a PE, como os governos, sociedade civil, grupos de interesses e organizações internacionais e multilaterais. A partir disso, é examinado o papel de cada um nas tomadas de decisões além das relações entre eles. Também deverá ser feito um balanço das dinâmicas e dos processos que podem influenciar mudanças na política externa de

um Estado como, as influências domésticas e externas, processos burocráticos, negociações diplomáticas, entre outros fatores.

Por fim, a APE compreende um conjunto de regras, que se torna necessário seguir a fim de definir a maneira pela qual os Estados e governos vão se portar dependendo dos processos e atores envolvidos. Entretanto, apesar das diferentes teorias disponíveis em Relações Internacionais não significa que irão explicar ou abranger totalmente o que está acontecendo ou sendo analisado, principalmente no estado atual, onde no mundo contemporâneo há novas abordagens e métodos. Logo, é essencial se concentrar no desenvolvimento de novas premissas capazes de acompanhar as mudanças nas dinâmicas globais e na política externa.

3.1.2 O que é a Política Externa Brasileira

A Política Externa Brasileira (PEB) é um conjunto de princípios, ideais, diretrizes e ações que o Estado adota com suas relações externas, podendo ser com demais países, fóruns multilaterais, organizações internacionais ou em blocos regionais. Além disso, ela é elaborada e estruturada a partir do Ministério das Relações Exteriores, mais conhecido no Brasil como Itamaraty, sendo este o órgão que vai coordenar e organizar a diplomacia brasileira conforme os interesses nacionais, envolvendo diversas áreas, como meio ambiente, direitos humanos, comércio, segurança e cooperações internacionais.

Ademais, a PEB está enraizada em uma gama de princípios, dos quais fazem parte da sua base estrutural. Dessa maneira, de acordo com Artigo 4º do Preâmbulo do Regimento da Constituição de 1988, há onze pontos principais dentro das relações internacionais, estes são: Independência nacional; Não intervenção. Igualdade entre os Estados; Defesa da paz; Solução pacífica dos conflitos; Concessão de asilo político; Integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina; Prevalência dos direitos humanos; Autodeterminação dos povos; Repúdio ao terrorismo e ao racismo; e Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O primeiro princípio, o de Independência Nacional, é o ponto principal, pois a partir deste que o Brasil vai portar-se perante os demais Estados, uma vez que lhe é garantido a soberania nacional, ou seja, o país é soberano no sistema internacional e deixa claro isto em regimento com suas demais relações.

O artigo 1º da Constituição assenta como um dos fundamentos do Estado brasileiro a sua soberania – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional, no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros

Estados soberanos, nos termos do art. 4º, I, da Carta Magna. A soberania nacional no plano transnacional funda-se no princípio da independência nacional, efetivada pelo presidente da República, consoante suas atribuições previstas no artigo 84, VII e VIII, da Lei Maior” (Rcl. no 11.243, Relator para o acórdão Min. Luiz Fux, julgamento em 8 de junho de 2011, Plenário, DJE de 5 de outubro de 2011 *apud* Silva, 2013).

Além disso, ainda sobre a questão da independência, o país ao reconhecer a soberania de outro Estado, se pauta na conduta de não intervenção, isto é, o Brasil busca adotar uma postura que não interfira nos assuntos internos de outros países, respeitando assim a autoridade do próximo. Logo, pode afirmar que, neste conjunto também está inserida a declaração de acreditar que todos os Estados são iguais perante a sociedade internacional, nas questões de autoridade sobre seu próprio território.

“O princípio da não intervenção envolve o direito de todo Estado soberano de conduzir seus assuntos sem interferência externa. [...] o Tribunal define os elementos constitutivos que parecem relevantes neste caso: uma proibição a intervenção deve ter uma influência sobre os assuntos em que cada Estado é permitido, pelo princípio da soberania do Estado, decidir livremente (por exemplo, a escolha de uma política, econômica, sistema social e cultural e formulação de política externa). A intervenção é errada quando utiliza, em relação a tais escolhas, métodos de coerção, particularmente a força, quer no sentido directo forma de ação militar ou na forma indirecta de apoio a atividades subversivas noutro Estado” (Tribunal Internacional de Justiça, 1986 *apud* Silva, 2013 - tradução nossa).¹¹

Neste conjunto também está inserida a declaração de que todos os Estados são iguais perante a sociedade internacional, nas questões de autoridade sobre seu próprio território.

Já no quesito Defesa da Paz, o Brasil traz consigo a herança do Barão do Rio Branco, uma vez que é mantido a tradição centenária de paz com seus países vizinhos, uma vez que a extensão de fronteiras do território é enorme, fazendo divisa com 10 Estados, e ainda assim consegue manter boas relações com eles. Além disso, segundo Amorim (2012), outro ponto positivo na defesa da paz são as diversas participações e atuações em missões de paz da ONU.

A adoção de soluções pacíficas de controvérsias e o repúdio ao uso da força, são umas das principais linhas-mestras da diplomacia brasileira. O melhor exemplo para isto foi o Barão do Rio Branco ao delimitar os limites territoriais no século XX, ao preferir favorecer o uso de arbitragens internacionais para a resolução das disputas. Podendo ser citado as questões da Guiana Francesa, Argentina (Palmas) e o Acre.

¹¹ “The principle of non-intervention involves the right of every sovereign State to conduct its affairs without outside interference. [...] the Court defines the constitutive elements which appear relevant in this case: a prohibited intervention must be one bearing on matters in which each State is permitted, by the principle of State sovereignty, to decide freely (for example the choice of a political, economic, social and cultural system, and formulation of foreign policy). Intervention is wrongful when it uses, in regard to such choices, methods of coercion, particularly force, either in the direct form of military action or in the indirect form of support for subversive activities in another State” (INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE, 1986 *apud* Silva, 2013).

[...]agregaram e pacificaram quase um milhão de quilômetros quadrados. Mesmo o insucesso envolvendo a questão de limites com a Guiana Inglesa (questão de Pirara), com o laudo arbitral do rei da Itália Vitor Emanuel em 1904, não abalou a confiança do Estado brasileiro na solução pacífica das disputas. Para os conflitos atuais, o Brasil também defende a solução pacífica, esteja o país diretamente envolvido ou não na controvérsia. Entre os casos 26 Revista de Informação Legislativa de maior repercussão internacional nos últimos anos está o do programa nuclear iraniano, em que o Brasil juntamente com a Turquia buscou uma solução negociada para a disputa. Os governos do Brasil e da Turquia encaminharam uma carta – com uma cópia em anexo da “Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil”, assinada em Teerã, em 17 de maio de 2010 – aos membros do Conselho de Segurança da ONU. Nela, os dois países expressaram que “estão convencidos de que é hora de dar uma chance às negociações e evitar medidas prejudiciais à solução pacífica da questão”. O esforço brasileiro e turco, infelizmente, não evitou a adoção de novas sanções contra o Irã; mas, por outro lado, demonstrou o empenho brasileiro em participar mais ativamente na solução de conflitos de dimensão global (Silva, 2013).

A concessão de asilo diplomático, por seu turno, é a proteção concedida pelo Estado a perseguido pelos mesmos motivos do asilo territorial, mas que se realiza, inicialmente e de modo precário, na missão diplomática do Estado em outro país (Silva, 2013). Diz-se de modo precário, pois primeiramente, entende-se que o asilo é dado por um tempo estritamente necessário para que o asilado consiga deixar a nação de onde ele veio, passando assim, um período nesta outra que o abrigou (dando proteção e segurança concedidas pelo Estado), com o intuito final de que este indivíduo consiga ser acolhido por outro país com outra denominação, a de asilo territorial.

Além disso, a PEB dá uma grande ênfase para a articulação regional, ou seja, para a integração da América Latina. Especificamente a partir de iniciativas de comum acordo como Mercosul “O Mercado Comum do Sul [...] é um processo de integração regional [...] objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional” (Mercosul, 2024) ou a UNASUL

“A União de Nações Sul-Americanas [...] é uma organização intergovernamental [...] visa criar a paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados” (Ministério de Minas e Energia, s.d.).

Após a grande destruição da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o tema sobre os Direitos Humanos passou a chamar a atenção da sociedade internacional ganhando enormes dimensões. Logo, em 10 de Dezembro 1948 houve a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual em seu artigo 3º diz: “ Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (United Nations, 1948). Portanto, “é importante destacar que o Brasil, além de assinar e ratificar os

tratados de direitos humanos, tem participado de cortes internacionais e outros mecanismos de proteção dos direitos humanos” (Silva, 2013).

Autodeterminação dos povos ou o princípio da autodeterminação, além de ser um dos pilares das Nações Unidas, também está escrito em sua carta na ONU do Direito Humanos
Artigo 2º

- “1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania (United Nations, 1948).

Além disso, “Um dos exemplos mais recentes da manifestação brasileira à autodeterminação dos povos deu-se quando o governo brasileiro, [...] reconheceu o Estado palestino nas fronteiras existentes em 1967 (Silva, 2013).

O Brasil reconheceu o Estado palestino, considerando as fronteiras de 1967, o que significa identificar todos os territórios ocupados na Cisjordânia (Jerusalém Oriental e arredores) como parte da nação palestina. A decisão, comunicada no início da tarde desta sexta-feira pelo Palácio do Itamaraty, atende a um pedido formalizado em carta enviada pelo presidente da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 24 de novembro (Malke; Maltchik, 2010).

Ademais, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, que também são pontos previstos na constituição brasileira.

O documento Política Nacional de Defesa (PND), enviado pela presidenta Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, em julho de 2012, considera que “o terrorismo internacional constitui risco à paz e à segurança mundiais”; além disso afirma que o Brasil “condena enfaticamente suas ações e implementa as resoluções da Organização das Nações Unidas, reconhecendo a necessidade de que as nações trabalhem em conjunto no sentido de prevenir e combater as ameaças terroristas” (Silva, 2013).

Já na questão do racismo, em um decreto promulgado em 30 de dezembro de 1969, sobre a Convenção Internacional sobre [sic] a Eliminação de todas [sic] as Formas de Discriminação Racial. No artigo 1º:

“Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública” (Presidência da República Casa Civil, 1969).

No conteúdo sobre a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, o Brasil dispõe da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a qual alia-se a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de coordenar, implementar, organizar, negociar e acompanhar os programas e projetos por meio de organismos multilaterais, organizações internacionais (ONU, OMC, OEA, entre outros) a fim de resolver e solucionar questões globais com demais países.

Logo, a atuação da política externa brasileira é organizada a partir da percepção do que acontece no exterior, e das possíveis interferências nas questões domésticas. A partir desta percepção são definidas áreas de atuação e ações estratégicas, colocando sempre a frente a sua soberania como Estado capaz de demonstrar e defender os seus interesses.

3.2 A Política Externa Brasileira durante o Governo Bolsonaro 2019 a 2022

A política externa do Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), apresentou alterações substanciais em diferentes frentes, tais como: o alinhamento com os partidos e governos com pensamentos ideológicos conservadores, adotou uma postura crítica face ao multilateralismo, além de assumir uma postura mais rígida com as relações bilaterais com a qual o país mantinha com demais Estados.

Depois de romper com as tradicionais bases universalistas e pragmáticas e redefini-la em termos de “amigos” (líderes de extrema direita) e “inimigos” (todo e qualquer um que fosse pejorativamente taxado como globalista, de Maduro na Venezuela à Merkel na Alemanha) conforme convergências e divergências estritamente ideológicas (Casarões, 2021), o governo Bolsonaro se viu isolado em organizações internacionais, em suas principais relações bilaterais (EUA e China) e, em especial, na América Latina (OPEB, 2022).

Outro aspecto central bastante questionado foi em relação às tomadas de decisão frente aos problemas ambientais e climáticos, uma vez que as políticas adotadas para a diplomacia ambiental mostravam-se controversas em relação ao que era divulgado presidencialmente e o que realmente era feito, fato que pode ser afirmado a partir da fala de Marcio Astrini:

“Está claro que a destruição ambiental promovida nos últimos quatro anos foi planejada e cumprida de forma consciente, assim como as ações genocidas contra os povos indígenas. Chegou a hora de investigar e punir os responsáveis, para que o Brasil não se esqueça, e para que nunca se repita”, afirma Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima (BdF, 2023).

3.2.1 Alinhamento com os Estados Unidos e o eixo Conservador

A partir de sua posse como novo presidente do Brasil, em 2019, Jair Bolsonaro passou a buscar ativamente uma estreita relação com o governo dos Estados Unidos, mais precisamente com o presidente Donald Trump, visto como um provável aliado, considerando sua agenda mais conservadora e anti-globalista.

Logo, a política externa do governo Bolsonaro passou a ser um mero campo para exercício ideológico, rompendo com as premissas de elementares protocolos diplomáticos, isolando o Brasil do Sistema Internacional e se transformando em uma base americana [...] (Scherer, 2022), ou seja, parecia que os desejos dos EUA seriam realizados pelo governo brasileiro. Isto foi visto durante o ano de 2019, quando o Brasil quebrou suas tradições diplomáticas de consideração nos organismos internacionais, ao votar a favor do embargo comercial, financeiro e econômico a Cuba, durante umas das Assembleias gerais da ONU que aconteceram em Nova York (Scherer, 2022).

De acordo com O Globo (2019), Bolsonaro comentou em uma de suas *lives* semanais sobre o voto do Brasil na ONU, justificando que por Cuba ser uma ditadura, esta deveria ser tratada desta forma, em suas palavras disse:

“Pela primeira vez, o Brasil acompanhou os Estados Unidos na questão do embargo para Cuba. Então, somos favoráveis ao embargo para Cuba. Afinal de contas, aquilo é uma democracia? Não é. É uma ditadura. Então, tem de ser tratada como tal. O Brasil vai mudar a sua posição mais ao centro-direita” (O Globo, 2019).

A partir do momento em que Bolsonaro assumiu o Palácio do Planalto, foi possível ver um alinhamento automático com a Casa Branca, principalmente com as pautas tratadas e indicadas por Trump. Além disso, a adesão a essas discussões passaram a ser tratadas e vistas tanto em aspectos teóricos quanto práticos. Além também de demonstrar um apoio incondicional aos EUA em relação a reeleição de Donald Trump.

“[...] o Palácio do Planalto tem se alinhado automaticamente às pautas internacionais do Governo Trump. O elo se intensificou [...] exatamente no momento em que Trump passou a aumentar seus eventos de campanha e a sua mobilização para tentar se reeleger” (Benites, 2020).

Bolsonaro também comenta que as alianças formadas entre os dois países visa uma série de objetivos, que estão no alicerce das bases principais de cada nação, com o intuito de buscar valores que sejam benéficos para as nações.

Um vídeo com o discurso do Presidente foi exibido no evento que este ano ocorre de forma virtual. “Nesse último ano e meio, em parceria com o presidente Donald Trump, elevamos a parceria entre o Brasil e os Estados Unidos ao seu melhor momento e, com isso, inauguramos uma nova etapa no relacionamento entre as duas maiores economias e democracias do hemisfério”, afirmou (GOV, 2020).

Logo, a extrema direita vem se tornando um dos maiores movimentos políticos do século XXI, que traz consigo implicações na política como um todo, tanto nacionalmente quanto mundialmente. Nesse caso, é possível analisar como a presidência passou a apoiar os governos de direita, como Israel (com seu Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu) e países mais conservadores como Polônia e Hungria (Oliveira, 2020).

Ademais, por mais que possa ser visto um alinhamento com alguns países do leste europeu (principalmente por conta das ideologias compartilhadas), uma outra parte do contingente europeu (particularmente França e Alemanha) mostrou-se indisposto a continuar a boa relação com o governo Bolsonaro. Um dos principais motivos para a deterioração da comunicação entre os países, está relacionado com às questões ambientais, na qual o objeto de atenção era voltado para as agressivas queimadas na Floresta Amazônica (entre os anos de 2019 e 2020) e a aparente falta de implementação de medidas capazes de solucionar e prevenir o problema. Nesta questão, o presidente francês, Emmanuel Macron, foi um dos mais críticos às políticas ambientais adotadas por Bolsonaro, já a chanceler alemã Angela Merkel, opinou negativamente perante o aumento dos desmatamentos. Esses dois fatores em específico foram os que mais chamaram a atenção, dado a consideração de que França e Alemanha são duas das principais potências europeias.

A partir disso, houve uma série de tensões que mais a frente chegaram até mesmo a influenciar acordos e discussões comerciais entre as partes. Contudo, em resposta às críticas recebidas, o presidente Jair Bolsonaro quando indagado sobre o possível corte de investimentos da Alemanha sobre o financiamento de projetos dedicados à proteção da Amazônia respondeu que os alemães estavam tentando comprar a floresta, “[...] Investir? Ela não vai comprar a Amazônia. Vai deixar de comprar a prestação na Amazônia. Pode fazer bom uso dessa grana. O Brasil não precisa disso”, declarou (Barbiéri, 2019), e em outro momento ainda citou que os países tentam se apoderar do Brasil. Além disso, em 2019, Bolsonaro questiona o possível investimento financeiro oferecido durante a cúpula do G7, com o objetivo de auxiliar nos combates às queimadas na Amazônia. Neste quesito, segundo o anfitrião desta cúpula, o presidente Emmanuel Macron diz que os fundos seriam disponibilizados imediatamente. A partir disso, ou seja, após este anúncio, Bolsonaro em sua fala, dá a entender que o G7 estaria investindo a fim de ganhar algo em troca “Macron promete ajuda de países ricos à Amazônia.

Será que alguém ajuda alguém, a não ser uma pessoa pobre, né, sem retorno? Quem é que está de olho na Amazônia? O que eles querem lá?", disse à imprensa ao deixar o Palácio da Alvorada (BBC News, 2019).

3.2.2 O impacto da COVID-19 e as tensões com a China durante os anos de 2020-2021

Um outro aspecto visto durante o mandato de Bolsonaro, foi a má gestão em relação a pandemia de COVID-19 que impactou diretamente a diplomacia brasileira. A pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas pelos Estados para mitigar, prevenir e conter a propagação do coronavírus tiveram um impacto incomensurável nas vidas e nas condições de subsistência das pessoas ao redor do mundo (Ntaba; Uprimny; Yacoob, 2021 *apud* Tasquetto et al., 2022). Além disso, de acordo com António Guterres, Secretário- Geral das Nações Unidas, em seu discurso de 2021 disse:

“[...] Estamos à beira de um abismo – e nos movendo na direção errada. Nosso mundo nunca foi tão ameaçado. Ou tão dividido. Enfrentamos a maior escalada de crises em nossas vidas. A pandemia de Covid-19 ampliou as desigualdades gritantes. [...] Uma onda de desconfiança e desinformação está polarizando as pessoas e paralisando as sociedades, e os direitos humanos estão sob ataque. A ciência está sob ataque. [...] A solidariedade não está sendo acompanhada pela ação – exatamente quando mais precisamos. [...] A imagem que vimos em algumas partes do mundo das vacinas contra a Covid-19... no lixo. Expiradas e sem uso. Por um lado, vemos as vacinas desenvolvidas em tempo recorde – uma vitória da ciência e da engenhosidade humana. Por outro lado, vemos esse triunfo desfeito pela tragédia da falta de vontade política, do egoísmo e da desconfiança. Um superávit em alguns países. Prateleiras vazias em outros. A maioria do mundo mais rico foi vacinada. Mais de 90 por cento dos africanos ainda esperam pela primeira dose. Esta é uma acusação moral ao estado de nosso mundo. É uma obscenidade [...]” (Nações Unidas Brasil, 2021)¹².

Neste sentido, quando começou a se falar sobre a propagação da doença e sobre o que era necessário para a prevenção, em nosso país, o governo de Bolsonaro inicialmente preferiu se recusar a realizar e admitir a necessidade da utilização de medidas mais rigorosas e também mostrou uma certa hesitação por não ter tentado conseguir as vacinas de forma mais rápida para o país, prejudicando de certa forma a imagem do Brasil internacionalmente, rotulando o Estado como cético a pandemia, ou seja as próprias crenças do presidente estariam definindo o caráter do Brasil. Neste quesito, a verdade é que o próprio Bolsonaro não acreditava que a pandemia e mais precisamente a COVID-19 poderia afetar seu país nas suas diversas vertentes, dado suas falas ao minimizar uma doença a chamando de gripezinha, esta mesmo que já havia

¹² Discurso do secretário-geral da ONU, António Guterres, na abertura dos debates da 76ª sessão da Assembleia Geral, em 21 de setembro de 2021. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-%C3%A0-assembleia-geral-%E2%80%93-21-de-setembro-de-2021>.

acometido milhares de vítimas. A primeira vez que utilizou o termo foi em uma coletiva de imprensa, em 20 de março de 2020: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, tá ok” (BBC, 2020) e em outro momento

em pronunciamento nacional em rádio e TV: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão” (BBC, 2020).

Além disso, outro ponto que ficou marcado na trajetória de milhares de vidas, foram as políticas adotadas por aqueles que complementam o círculo de poder ao redor do presidente, muitas vezes demonstrando seguir a linha do bolsonarismo.

A resistência do Brasil à proposta de renúncia temporária dos direitos de propriedade intelectual se coloca como uma notória ruptura na política externa do país no campo da saúde e do comércio internacional. Em meio a uma situação absolutamente extraordinária em que a pandemia de Covid-19 nos coloca, a política comercial da gestão de Paulo Guedes se alia às várias ocasiões de negacionismo científico por parte do presidente Jair Bolsonaro. O atenuamento da posição brasileira contrário ao waiver na OMC só veio após a mudança de posição do novo governo dos EUA.

Por conta das medidas não tomadas, o país passou a ser duramente criticado nos fóruns internacionais, pelo fato de ser um dos maiores epicentros da pandemia, com altas taxas de contaminação e mortes. Ademais, além da retórica anti-ciência de Bolsonaro, seu negacionismo e a minimização da gravidade do vírus, ele como líder da nação contribuiu na disseminação de ideias a aqueles com menores capacidades de se informarem e, ainda promoveu o uso de medicamentos não eficazes, como o caso da cloroquina, a qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) em outubro de 2020 já havia divulgado estudos que comprovaram a ineficácia do medicamento para o tratamento pela contaminação do coronavírus. Mesmo assim, o presidente pleiteava

A defesa do chamado “kit Covid”, coquetel com remédios sem comprovação científica contra o coronavírus, ganhou uma nova narrativa após o presidente contrair a doença. Bolsonaro passou a afirmar em seus discursos em inaugurações obras no interior do país, solenidades do Executivo e encontros com autoridades, que tinha sido curado pelo uso da hidroxicloroquina e de outro medicamento sem eficácia comprovada, Anitta, um vermífugo a base de nitazoxanida. No início de agosto, Bolsonaro usou a solenidade de assinatura da Medida Provisória da Vacina contra a Covid para voltar a falar sobre o uso preventivo da cloroquina e para criticar governadores que rejeitavam o chamado tratamento precoce (Guerra, 2021).

FIGURA 2: Bolsonaro com a Caixa da Cloroquina



Fonte: O GLOBO¹³ (2021)

FIGURA 3: Bolsonaro é ignorado ao mostrar cloroquina para a Ema, animal residente nos jardins do Palácio do Planalto



Fonte: O GLOBO¹⁴ (2021)

¹³ Bolsonaro com sua caixa de cloroquina Imagem: REUTERS/Adriano Machado. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

¹⁴ Bolsonaro foi fotografado exibindo caixa de cloroquina para ema do Palácio da Alvorada – e foi ignorado pelo animal Foto: Adriano Machado/Reuters. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

Outro ponto contraditório em relação à pandemia, foi que inicialmente o Brasil se afastou da COVAX, uma proposta da OMS para aquisição e distribuição de vacinas.

Documentos sigilosos entregues à CPI da Pandemia e obtidos pela CNN indicam que o governo federal desistiu de comprar mais de 40 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 ao negociar com o Covax Facility, o consórcio internacional sob supervisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Aliança Mundial para Vacinas e Imunização (Gavi), (Landim, 2021)

Contudo, posteriormente, o governo aderiu ao mecanismo, este que visava garantir o acesso equitativo às vacinas. Além disso, foi essencial as relações com os países produtores da imunização, como China e Índia, a fim de obter as doses necessárias para a imunização da população brasileira.

Entretanto, ao longo de 2020 foi possível perceber o desenvolvimento das relações Sino-Brasileiras, sendo estas voltadas para um eixo com maiores tensões, dado o alinhamento da política externa de Bolsonaro com o governo Trump. Mas há um ponto de convergência que permitiu que tais tensões não se agravassem, fosse pelos motivos de dependência comercial com os chineses, ou a própria continuidade de cooperação do BRICS, puderam de certa maneira contrabalancear os fatores negativos.

Por mais que ambos países mantivessem um comércio ativo, houve durante o período da pandemia um agravamento por questões individuais, mas como um todo gerando críticas ao governo brasileiro ao acusarem a China como causador do mal, por ter sido neste território o começo da então alastrada pandemia

“É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês”, disse Bolsonaro (Jornal Nacional, 2021).

Toda essa questão de acusações e os “achismos” causaram uma série de distúrbios entre Brasil e China, resultando até mesmo na necessidade de um pedido de reparação, pelo fato do presidente Bolsonaro ter criticado a cultura de um país.

Por fim, fica claro que durante os anos sustentados pela pandemia de COVID-19, as relações Brasil-China foram bastante mescladas, pois houveram momentos de tensões e incertezas e outros de amistosidade em relação a futuras interações entre os países. Além disso, de acordo com Souza et al., 2020, por mais que houvesse desavenças políticas entre os Estados, comercialmente não aconteceu nenhum distúrbio maior, que pudesse preocupar o mercado.

3.2.3 Relação com a América Latina, o Isolamento Internacional e Perda do Protagonismo

Durante seu governo, foi possível perceber que pelas luzes de Trump, Bolsonaro criticou o então chamado globalismo¹⁵ (tal termo seria uma suposta agenda internacional, pela perspectiva de seus representantes, esta poderia ameaçar a soberania nacional).

O empresário Roberto Rachewsky, fundador do Instituto Estudos Empresariais (IEE), entende que o termo globalismo carrega, em si, uma carga ideológica. Ele acredita que nem o fenômeno, nem os seus críticos valorizam o indivíduo.

– Como indivíduos, somos seres soberanos. É o indivíduo quem promove, por meio de sua ação, o uso de sua liberdade, a busca pela felicidade. Transações internacionais não são feitas exatamente por Estados e governos. São feitas por empresas ou por indivíduos – defende.

Rachewsky faz ressalvas às regulações de organismos internacionais, que, segundo ele, inibem a liberdade e restringem o uso da propriedade privada.

– O nacionalismo tem seus problemas, e o globalismo, também – conclui (Lopes, 2019).

Neste quesito, de acordo com a Teoria da Autonomia de Hélio Jaguaribe e Juan Carlos Puig (Scherer, 2022), a partir de 1960 quando a palavra autonomia começa a aparecer nas análises das Relações Internacionais, passa a carregar consigo o teor de que a ela está formalmente ligada a política externa dos Estados periféricos e também mostra-se mais notável na política externa brasileira (PEB).

A partir disto, é possível perceber uma quebra pelas tradições diplomáticas durante o governo Bolsonaro, uma vez que este exhibe uma política externa de autonomia pelo distanciamento, ou seja, o Brasil se distanciou (durante este período de 2019 a 2022) de instâncias multilaterais (como OMS, ONU e o Acordo de Paris) e de demais países. De acordo com Caio Quero e Nathalia Passarinho (2019), a imagem do Brasil vinha se degradando e modificando, de tal maneira que os próprios diplomatas brasileiros julgaram e afirmaram que o governo de Bolsonaro seria uma ameaça ao prestígio internacional do Estado.

Bolsonaro pautou sua plataforma de campanha para presidência em uma política externa sem conotação ideológica, porém, seus atos como presidente constatarem ao contrário. O grau das transformações propostas por Bolsonaro é inédito e “rompe com tradições de décadas da diplomacia do Brasil” (Scherer, 2022)

¹⁵A globalização é um termo exaustivamente tratado academicamente: um processo que decorre da própria expansão, internacionalização do capitalismo. Envolve uma série de forças espontâneas, que traz consequências sociais e culturais importantes, que levam a um processo de interdependência econômica entre os países – explica David Magalhães, doutor em Relações Internacionais e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) (Lopes, 2019).

Além disso, um personagem principal desse enredo de antiglobalismo, foi o antigo Chanceler Ernesto Araújo (que ficou no cargo até 2021), este era um dos principais defensores dessa ideia. Ademais, apoiava fortemente o discurso ideológico em oposição ao multilateralismo.

A partir disto, é possível perceber que as premissas da PEB, como o universalismo, equilíbrio e posição neutra perante conflitos, a não intervenção, a autodeterminação dos povos e os direitos humanos, foram deixados em segundo plano durante seu governo, já que a proposta para a política externa segundo Araújo era que “o presidente Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade. “Nós vamos também libertar o Itamaraty [...]”, e ainda completa “não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil” (Scherer, 2022).

Logo, partindo de um contexto amplo para um restrito, a abordagem mundial relacionada a perda do protagonismo brasileiro pode ser justificada pelo isolamento internacional que o país adotou durante fóruns internacionais, ou até mesmo com opiniões contrárias ao que seria o certo. Primeiramente há toda a questão relacionada com o alinhamento a favor de Trump, com a ideia de o que o seria bom para os Estados Unidos também seria bom para o Brasil. Partindo disso, durante algumas reuniões internacionais foi possível perceber que muitas das vezes aparentemente o governo brasileiro não pensava por si e só seguia o que o *boss* mandava, nesse caso como uma forma de submissão aos EUA, com o intuito de ganhar um aliado favorável a sua causa junto de sua ideologia conservadora para a política do país.

Uma questão que ficou bem marcada neste isolacionismo, foram as tensas relações com os organismos internacionais, podendo ser citado a Organização Mundial da Saúde, no período da pandemia do Coronavírus, e toda a questão da não adoção de medidas mais restritivas de isolamento, a distribuição de desinformação e compra de medicamentos que não indicados para o tratamento e a má conduta com as vacinas nos casos de falta de logística e de compartilhar suas dúvidas (que pareciam mais um deboche) em relação a efetividade destas, trazendo frases como

“[...]Lá no contrato da Pfizer, está bem claro nós (a Pfizer) não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral. Se você virar um jacaré, é problema seu [...] Se você virar Super-Homem, se nascer barba em alguma mulher aí, ou algum homem começar a falar fino, eles (Pfizer) não têm nada a ver isso. E, o que é pior, mexer no sistema imunológico das pessoas” (AFP, 2020).

Além disso, também houve repercussão nas Nações Unidas, quando o Brasil resolveu se distanciar dos encontros internacionais sobre os direitos humanos (DH).

O governo de Jair Bolsonaro vem provocando choques de alta voltagem ideológica em ativistas e acadêmicos do campo dos direitos humanos (DH), dentro e fora do país. Pela primeira vez em sua história democrática, o Brasil tem um presidente com trajetória de incitação à violência, à discriminação de grupos vulneráveis e de apoio a notórios torturadores (Rodrigues et al., 2021).

Dessa forma, a imagem brasileira era de que o Estado não prezava pelos direitos humanos, ou seja, houve uma desconstrução das premissas de direitos humanos durante a política externa do governo Bolsonaro, aparentando estar trabalhando contra a corrente, mostrando vertentes de desconstrução de tudo aquilo que o país continha de posse, junto da boa postura a qual era adotada antigamente.

Ademais, durante uma sessão do Conselho dos Direitos Humanos da ONU, o país foi duramente criticado por ter adotado uma postura defensiva quando era tratado de temas como o direito das mulheres, liberdade de imprensa e os direitos dos indígenas. Neste último caso, a crítica veio da Alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet, que durante seu discurso de abertura do Conselho,

listou o Brasil como um dos países onde o estado dos direitos humanos é mais “preocupante”. Ela destacou não só a situação dos povos indígenas, citando ataques de garimpeiros e tentativas de limitar a demarcação de terras, mas também o projeto de Bolsonaro para alterar a legislação antiterrorismo brasileira (Alves, 2021).

Em resposta, o embaixador brasileiro na organização Tovar da Silva Nunes, rebateu aos comentários dizendo

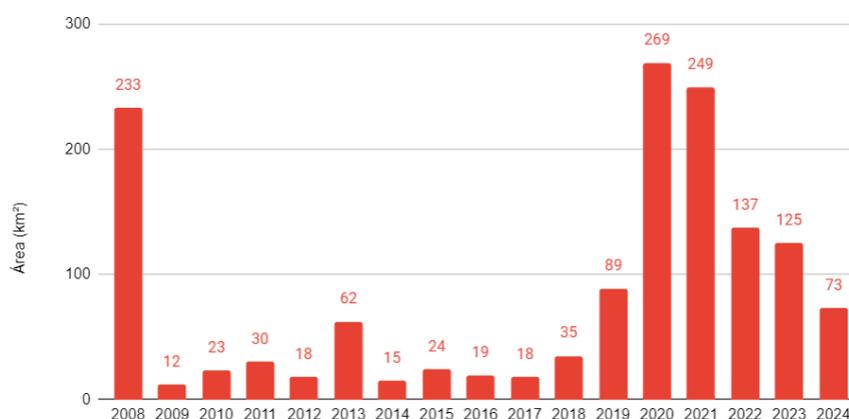
que os direitos dos povos indígenas são “elementos fundamentais da ordem constitucional”. O Brasil, disse o diplomata, é a favor de um diálogo “construtivo e equilibrado” com a ONU.

— Neste ano, ao menos seis operações foram realizadas pela Polícia Federal do Brasil e outras agências competentes para combater atividades ilícitas em territórios ianomâmis e munduruku — disse o embaixador, nos poucos mais de dois minutos que tinha para se posicionar, após Bachelet citar especificamente ataques recentes contra os dois povos (Alves, 2021).

Entretanto, é possível analisar a partir de comparativos anuais se o que realmente foi proposto e dito, de fato aconteceu. De acordo com as informações disponibilizados pela Imazon em abril de 2024 é realizável que:

GRÁFICO: Desmatamento das Terras Indígenas.

Desmatamento em Terras Indígenas - Calendário do Desmatamento (Agosto a Março)



Fonte: Imazon¹⁶ (2024)

A diferença entre os anos de 2020 para 2021 (ano que aconteceu o Conselho dos Direitos Humanos) a diferença foi de uma diminuição de 20 km², já para o ano seguinte em 2022, é possível ver uma mudança bem explícita de 112 km². A partir de 2023 a redução foi de apenas 8km² a menos, e em 2024 já é possível ver o menor percentual desde 2019.

Portanto, aos poucos e por conta das atitudes tomadas nas diversas ocasiões, além de tomar posições e resoluções muitas vezes contrárias, o país foi perdendo sua reputação e aos poucos aumentando seu isolamento.

Além disso, a questão do afastamento do país das luzes da sociedade internacional não somente aconteceu em fóruns multilaterais, como também aconteceu no próprio continente onde se localiza, mais precisamente com os Estados vizinhos. Logo, saindo do ambiente internacional e entrando em âmbito regional, Bolsonaro adotou uma política confrontacionista com os regimes de esquerda, como Venezuela (com Maduro) e Cuba. No caso específico de Cuba, houve o posicionamento junto dos EUA a favor do embargo contra o país, e também o episódio da retirada dos médicos cubanos (do Programa Mais Médicos) do Brasil, por conta das fortes críticas de Bolsonaro à Cuba. Em contraste, na Venezuela, o Brasil reconheceu Juan Guaidó (líder opositor) como o legítimo presidente do país, intensificando as sanções e o isolamento do governo de Maduro. "O Brasil apoiará política e economicamente o processo de transição para que a democracia e a paz social voltem à Venezuela", afirmou o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, em nota (BBC News Brasil, 2019). Ademais, em abril, durante

¹⁶Desmatamento em Terras Indígenas da Amazônia é o menor em seis anos. Imazon. Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-em-terras-indigenas-da-amazonia-e-o-menor-em-seis-anos/>

a Reunião do Grupo de Lima na Colômbia, o vice-presidente Mourão afirma que o governo de Maduro é ilegal e ilegítimo, insinuando que poderia haver uma intervenção externa no país (Maringoni, 2021 apud Rodrigues, 2022 - tradução nossa)¹⁷. O Brasil, passa a ver estes dois países de certa forma como inimigos da sua ideologia de direita.

Logo, para a América Latina, a política externa de Bolsonaro foi convertida a um ambiente de conflitos ideológicos, principalmente nas questões de cooperação entre os Estados. Na América do Sul, os laços de confiança construídos com os dez países vizinhos durante duas décadas (Amorim, 2022 apud Rodrigues, 2022 - tradução nossa)¹⁸ passaram a serem desfeitos por conta de concepções distintas de Bolsonaro.

Já nas questões de integração, o Mercosul é deixado em uma agenda secundária. Em março de 2019, o Brasil participa da criação de um fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), a partir da iniciativa do presidente do Chile, Piñera, a quem Bolsonaro aprovou com prazer.

Realizou-se, em Santiago, em 22 de março de 2019, reunião de presidentes sul-americanos, ocasião em que se adotou a "Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul". Nesta Declaração, oito países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru) indicaram sua vontade de construir e consolidar um espaço regional de coordenação e cooperação, estabelecendo as bases para o lançamento do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). A iniciativa substituirá, para esses países, o papel inicialmente conferido à UNASUL (Ministério das Relações Exteriores, 2019).

Além disso, foi previsto que, a adoção deste novo projeto teria de ser realizado e aderido aos poucos de maneira gradual e flexível, tendo mecanismos de tomada de decisões rápidas e regras de funcionamento claras. Também deveria ser um espaço para abordar temas de integração como: defesa, saúde, energia, infraestrutura, segurança e combate a crimes e a insegurança ambiental. Por fim, para que fosse possível a participação dos países, estes deveriam se comprometer com a democracia, respeito à soberania e integridade internacional dos Estados e as demais vigências de ordem institucional, junto com a promoção do respeito e da garantia a liberdade e a aos direitos humanos¹⁹.

Em correspondência ao Mercosul, o país adotou uma conduta mais pragmática e liberal em relação às práticas comerciais dentro da organização, proporcionando uma maior

¹⁷ En abril, en la Reunión del Grupo de Lima en Colombia, el vicepresidente Mourão afirma que el gobierno de Maduro es ilegal e ilegítimo, insinuando que podría haber una intervención externa en el país (Maringoni, 2021).

¹⁸ En Sudamérica, los lazos de confianza construidos con los diez países vecinos durante dos décadas (Amorim, 2022).

¹⁹ Informações acessíveis no site oficial do Governo, Ministério das Relações Exteriores - Surgimento do PROSUL. Disponível em: [Surgimento do PROSUL — Ministério das Relações Exteriores](#).

flexibilização nas medidas e regras do bloco. Contudo, por conta destas ideias, começaram a acontecer pequenas divergências de pensamento entre os demais países constituintes na organização, ou seja, essa mudança de atitude fez com que surgisse atritos com os demais Estados como Argentina e Paraguai, estes que possuíam ideias totalmente divergentes das de Bolsonaro para o bloco.

Em meio à crise desencadeada pela decisão do Uruguai de iniciar negociações bilaterais fora do bloco, iniciativa duramente questionada por Argentina e Paraguai, o governo brasileiro se colocou, claramente, do lado dos uruguaios.— Não podemos deixar que o Mercosul continue a ser visto como sinônimo de ineficiência, desperdício de oportunidades e restrições comerciais. De modo a superarmos essa imagem negativa do bloco, o foco do Brasil tem privilegiado a modernização da agenda econômica do Mercosul — discursou Bolsonaro. (Gullino, et. al., 2021).

Além disso, Bolsonaro também começou a aventar a irrelevância do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e ameaçar a saída do bloco ao reivindicar sua utilidade como mera plataforma «à la carte» para assinar acordos comerciais segundo a conveniência de cada membro (Azzi e Frenkel, 2021).

Portanto, é possível perceber que o governo de Bolsonaro parecia querer dar um fim às políticas sul-americanas junto com as bases de identificação nacional fundamentadas pelo Barão do Rio Branco. Dessa maneira, Brasília torna-se o sinônimo de representação da ruptura da política externa brasileira, implicando diretamente com o futuro do regionalismo da América do Sul ao exacerbar e estimular a desintegração das boas relações de conduta com os países vizinhos e com as demais relações bilaterais comerciais brasileiras.

3.3 A Política Externa Brasileira durante o Terceiro Governo Lula 2023 e 2024

A política externa do terceiro mandato do presidente Inácio Lula da Silva, busca tentar reposicionar o Brasil de modo que este possa se tornar um líder global nos fóruns internacionais, trazendo temas como a cooperação Sul-Sul, volta das relações de prestígio (principalmente com os países vizinhos), multilateralismo, promoção da paz e dos direitos humanos, e excepcionalmente sobre as questões ambientais. Além disso, o governo de Lula tenta reconquistar a influência brasileira nas organizações mundiais, destacando a volta da diplomacia ambiental, ressaltando a sustentabilidade, a força ao combate das mudanças climáticas e a preservação da floresta Amazônica. Ademais, é possível perceber que o país a partir de 2023 passou a dar mais ênfase pelo protagonismo e autonomia no cenário global, especialmente nas questões ambientais e de mudanças climáticas.

3.3.1 Retomada do Multilateralismo, Reintegração Regional e Diplomacia Sul-Sul

Desde o início de seu novo mandato em 2023, o Governo Lula buscou revigorar e retomar a política externa brasileira, evidenciando a volta do multilateralismo.

Com um início de ano marcado pela situação de isolamento global e pelo desmonte em relação à diplomacia multilateral, 2023 foi orientado à reconstrução da política externa brasileira. Em quase todos os temas nos quais o Brasil havia sido protagonista no cenário global – como mudança do clima, desenvolvimento sustentável, direitos humanos ou cooperação técnica – foi preciso tecer novos diálogos, tanto no contexto global quanto regional (Relações Exteriores, 2024).

A partir disto, foi possível perceber que o presidente defendeu a volta do Brasil como um ator principal nas discussões globais, trazendo novamente pautas que antes já foram discutidas, como as necessárias reformas nos organismos internacionais, principalmente no caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O presidente também passou a trazer um ar mais crítico a governança global, dizendo que esta é um sistema incapaz de solucionar problemas, uma vez que é desequilibrado (em relação ao poder), irracional e incapaz de refletir as dinâmicas e a diversidade dos interesses globais, o mesmo também defende que é necessário ter uma maior representatividade dos países em desenvolvimento.

Em discurso muito elogiado, o presidente Lula abriu a 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, reafirmando a necessidade de uma união global contra a desigualdade e a fome, a adoção de medidas urgentes contra as mudanças climáticas e a reforma de instituições de governança global (Relações Exteriores, 2024).

É possível perceber que, durante as abordagens multilaterais, o governo também prezou por trazer os tópicos como os de negociações para as questões climáticas e ambientais, dado que, para o presidente a diplomacia ambiental seria um dos primeiros passos para fortalecer o caminho do Brasil como um possível negociador a frente dos debates internacionais. “Lula acredita que o multilateralismo – que pressupõe igualdade soberana entre as nações – é o único caminho para superar a urgência climática” (Verdélío, 2024). Logo, podendo se transformar em um locutor legítimo nas discussões, e também capaz de pressionar as grandes potências, aquelas que um dia prometeram cumprir com remessas financeiras e tecnológicas, com o objetivo de auxiliar na mitigação das mudanças climáticas.

Viagem do presidente Lula à França foi marcada por discurso na abertura do ‘Novo Pacto de Financiamento Global’ e pela participação na iniciativa ‘Power Our Planet’, que reuniu grande público no Campo de Marte. Lula cobrou de governantes mundiais o combate às desigualdades, o cumprimento dos compromissos ambientais dos países

desenvolvidos e a reforma das instituições de governança global (Relações Exteriores, 2024).

Outro ponto chave no retorno de Lula ao poder é a Diplomacia Sul-Sul, esta que foi uma pauta muito esquecida durante os anos de 2019 a 2022. O presidente, desde que subiu ao poder, passou a dar atenção para o fortalecimento das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento. Também, buscou dar maior consideração pelas antigas alianças históricas da América Latina, Ásia e África, e da mesma forma com os blocos: BRICS, UNASUL e Mercosul, trazendo um ar de revitalização para estes a partir de sua gestão.

Lula liderou encontro com presidentes dos países da América do Sul. Na ocasião, também foi comemorado o retorno do Brasil à União de Nações Sul-Americanas (Unasul), da qual volta a fazer parte após quatro anos. [...] O presidente Lula participou da 15ª Cúpula de Chefes de Estado do BRICS, em Joanesburgo. O tema do encontro foi “BRICS e a África: parcerias para o crescimento mutuamente acelerado, desenvolvimento sustentável e multilateralismo inclusivo”. Destaque para a decisão conjunta de expandir o bloco, com a adesão de novos países-membros (Relações Exteriores, 2024).

Ao assumir a presidência do Brasil, Lula havia feito a promessa de fortalecer as relações bilaterais com os países vizinhos e encorajar a integração regional, para que isso pudesse se concretizar, foi visto uma postura mais ativa da política externa brasileira com a intenção de promover e trabalhar para revitalização do Mercosul.

[...] o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez, destacou a importância do MERCOSUL como ferramenta de integração regional. Ele enfatizou a necessidade de fortalecer as instituições dentro do bloco e a importância de trabalhar em conjunto para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo. Ele também enfatizou que se trata de um modelo baseado na vontade política, destacando que isso é fundamental para promover a integração real entre as sociedades. “Temos que estar cientes de que nunca teremos governos com a mesma convicção política. Portanto, não devemos, de forma alguma, permitir a ideologização de nossa integração, porque é aí que as dificuldades para avançar são projetadas de uma forma muito complexa. É aí que o diálogo e a construção que a estrutura institucional do MERCOSUL permite dão virtude a esse esquema de integração”, disse ele. Ele enfatizou a necessidade de tomar medidas concretas para revitalizar o esquema de integração do MERCOSUL, a fim de enfrentar os desafios significativos impostos por uma agenda marcada por riscos globais (Mercosul, 2024)

Além disso, há também a tentativa de reativar a UNASUL, uma vez que este seria mais um mecanismo ou sistema capaz de auxiliar na questão de cooperação.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o retorno da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) como mecanismo de cooperação entre os países da América do Sul. Os líderes sul-americanos atenderam a um convite feito pelo presidente brasileiro, que busca retomar a cooperação dentro do continente em áreas como saúde, mudança do clima, defesa, combate aos ilícitos transnacionais, infraestrutura e energia, entre outros. “E não é preciso recomeçar do zero. A Unasul é um patrimônio coletivo. Lembremos que ela está em vigor e sete países ainda são membros plenos. É

importante retomar seu processo de construção, mas, ao fazê-lo, é essencial avaliar criticamente o que não funcionou e levar em conta essas lições” (Verdêlio, 2023).

Ademais, é possível perceber que, a política externa do terceiro mandato de Lula, tem um viés mais participativo na resolução e mediação dos conflitos regionais e internacionais, como Venezuela e Guiana; Ucrânia e Rússia; Palestina e Israel. Além disso, durante uma visita ao México, em 01 de outubro de 2024, o presidente afirmou que os organismos internacionais, em especial a ONU, não são capazes de mediar os conflitos mais recentes que vêm acontecendo, “A Assembleia Geral perdeu sua vitalidade e o Conselho Econômico e Social foi esvaziado. A legitimidade do Conselho de Segurança encolhe a cada vez que ele aplica duplos padrões ou se omite diante de atrocidades” [...] (Ribbeiro, 2024). Por fim, é compreensível que o Brasil, com princípios de neutralidade, este com a PEB atual, busca tentar abrandar e resolver as divergências entre os Estados por meios mais passivos e diplomáticos.

3.3.2 BRICS

Em seu terceiro mandato, Lula está buscando fortalecer a presença brasileira no BRICS (grupo originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O presidente do Brasil ressalta que a política externa está voltada para a multipolaridade, ou seja, estão em busca de um mundo mais amplo, sem que haja os grandes focos de poder (potências) tradicionais, como União Europeia e Estados Unidos.

O principal objetivo do bloco é alterar, por meio da cooperação, o sistema de governança global, com uma reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU, além de introduzir alternativas a instituições como o FMI e o BID para o fomento às economias emergentes, como é o caso do Novo Banco de Desenvolvimento [...] (Planalto, 2023).

Durante a 15^o Cúpula de Chefes de Estado do Brics, em agosto de 2023 em Joanesburgo, África do Sul, os líderes do bloco decidiram expandir a organização, possibilitando a entrada de novos membros. “Durante a cúpula, serão analisados os pedidos de pelo menos 11 países para compor o grupo (Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bahrein, Bangladesh, Belarus, Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Indonésia e Irã)” (Planalto, 2023). Além disso, em uma das falas do presidente ele diz:

“Neste mundo em transição, o BRICS nos oferece uma fonte de soluções criativas para os desafios que enfrentamos. A relevância do BRICS é confirmada pelo interesse crescente que outros países demonstram de adesão ao agrupamento. Entre os vários resultados da cúpula de hoje, resalto a ampliação do BRICS, com a inclusão de novos membros” (Planalto, 2023).

FIGURA 4: Lula dá boas vindas às novas nações e exalta nova ordem do BRICS.



Fonte: Planalto²⁰ (2023).

Por fim, foi decidido a entrada de cinco novos membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Sua inclusão, tornou-se oficial no começo do ano de 2024, em 01 de janeiro. Vale ressaltar que, a priori, seriam seis novos membros, mas a Argentina escolheu não adentrar o bloco, alegando que esta não seria uma proposta apropriada.

Ainda em agosto, durante encontro da cúpula do bloco em Johannesburgo, na África do Sul, a entrada da Argentina também tinha sido acordada. Mas, na última sexta-feira, o presidente argentino, Javier Milei, enviou carta aos países integrantes do Brics informando “não considerar oportuna” a participação do país no grupo. No documento, Milei afirmou que “muitos eixos da política exterior atual diferem da administração anterior” (Mazenotti, 2024).

Um dos principais objetivos da expansão do bloco, é poder ser um novo meio capaz de se tornar uma alternativa para os demais organismos financeiros como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Internacional do Desenvolvimento (BID). Além disso, após sua ampliação, fica explícito a demanda pela adoção de uma moeda no bloco, ou seja, é

²⁰ Presidente Lula dá às boas vindas às novas nações e exalta amadurecimento do BRICS. Foto: Ricardo Stuckert / PR. Planalto - GOV.br. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises#:~:text=A%20relev%C3%A2ncia%20do%20BRICS%20%C3%A9%20presidente%20Lula%20em%20seu%20discurso>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

necessário realizar um estudo, pelo qual seja capaz de realizar a criação de uma moeda comum para as transações internacionais, com o objetivo de diminuir a atual dependência do dólar “Ninguém quer mudar a unidade monetária do país. O que nós queremos é criar uma moeda que permita que a gente faça negócio sem precisar comprar dólar”, disse o presidente brasileiro, em coletiva de imprensa após a Cúpula do Brics[...] (Aguiar; Spechoto, 2023).

3.3.3 Relações com a China

Após os anos conturbados do governo Bolsonaro, 2019-2022, “ a diplomacia entre o Brasil e a China ganhou novos contornos, ou melhor, houve a retomada da relação madura, construída ao longo de 50 anos” (Dalpiaz; Rodrigues, 2024). Portanto, a retomada do governo Lula, trouxe consigo um fortalecimento significativo nas relações sino-brasileiras, diferentemente do que foi visto durante o governo passado, no qual a postura adotada não era nada indicada de um chefe de Estado.

A política externa de Lula retorna priorizando as relações com os países em desenvolvimento, emergentes e com o multilateralismo, fatores estes já vistos em seus outros dois mandatos.

Em abril do mesmo ano de sua nova posse, o presidente já fez sua visita presidencial ao país chinês, com o intuito de restabelecer e reaproximar as relações entre os dois Estados, dado tamanha importância comercial que a China tem para o Brasil. Além disso, durante o período, foi possível perceber o desejo pela aproximação bilateral, na qual foram assinados diversos acordos, em diferentes áreas, comerciais, industriais, de infraestrutura, ambientais, tecnologia, meio ambiente e agronegócio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou cerca de 20 acordos bilaterais com a China nesta sexta-feira (14/4). Os documentos foram assinados durante visita de Lula ao presidente da China, Xi Jinping, em Pequim. Os acordos envolvem áreas como energias renováveis, indústria automotiva, agronegócio, linhas de crédito verde, tecnologia da informação, saúde e infraestrutura. Entre os acordos, está, por exemplo, o lançamento do sétimo satélite na parceria entre Brasil e China: o CBERS-6 (Martins, 2023).

“À vista disso, o ano de 2023 marcou um (re) começo diplomático para as duas nações” (Dalpiaz; Rodrigues, 2024). Ademais, a aproximação com a China, faz parte do contexto estratégico adotado por Lula, uma vez que, a vontade é de inserir o Brasil como um ator internacional nas negociações em fóruns e organismos internacionais, o melhor a se fazer nesses casos para conseguir conquistar este objetivo, é ter uma gama de relações com outros países capazes de influenciar mudanças no equilíbrio global. Neste caso, a China mostra-se um

crescente ator, principalmente em termos comerciais e militares, dado que esta, está cada vez mais a favor de se tornar uma potência, capaz de enfrentar igualmente a notoriedade internacional dos Estados Unidos, como nação.

Além disso, vale ressaltar que a aproximação Brasil-China, não somente favorece o governo brasileiro, mas sim toda a relação com a América Latina, principalmente como uma forma de potencializar o sul global (Dalpiaz; Rodrigues, 2024). Também, outro fator que auxilia para isto é a participação chinesa no BRICS, este que vem tentando se tornar uma alternativa para outros fins comerciais e monetários.

Sabendo desse impacto chinês na geoeconomia e geopolítica mundial, a relação retomada pelo presidente Lula com a China, fornece uma base sólida para países asiáticos, latinoamericanos e africanos se emanciparem em um processo de construção de uma nova forma de governança mundial. Sendo dessemelhante a natureza política dos países do Norte Global que em relação os países emergentes e subdesenvolvidos ao longo da história moderna e contemporânea, fora marcada por golpes de Estado e pela extrema exploração (Dalpiaz; Rodrigues, 2024).

Ademais, durante uma reunião do Parlamento do G20, os presidentes defenderam a necessidade da reforma da governança global. Neste quesito, foi possível perceber que a China estava a favor dos ideias brasileiros, dado que

O vice-presidente do Parlamento da China, Weihua Wu, disse que o país apoia o desenvolvimento e o crescimento dos países em desenvolvimento, especialmente do sul global, e a aliança global contra a fome e a pobreza defendidos pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele garantiu que o desenvolvimento sustentável é prioridade no país. E defendeu a transição energética e tecnológica para os países em desenvolvimento, além de melhor governança global para a cooperação econômica internacional (Haje, 2024)

Logo, a volta de Lula à presidência, trás a aproximação do Estados com os demais assuntos do sul global, principalmente ao ir de frente ao antigo alinhamento de Bolsonaro com as ideias e as ideologias (de Trump) norte-americanas. Possibilitando então, a volta das antigas relações e fortalecimento das novas parcerias.

3.3.4 Estados Unidos? Europa? Direitos Humanos?

A partir do ano de 2023, foi possível perceber que o governo do presidente Lula, passou a tentar a reaproximação dos Estados Unidos e dos países da União Europeia, após o afastamento das relações durante o governo anterior. Ademais, por mais que durante os primeiros anos de Bolsonaro no poder, este havia se alinhado aos EUA por conta dos ideias de Trump, assim que Joe Biden sobe ao palanque como novo Chefe de Estado, o ex-presidente

brasileiro afasta-se, uma vez que este não seguia os mesmos pensamentos do antecessor. O mesmo pode-se dizer sobre o afastamento da UE, principalmente por causas relacionadas a questões ambientais e climáticas.

Além disso, a vitória de Lula foi recebida com grande otimismo por parte de Biden: “Parabéns a Luiz Inácio Lula da Silva por ser eleito o próximo presidente do Brasil após um processo eleitoral livre, justo e confiável. Espero trabalhar junto para continuar a cooperação entre nossos países nos próximos meses e anos”(BBC News Brasil, 2022). Ademais, passou a se criar novamente um caminho de confiança entre os países, uma vez que agora as pautas estavam equilibradas, de certa maneira, com os mesmos assuntos a serem tratados, principalmente com as promessas de proteção ambiental e mitigação climática.

Como líderes das duas maiores democracias das Américas, o Presidente Lula e o Presidente Biden comprometeram-se a trabalhar juntos para fortalecer as instituições democráticas [...] Ambos os líderes estão determinados a conferir urgente prioridade à crise climática, ao desenvolvimento sustentável e à transição energética. Reconhecem o papel de liderança que o Brasil e os EUA podem desempenhar por meio da cooperação bilateral e multilateral, inclusive no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Acordo de Paris. Os Presidentes Lula e Biden recordaram a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima, estabelecida em 2015, que criou o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil-EUA sobre Mudança do Clima (GTMC). Decidiram instruir o GTMC a voltar a reunir-se com a maior brevidade possível, com vistas a examinar áreas de cooperação, como combate ao desmatamento e à degradação, reforço da bioeconomia, estímulo à implantação da energia limpa, fortalecimento de ações de adaptação e promoção de práticas agrícolas de baixo carbono. Como parte desses esforços, os Estados Unidos anunciaram sua intenção de trabalhar com o Congresso para fornecer recursos para programas de proteção e conservação da Amazônia brasileira, incluindo apoio inicial ao Fundo Amazônia, e para alavancar investimentos nessa região muito importante. Os líderes expressaram, ainda, a determinação de lutar contra a fome e a pobreza, reforçar a segurança alimentar global, fomentar o comércio e eliminar barreiras, promover a cooperação econômica e fortalecer a paz e a segurança internacionais (MRE, 2023).

Além disso, foi possível perceber um alinhamento na defesa da democracia, principalmente após o ataque ao Capitólio, nos Estados Unidos em 2021, e a invasão no Palácio do Planalto, em Brasília, durante o começo do ano de 2023. Ademais, vale ressaltar que, durante as eleições brasileiras de 2022, houveram muitas discussões sobre ter ocorrido uma fraude nos resultados eleitorais. Bolsonaro já alegou sem ter provas, ter ganhado em 2018, e por conta disso, ainda ameaça que isso pode acontecer em 2022, se a esquerda ganhasse.

“Sem apresentar provas, o presidente Jair Bolsonaro afirmou [...] que houve fraude eleitoral em 2018 e que foi eleito no primeiro turno. Segundo o presidente, é preciso aprovar um sistema seguro de apuração de votos no Brasil, e que, se bobear, a esquerda pode voltar ao poder em 2022 (Dias, 2020).

Por mais que em sua fala não houvesse nenhuma verdade, boa parte da população, aqueles que achavam que ele seria o salvador da pátria, também concordavam com este pensamento de fraudes eleitorais. Apesar de tudo isso, já foi verificado e comprovado pelas autoridades brasileiras que a urna eletrônica é inviolável, e que não há forma de *hackear*, uma vez que esta nem mesmo é conectada à internet.

Um dos principais fatores de segurança do processo eleitoral brasileiro é muito fácil de entender: as urnas não são conectadas à internet, ou seja, não é possível que nenhum hacker, por mais habilidoso que seja, consiga invadir o equipamento para adulterar os votos, favorecendo uma ou outra candidatura.[...] Toda a segurança do sistema de votação eletrônico brasileiro é baseada principalmente em dois atributos: integridade e autoria (autenticidade). Na prática, o que isso significa? A integridade garante que não houve nenhuma modificação no programa que faz a urna funcionar desde que ele foi colocado lá dentro (e em nenhum outro programa usado no processo eleitoral). A autoria assegura que aquele programa é autêntico, foi mesmo produzido pelo TSE. Ou que aquele resultado de votação saiu mesmo de uma urna original, produzida pelo TSE (TRE-GO, 2024).

Além do mais, durante os anos de 2019-2022, foi visto um congelamento por parte da política externa brasileira ao que dita os direitos humanos, uma vez que nem os nativos (indígenas) em suas terras eram respeitados dentro do país. Logo, com Lula e Biden, houve um esforço para novamente respeitar e promover os direitos humanos, combater o autoritarismo e os discursos de ódio.

Ambos os líderes notaram que continuam a rejeitar o extremismo e a violência na política, condenaram o discurso de ódio e reafirmaram sua intenção de construir resiliência da sociedade à desinformação e concordaram em trabalhar juntos nesses assuntos. Discutiram os objetivos compartilhados de fazer avançar a agenda dos direitos humanos por meio da cooperação e da coordenação em questões tais como inclusão social e direitos trabalhistas, igualdade de gênero, equidade e justiça raciais, e proteção dos direitos das pessoas LGBTQI+. Também assumiram o compromisso de revitalizar o Plano de Ação Conjunta Brasil-EUA para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade, para benefício mútuo de comunidades raciais, étnicas e indígenas marginalizadas, incluindo pessoas de ascendência africana, em ambos os países (MRE, 2023).

Já em relação com a Europa, não seria muito diferente do que foi visto com os Estados Unidos. Em seu terceiro mandato, Lula logo procurou melhorar as relações com a União Europeia e com os demais países europeus, dos quais o Brasil possuía laços mais profundos, que quase foram cortados durante o governo anterior. Além disso, mais uma vez estes movimentos realizados, são meios pelos quais poderão ser utilizados para a inserção do Brasil no cenário internacional. Logo é visto uma maior procura por parcerias comerciais, ambientais e políticas.

Prevê-se uma estreita coordenação de posições entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e o Itamaraty para lidar com questões sensíveis como o financiamento climático e a utilização do mercado de carbono, estratégicas como a

cooperação ambiental sul-sul e intra-amazônica e revisão dos compromissos do Brasil de emissões de Cadernos Adenauer XXIV (2023) nº1 96 acordo no marco do acordo de Paris, além do tratamento da questão ambiental em diversas agendas bilaterais, especialmente com os Estados Unidos, a União Europeia e alguns de seus membros. Um dos desafios desta coordenação será o de manter um diálogo inclusivo e transparente com os múltiplos grupos e entidades da sociedade civil organizadas que ecoam sistematicamente suas expectativas de protagonismo decisório nestes temas (Hirst, 2023).

Ademais, é importante lembrar que, por conta das atitudes do ex-presidente Jair Bolsonaro, algumas medidas que o país pretendia tomar de iniciativa como um novo acordo entre Mercosul e União Europeia, tiveram que ser adiadas por um breve momento, uma vez que a UE somente aceitaria um compromisso com o outro bloco, uma vez que o Brasil se comprometesse a um acordo para reverter e parar o desmatamento. Essa, pode ser, senão uma das primeiras incertezas diplomáticas do novo governo.

O novo acordo ambiental proposto pela Europa exige que o Brasil se comprometa a deter e reverter o desmatamento, além de cobrar medidas sociais e de direitos humanos. Essas seriam as condições para que o bloco europeu aceite um acordo comercial com o Mercosul. O pacto estava sendo negociado a portas fechadas entre os dois blocos, como parte de um acordo comercial que o presidente Lula espera fechar até meados do ano. O mal-estar é o primeiro golpe duro contra os objetivos da nova política externa brasileira de abrir um novo capítulo na relação com os europeus, depois de quatro anos de atritos entre Jair Bolsonaro e as capitais da UE (Chade, 2023).

Por mais que esteja acontecendo gradativamente a volta das relações Brasil-Europa, talvez seja cedo para saber o que realmente vai acontecer, e por quais caminhos vão ser levados os diálogos representativos dos interesses de cada lado. Além disso, o que pode ser afirmado é que o Estado está gradualmente alcançando o lugar de prestígio que tinha antes do governo de 2019-2022. É possível notar as pautas antes questionadas voltarem a serem ditas, como os direitos dos nativos nas áreas desmatadas (principalmente da região da Amazônia). “O presidente Lula também rompeu com a postura anti-indígena de Bolsonaro, retomando a demarcação de terras indígenas e nomeando as primeiras lideranças indígenas para dirigir o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas”(HRW, 2024).

Além disso, com as Relações Mercosul-UE, há uma certa resistência por parte de alguns setores internos do Brasil, os quais possuem uma percepção de que a União Europeia e este pacto poderia prejudicar a concorrência dos produtos brasileiros.

A partir de 30 de dezembro de 2024, a União Europeia vai implementar o Regulamento Europeu sobre Desmatamento (EUDR), que estabelece exigências rigorosas para a entrada de commodities e seus derivados no mercado europeu. A lei que proíbe a importação de produtos provenientes de áreas com qualquer nível de

desmatamento identificado até dezembro de 2020, seja ele legal ou ilegal. A medida, parte do Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), tem impacto direto sobre diversas commodities brasileiras, exceto o óleo de palma, que não é exportado pelo Brasil. A exportação de como madeira, soja, carne bovina, cacau, café, borracha e seus derivados serão afetados. Pequenas e médias empresas terão até 30 de junho de 2025 para se adequar.

Logo, é possível perceber que a União Europeia tem objetivos claros e para a continuidade e melhoria do comércio com a UE vai ser necessário que o Brasil se adapte e corrija erros do passado.

Por fim, foram muitas as marcas deixadas pelo governo de Jair Bolsonaro e sua chamada política externa, que parece ter sido totalmente voltada para o interno ou até mesmo somente para os governos, Estados e comunidades conservadoras. relações com países antes próximos foram destruídas por fatores muito pequenos que poderiam ter sido resolvidos com abordagem diplomática, melhor definição de propostas de aplicação de medidas efetivas. Podem ser destacados diversos casos de falta de diplomacia como: questões relacionadas ao desmatamento da Amazônia, a falta de cuidado com os Direitos Humanos dos Nativos, além dos vergonhosos discursos sem qualquer teor ou aprofundamento teórico.

Ao subir mais uma vez a cadeira de Chefe de Estado, Lula trouxe consigo um ar de esperança e uma luz para o próprio país, uma vez que o Brasil havia perdido seu prestígio diplomático nos fóruns internacionais. O presidente passou então a tentar reverter os atrasos e resgatar as parcerias e relações diplomáticas, em especial no que diz respeito às questões ambientais e relacionadas às mudanças climáticas. Além disso, resgatou o princípio da boa vizinhança e das boas relações com os demais países, trazendo mais uma vez o viés cordial que o Estado preconizava em suas relações.

4. O CONFRONTO ENTRE AS DIFERENTES POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO DE GOVERNO

Este capítulo expõe as transformações da Política Externa e da Diplomacia Ambiental dos governos Bolsonaro e Lula III, apresentando os principais pontos e episódios ocorridos durante o período de análise de 2019 a 2024. Além disso, vai abordar as principais diferenças de cada mandato, também os diferentes meios de liderança perante os temas abordados.

Ademais, o capítulo vai abordar as questões ambientais e climáticas, além das novas medidas adotadas para a mitigação das mudanças do clima. Também será exibido os principais acidentes ambientais que aconteceram no decorrer de 2024, e como estes fatores poderão contribuir para a postura do Brasil durante a COP 29 (Baku, Azerbaijão, novembro de 2024); e também indicar elementos que poderão contribuir para a liderança do Brasil como condutor na COP 30, esta que será realizada em Belém, em 2025.

4.1 Diplomacia Ambiental

A Diplomacia Ambiental já foi conhecida por outros termos e definições como: diplomacia verde, diplomacia do ozônio, diplomacia de redução de carbono, eco diplomacia, diplomacia da água, diplomacia energética e recentemente por diplomacia climática.

De acordo com Kurk Dorsey (2021) a diplomacia ambiental pode ser estabelecida a partir de duas categorias gerais: a primeira são as Convenções que regulam a utilização dos materiais; já a segunda, são as Convenções que irão regular a poluição.

Além disso, as discussões acerca do problema central são determinadas pelo simples fato de que problemas ambientais não respeitam a fronteira de um país, eles conseguem ultrapassá-las. Logo, os problemas ambientais e a degradação do meio ambiente atingem todos, sendo necessário o estabelecimento de acordos e de negociações.

A diplomacia ambiental durante anos vem sendo tratada com uma questão de segundo, ou até mesmo terceiro grau, em relação às prioridades de questões globais dos países. A importância, e a necessidade nunca foi questionada, uma vez que o problema é aparente. Contudo, a devida atenção nunca foi dada aos problemas que estão acontecendo, uma vez que utilizam de pequenas ações e geram somente breves medidas, que geram sucinto impacto sobre a real necessidade.

4.1.1 Diplomacia Ambiental Brasileira

Após a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 50 e 60, houve uma real necessidade de discussão sobre as mudanças climáticas. Neste contexto, o Brasil não ficou afastado dos principais órgãos e fóruns relacionados ao meio ambiente. Por conta da grandíssima biodiversidade, o país sempre foi relacionado ao meio ambiente e ao verde.

Pode ser dito que desde a Conferência de Estocolmo em 1972, o Brasil vem mantendo uma posição de protagonista nos fóruns, principalmente como o representante dos Estados considerados em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Nesses fóruns, o Brasil sempre foi a liderança do desenvolvimento. Ajudou a desenvolver princípios que perduram até hoje, como as responsabilidades comuns, porém diferenciadas (todo mundo é “culpado” por problemas ambientais, mas alguns países têm mais parcela nessa culpa, logo, devem pagar mais que outros) ou a lógica de que “a pobreza é a pior forma de poluição” (frase que coroou a participação da representação brasileira em Estocolmo-72), colocando uma hierarquia de interesses de países mais pobres: primeiro temos que nos desenvolver, vencer a pobreza; depois pensamos no meio ambiente. O segundo seria impossível sem o primeiro (MALTA, 2019).

A diplomacia brasileira, de certa forma, soube como aproveitar os recursos naturais a fim de projetar internacionalmente o país. Isto justamente, após o fim da Ditadura Militar, quando o país passava pela democratização, aproveitam este período e passaram a dar mais voz às questões ambientais. Além disso, “o corpo diplomático brasileiro sempre foi elogiado pelo alto nível de preparação e intelectualidade, o que fortalece o país nas discussões ambientais com um domínio sobre os temas” (LELES; LUCENA, 2021).

Durante o início dos anos 2000, o Brasil passou pelo auge de sua diplomacia ambiental, um dos maiores exemplos sendo sua participação na décima quinta Convenção das Partes em 2009, na Dinamarca. Na qual, “o país, que sempre se opôs a meta aos países em desenvolvimento, chega à conferência com metas auto impostas de redução de emissão” (MALTA, 2019). Com esse discurso, o Estado torna-se grande referência para a moderação dos debates.

Entretanto, após as eleições de 2018, o país passa por uma reformulação em sua política. Logo, houve uma mudança na estrutura do Itamaraty, sendo esta alvo de diversas críticas de embaixadores mais experientes. Em uma entrevista realizada pelo Jornal Estadão (2020) o ex-ministro da Fazenda e do Meio Ambiente Rubens Ricupero diz "Até o governo passado, o Brasil era um dos *players* principais, claro que não no mesmo nível dos Estados

Unidos e da China" e continua "O Brasil se anulou internacionalmente, não tem mais nada a dizer."

Contudo, a atual gestão do presidente Lula, iniciada em 2023, é marcada pela tentativa de reverter os efeitos negativos de medidas adotadas no governo passado de Bolsonaro. Assim, existe um grande empenho para reverter estes efeitos, especialmente no que diz respeito às questões diplomáticas ambientais brasileiras. Primeiramente, é visto novamente a aproximação do Estado com demais países, tentando aos poucos integrar-se novamente no cenário atual. Além disso, é possível constatar que novamente ações de questão ambiental e climáticas, estão voltando a ser um tópico relevante para as políticas públicas. Entretanto, em relação ao meio ambiente, e o descaso dado a este durante a antiga gestão, ainda não é correto afirmar que todo o regresso e perdas que havia acontecido em relação ao desmatamento e poluição foram revertidos em dois anos. Somente é viável dizer que providências foram tomadas para que começassem novamente a ter o controle sobre esse sistema, mas ainda não há como dizer por exemplo que as áreas que sofreram com o descaso, estão novamente seguindo o seu fluxo normal, sem poluição e desflorestamento.

4.2. A irresponsabilidade ambiental de um Governo

A repercussão negativa do antigo governo de Bolsonaro, passou a acontecer antes mesmo do ex-presidente assumir seu lugar como Chefe de Estado, dado que, em 2018 o mesmo já expressava e discursava negativamente sobre as questões ambientais e mudanças climáticas. “Então como presidente, as ações e discursos efetivamente realizados levaram a uma verdadeira desestruturação do aparato institucional e da capacidade de gestão da área ambiental federal, com fortes repercussões no âmbito internacional” (Azzi et. al., 2021). Além disso, ainda durante o ano de 2018 o presidente recusou sediar a COP 25 no Brasil, alegando problemas orçamentários.

"Houve participação minha nessa decisão. Ao nosso futuro ministro [Ernesto Araújo, indicado para o Ministério das Relações Exteriores], eu recomendei para que evitasse a realização desse evento aqui no Brasil. Até porque, eu peço que vocês [jornalistas] nos ajudem, está em jogo o Triplo A. Esse acordo, que é uma grande faixa, que pega a [Cordilheira dos] Andes, Amazônia, Atlântico, de 136 milhões de hectares, ao longo da calha dos rios Solimões e Amazonas, que poderá fazer com que percamos nossa soberania nessa área. Se isso for o contrapeso, nós teremos uma posição que pode contrariar muita gente, mas vai estar de acordo com o pensamento nacional. Então, não quero anunciar uma possível ruptura dentro do Brasil, além dos custos, que seriam, no meu entender, bastante exagerados tendo em vista o déficit que temos no momento", disse o presidente eleito (Vilela, 2018).

A política externa ambiental do governo Bolsonaro (2019-2022), foi um período marcado por retrocessos, controvérsias, críticas internacionais, tensões e pressão de países e organizações internacionais. “Desde que o Brasil é governado pelo pregador de ódio de extrema direita Jair Bolsonaro, o mundo olha com preocupação ao principal sistema ecológico da Terra”, opina a Spiegel²¹ (BBC News Brasil, 2019). Além disso, este período foi marcado pelas repressões aos críticos das mudanças ambientais e climáticas, e também pelo desmonte das políticas ambientais, como redução orçamentária e maior flexibilização da legislação ambiental.

No que tange ao aumento do desmatamento, o principal cenário que envolveu os maiores números de tensões e críticas giram em torno da Floresta Amazônica, esta que sempre esteve presente durante as pautas ambientais. A priori, o governo aliou-se com a direita conservadora, e logo mais junto a bancada agropecuária.

Já em seus primeiros dias de governo, o presidente começou a promover um desmonte da burocracia governamental existente a partir da Medida Provisória (MP) 870/2019²¹, que em seu primeiro momento trouxe um “pacote” de modificações em diversos ministérios e órgãos ligados direta e indiretamente ao governo. Especialmente quanto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), houve modificações que debilitaram a preservação ambiental do país como um todo e fortaleceram ainda mais os setores vinculados ao agronegócio, marcando uma forte diferença com relação à política ambiental brasileira desde a Eco-92 (Azzi et. al., 2021).

A partir deste momento, idealizou políticas que favoreceram o agronegócio além da exploração dos recursos naturais. Logo, as medidas adotadas somente culminaram para o avanço do desmatamento das terras amazônicas e também em boa parte do cerrado.

A falta de políticas públicas que preservam o bioma tem ameaçado não só a fauna e flora como também os povos tradicionais, que dependem do ecossistema para manterem seu modo de vida. Na última sexta-feira (9), o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou o projeto de lei que reduz em cerca de 40% o tamanho da Floresta Nacional de Brasília, criada em 1999 para proteger uma extensão importante da savana, além das nascentes que fluem para o principal manancial de abastecimento de água da capital brasileira, a represa do Descoberto (Tawane, 2022)

Além disso, também foi publicado no Open Editions Journals²², um jornal francês, uma crítica ao desmatamento durante o governo Bolsonaro:

²¹Der Spiegel é uma revista influente nos sites alemães, e em uma de suas publicações chegou a chamar o ex-presidente Bolsonaro de “O Acelerador” (tradução nossa), por conta dos grandes incêndios que aconteceram na Amazônia em 2019. Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/ausland/jair-bolsonaro-und-die-feuer-in-brasilien-der-brandbeschleuniger-a-1283296.html>. Acesso em: 23 de out de 2024.

²² Site disponível em: <https://journals.openedition.org/>.

Uma de suas marcas essenciais é a maior dependência operacional (em relação às outras correntes) da expansão horizontal das atividades agropecuárias. Por essa razão, entre outras ações, elas encorajaram alterações legais e administrativas que fomentam tal expansão, uma prática que incide não somente sobre vegetações nativas, mas também sobre territórios tradicionais (Pompeia, 2023).

Ademais, foram vistos altos índices de devastação, de exploração, de mineração e o aumento do agronegócio nas terras amazônicas, o que pode ser relacionado com enfraquecimento dos órgãos ambientais, estes que tiveram uma redução no orçamento, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto de Conservação Chico Mendes e Biodiversidade (ICMBio).

O orçamento de órgãos federais com funções socioambientais vem caindo significativamente nos últimos oito anos, mas chegou ao fundo do poço no Governo Bolsonaro, atingindo o menor valor dos últimos 17 anos. Os recursos são usados no combate ao desmatamento e às queimadas, na oficialização e manutenção de Áreas Protegidas e na proteção a comunidades indígenas e tradicionais. [...] A despesa discricionária é aquela destinada às ações finalísticas das instituições oficiais, excluídos os gastos obrigatórios, por exemplo, com salários, previdência, outros encargos sociais e dívidas. “Além das medidas de flexibilização das normas ambientais brasileiras, incentivando práticas predatórias nos biomas, desde 2019 o país vem apresentando uma baixa execução orçamentária, o que dificulta ainda mais a implementação das políticas ambientais. Ou seja, além da redução nos orçamentos, os órgãos não gastam 100% do orçamento aprovado”, explica Antonio Oviedo, assessor do ISA e um dos autores da análise (Fasolo, 2022).

Também, houve a diminuição no valor e na aplicação das multas de infrações ambientais, alegando que isto prejudicava a economia e que as penas eram muito severas. "Não vou mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade]. Essa festa vai acabar", afirmou o presidente eleito (Gilly, 2018). Além disso, de acordo com Brasil de Fato (BRF, 2019), durante os dois primeiros anos do governo de Bolsonaro, as multas pagas pelos crimes ambientais realizados na Amazônia Legal, tiveram uma queda de cerca de 93%.

Seu governo também mostrou ser um impasse para as relações ambientais com os países, e com os organismos internacionais. Primeiramente, entrou em atrito com os líderes da França (Emmanuel Macron) e da Alemanha (Angela Merkel), após o período de queimadas em 2019.

Nuvens escuras de repente escureceram o céu, então caiu uma chuva estranha e negra, contendo pequenas partículas de fuligem e cheirando a cinza fria.[...] Os primeiros a lançar alguma luz foram os meteorologistas, que anunciaram no dia seguinte que as partículas de fuligem podem ter vindo de incêndios florestais atualmente em chamas na Amazônia. Ventos fortes os teriam soprado para cá.[...] Com isso, a análise de imagens de satélite mostrou que mais de 72 mil incêndios ocorreram na Amazônia entre janeiro e agosto. No mesmo período do ano passado eram pouco mais de 40 mil. [...]o presidente francês Emmanuel Macron declarou nas redes sociais na quinta-feira

que “nossa casa está em chamas ” . No que diz respeito ao Brasil, Macron falou de uma “crise internacional”, da qual pretende tornar tema como anfitrião da cimeira do G7 em Biarritz neste fim de semana. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, acrescentou que a humanidade não pode aceitar mais danos face à crise climática global. “A Amazônia deve ser protegida”, tuitou Guterres (Blasberg, 2019).

O ocorrido também espalhou-se para a União Europeia, que começou a impor medidas restritivas comerciais ao Brasil, principalmente ao Mercosul, uma vez que o país parecia ter uma falta de compromisso com os problemas ambientais. Ademais, também foi visto uma retirada, esta por parte do Brasil dos acordos climáticos (e também do Acordo de Paris), uma vez que recusou sediar o evento e ainda agradeceu outro país Latino por ter aceitado realizar o evento em seu território. “Em visita ao Chile [...] o Presidente declarou que “o Brasil não deve nada em preservação do meio ambiente”, e agradeceu o país [...] por tomar seu lugar para sediar a Conferência das Partes das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - COP 25 [...]” (Azzi et. al., 2021). Em outro momento, Bolsonaro ainda diz que não quis sediar a Conferência para não virar um carnaval: "O que acontece: por que eu não aceitei COP-25 no Brasil. Eu não aceitei, eu que decidi. Estariam fazendo aqui um Carnaval no Brasil agora", disse o presidente (Amorim, 2019). Por fim, depois de todos os ocorridos, infelizmente ou felizmente o Brasil por conta deste governo deixou de ser um líder internacional nas questões ambientais.

Mas, talvez o pior ainda estava por acontecer (o surgimento do negacionismo climático). De acordo com Prazeres (2021), durante os três primeiros anos do governo de Bolsonaro, este cortou 93% do orçamento para os estudos ambientais e pesquisas climáticas. E ainda nas falas do ex-presidente, este parece desacreditar que realmente existe esse termo de mudanças climáticas. “Bolsonaro está fazendo exatamente o que disse que faria. Para ele, a crise climática é uma fantasia. Em suas palavras, é um “complô marxista” (Brum, 2020). Ademais, vale lembrar que “Bolsonaro, [...] assim como Donald Trump nega as mudanças climáticas, quer abrir a floresta tropical para grandes empresas dos setores agrícola e de mineração (Blasberg, 2019).

Além disso, a própria escolha dos Ministros não fazia o menor sentido, muito menos estes seguiam com os deveres que tinham de ser cumpridos, ou seja, os Ministros de certa forma eram, senão, a própria personificação da política adotada por Bolsonaro, uma vez que que os ideais não difundiam muito das do ator em específico. O maior exemplo disto, foi o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante 2020, que em uma reunião disse que deveriam modificar as regras voltadas para as questões ambientais, aproveitando o momento oportuno que a atenção de todos estava voltada para o Coronavírus.

Durante a reunião ministerial do dia 22 de abril, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, alertou os ministros sobre o que considerava ser uma oportunidade trazida pela pandemia da Covid-19: para ele, o governo deveria aproveitar o momento em que o foco da sociedade e da mídia está voltada para o novo coronavírus para mudar regras que podem ser questionadas na Justiça. Segundo ele, seria hora de fazer uma “baciada” de mudanças nas regras ligadas à proteção ambiental e à área de agricultura e evitar críticas e processos na Justiça. "Tem uma lista enorme, em todos os ministérios que têm papel regulatório aqui, para simplificar. Não precisamos de Congresso", disse o ministro do Meio Ambiente (G1, 2020).

Outro ponto muito importante para tentar compreender como a diplomacia ambiental de Bolsonaro gira ao redor dos Direitos dos Indígenas, parece distante esta perspectiva, mas ela esteve sempre bem próxima. Foi visto um amplo desmatamento das áreas florestais, principalmente na Floresta Amazônica (pauta internacional nos fóruns de defesa do meio ambiente), além da desflorestação também ocorreram queimadas nesta área, o que diretamente acarretou na perda do território indígena. Além disso, “desde que assumiu o cargo em Janeiro, as autoridades estatais pararam em grande parte de monitorizar a desflorestação. Não serão mais aplicadas multas por invasão de reservas indígenas” (Blasberg, 2019), ou seja, foram uma série de motivos que ajudaram a culminar no que aconteceria mais tarde.

Logo, em um certo momento, quando a pauta dos Indígenas passou a surgir com mais frequência durante as reuniões, em vez de resolver o problema a partir das raízes, o ex-presidente procurou solucionar a partir das vítimas e não dos causadores do problema. Em certo momento:

Bolsonaro afirmou, ainda, que quer integrar o índio à sociedade. "Eu quero o bem estar do índio, eu quero integrar o índio à sociedade. O nosso projeto para o índio é fazê-lo igual a nós. Eles têm as mesmas necessidades de nós. Agora, não podemos admitir que, via Funai, o índio não possa ter o tratamento adequado. O índio quer médico, quer dentista, quer televisão, quer internet. Ele é igualzinho a nós", disse. "Sobre o acordo de Paris, nos últimos 20 anos, eu sempre notei uma pressão externa – e que foi acolhida no Brasil – no tocante, por exemplo, a cada vez mais demarcar terra para índio, demarcar terra para reservas ambientais, entre outros acordos que no meu entender foram nocivos para o Brasil. Ninguém quer maltratar o índio. Agora, veja, na Bolívia temos um índio que é presidente. Por que no Brasil temos que mantê-los reclusos em reservas, como se fossem animais em zoológicos?", questionou (Gilly, 2018).

Portanto, o que Bolsonaro realmente queria? Pela sua fala em 2018, ele já demonstrava como não se importava com as questões climáticas e muito menos com preservação, uma vez que abrandou multas ambientais, ampliou as legislações para uso mais fácil da terra e ignorou as terríveis queimadas na Amazônia. Por fim, observa-se que a única possibilidade de pensamento que ele deixou foi um legado totalmente devastador tanto para a política externa quanto para a diplomacia ambiental.

4.3 Uma solução para o Caos?

A diplomacia ambiental do terceiro mandato de Lula tem se mostrado uma das pautas mais importantes para o seu governo e para a política externa, uma vez que este debate havia sido negligenciado nos anos anteriores. Ademais, deixou claro a vontade de aproximação com os países para criação de acordos que visem a cooperação multilateral como também o bem estar do meio ambiente, como a diminuição do desmatamento, redução da propagação de carbono, transição para uma energia verde e a mitigação das mudanças climáticas.

Dessa maneira, para que estes objetivos fossem alcançados, primeiramente o país deveria voltar a ser inserido internacionalmente como um líder sobre as questões ambientais, como era antigamente antes de 2019. Para que isso pudesse realmente acontecer, uma cadeia de regras e deveres deveriam ser seguidos, e o principal de todos tentar de alguma forma reverter todo o caos causado por seu antecessor

Logo, em seu primeiro ano, 2023, houve participação mais ativa do presidente Lula no retorno de parcerias antigas, que um dia já existiram. Foram ativadas conversas com a União Europeia e seus países para que pudessem rever acordos e criar novos, capazes de auxiliar o desencadeamento de reações adversas sobre a diplomacia ambiental do antigo governo.

Para isso, o Governo primeiramente tentou reverter a postura negacionista sobre as relações climáticas, a falta de vontade de proteger a vegetação amazônica e a crise contra os direitos daqueles que pertenciam às terras indígenas.

A gente vai cuidar da Amazônia como se ela fosse a coisa mais importante existente no planeta Terra, porque cuidar da Amazônia significa cuidar da vida. Cuidar dos nossos indígenas, pescadores, seringueiros, das pessoas que vivem ali. E não adianta a gente ficar daqui querendo cuidar, porque quem sabe de quem é a terra que está queimando é o prefeito. Quem conhece o fazendeiro que está desmatando é o prefeito. O prefeito conhece, ele está lá” - Luiz Inácio Lula da Silva (Planalto, 2024).

Além disso, buscou restabelecer acordos de cooperação ambiental com diversos Estados, principalmente com países da Europa. Neste sentido, Alemanha e Noruega seriam os principais capazes de mudar a situação, dado que durante o governo Bolsonaro, os dois países haviam se retraído em relação ao Fundo Amazônico. Entretanto, após a vitória do candidato Lula, ambos países demonstraram vontade de reativar o fundo, uma vez que as ideias ambientais do novo presidente vão de acordo com o que se é racional sobre o assunto.

O ministro do Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, afirmou que o país retomará o investimento na floresta. “Estamos ansiosos para trabalhar com você Lula e sua equipe sobre a Amazônia. Se quisermos ter sucesso na luta por um clima e meio

ambiente habitáveis temos que salvar as florestas tropicais”, escreveu o ministro. Assim como o país Nórdico, a Alemanha também declarou estar aberta a retomar os pagamentos pela proteção da floresta. “Há uma forte vontade dentro do governo alemão de chegar ao Brasil rapidamente agora”, escreveu o secretário do Ministério para Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha, Jochen Flasbarth, em seu Twitter ao compartilhar uma reportagem sobre o descongelamento das doações do fundo (CNN, 2022).

Há um tempo, já foram tratados diversas vezes sobre o assunto entre a parceria da UE e Mercosul. Entretanto, vale dizer que, por mais que Lula tenha assumido, a União continuou receosa, pois as atitudes passadas em relação ao meio ambiente e sobre as mudanças climáticas, tinham ficado bastante marcadas na linha do tempo. Por fim, a UE disse que pensaria melhor sobre um acordo, caso o Brasil promettesse resolver os problemas sobre o desmatamento, revertendo todo o caos ambiental que havia acontecido no governo anterior.

Para a CNI, os compromissos incluídos na negociação atual do acordo respondem a desafios contemporâneos, o que demonstra a preocupação em manter o acordo atual. [...] Compromissos para que os blocos promovam o comércio de bens sustentáveis, inclusive nas cadeias de energias renováveis; Compromissos e cooperação em comércio e empoderamento feminino; Reforço na cooperação, para que a implementação do acordo promova o desenvolvimento econômico de maneira sustentável, atingindo todos e todas da sociedade; Previsões a respeito de requisitos de importação exigidos em medidas domésticas relacionadas ao clima (ANI, 2024).

O Brasil também voltou a se relacionar com a França, após o descumprimento de Bolsonaro junto do descaso com a Amazônia em relação às queimadas. Apesar disto, com o novo presidente brasileiro, Emmanuel Macron já assinou um acordo que visa fortalecer a cooperação entre os dois países para combater o biotráfico e auxiliar na restauração da biodiversidade das áreas desmatadas.

O acordo prevê ações para a preservação de áreas naturais e conservação da biodiversidade, restauração de áreas degradadas, recuperação e monitoramento de espécies ameaçadas e combate à degradação dos ecossistemas terrestres e aquáticos. Também determina medidas para o combate à biopirataria e ao tráfico de animais e plantas silvestres. [...] No plano de ação da parceria estratégica, os países defenderam uma reforma da arquitetura financeira internacional, com mais recursos públicos e privados para combater a pobreza e proteger o planeta. Comprometeram-se ainda com a promoção da bioeconomia e valorização dos serviços ecossistêmicos, na inovação e na ciência e no reconhecimento e direitos dos povos indígenas e comunidades locais (Agência Gov, 2024).

Além disso, sua política ambiental visa combater o desmatamento ilegal e ter maior fiscalização nas áreas legalmente protegidas, para isso, Lula designou para o Cargo de Ministra do Meio Ambiente e do Clima, Marina Silva, diz que

“proteger o meio ambiente é salvar vidas [...] com o aumento da temperatura global, o mundo está vivenciando os gravíssimos efeitos dos eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes e severos. No Brasil, a intensificação de deslizamentos,

inundações, secas, processos de desertificação anunciam dias difíceis, sobretudo para as famílias mais vulneráveis [...] Diante da urgência em reverter os índices de desmatamento no Brasil, que têm efeito direto no clima, o presidente Lula estabeleceu o compromisso de desmatamento zero em todos os biomas brasileiros (Corrêa, 2024).

Ademais, o presidente também buscou conversar com a China e Estados Unidos, para possivelmente aumentarem as áreas de colaboração entre eles, como energias renováveis, tecnologias verdes e financiamento para reflorestamento.

O interesse dos Estados Unidos no Fundo Amazônia reflete um maior desejo de ajudar o Brasil a proteger a maior floresta tropical do mundo, um baluarte crucial contra as mudanças climáticas, onde a destruição aumentou durante os quatro anos de mandato de Bolsonaro. Em novembro, a Reuters informou que Washington está procurando reprimir os criminosos ambientais por trás do desmatamento na Amazônia brasileira, usando penalidades como as da Lei Magnitsky para enfrentar as mudanças climáticas de forma mais agressiva. A autoridade disse que as negociações Biden-Lula incluíam um compromisso de “reforçar a cooperação contra o crime ambiental” (CNN, 2023).

Já com a China, durante o ano de 2023, foram mencionados acordos privados comerciais entre os países, principalmente relacionados ao agronegócio, entretanto, uma outra parceria poderia ser possível, referente ao investimentos em energias naturais e solar, a fim de buscar uma transição energética de baixo custo de carbono.

O presidente da Apex também mencionou que há conversas em andamento com os chineses sobre o mercado de energia solar e eólica no Nordeste. O governo brasileiro espera que os chineses invistam em fábricas de componentes, e não apenas para montagem das placas solares. (Jubé, 2023).

Também é possível perceber em suas falas a vontade de realizar as mudanças de energia, como é possível ver durante seu discurso de abertura sobre os debates de Chefes de Estado da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas: “É hora de enfrentar o debate sobre o ritmo lento da descarbonização do planeta e trabalhar por uma economia menos dependente de combustíveis fósseis”, afirmou (Verdêlio, 2024).

O Brasil, está passando por um momento de pressão internacional, apesar de ter renovado acordos, e ter dito que vai ser revertido o desmatamento, e a diminuição da liberação de carbono na atmosfera, o país de certa forma sofre essa pressão feita por parte dos outros Estados, como um meio de ver se realmente vai ser cumprido com o prometido. Essa cobrança, pode ser vista, quando o presidente se apresentou na Conferência Climática em Dubai, quando questionado sobre não abrir mão do combustível fóssil. Ademais, até mesmo ocorreu a contradição em dizer que estava investindo em uma economia sustentável enquanto saía a notícia de que o Brasil poderia entrar para a OPEP+ (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

A COP mal tinha iniciado, na quinta-feira (30), quando começou a circular um vídeo do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira – o mesmo que, internamente, é um forte defensor da abertura de novas frentes de exploração de petróleo –, se dirigindo aos membros do cartel. “Esse é um momento histórico para o Brasil e a indústria energética”, disse, sem mencionar a crise climática ou mesmo a COP, que tem como missão acelerar esforços para conter o aquecimento global (BNF, 2023).

Além disso, o presidente quando indagado disse em sua fala “a nossa participação é para discutir com a Opep a necessidade dos países que têm petróleo e que são ricos de começar a investir um pouco do seu dinheiro para ajudar os países pobres [...] a (parar de) investir em combustível fóssil”(BNF, 2023). Segundo o Brasil de Fato, (2023), para a diretora executiva do Instituto Arayara, a adesão a OPEP+ somente reforça a ideia do Brasil ser um dos maiores exportadores de petróleo mundial e ainda continuou dizendo que o argumento utilizado não fazia o menor sentido em termos de transição energética, e que se realmente fosse para ser isto, precisariam ter um compromisso mais firme, além de um plano rigoroso com metas a serem seguidas para a redução da dependência do petróleo.

De acordo com o Brasil de Fato (2023), em algumas falas do presidente durante a COP 28, foi possível perceber ele comentar sobre a redução da utilização de combustíveis fósseis, mas não a eliminação. Entretanto, ainda segundo o site, Lula disse que o Brasil está caminhando para a troca de energia limpa, contudo o país é uma economia muito dependente do petróleo, e que aos poucos vai conseguir mudar o rumo para uma transição energética, mas para que isso aconteça vão ser precisos diversos investimentos e criação de novas tecnologias capazes de suprimir as demandas.

Ademais, ainda durante a Conferência, Lula reiterou a necessidade da transição energética justa, dado que, historicamente, não foram os países menos desenvolvidos que eliminaram enormes quantidades de gás carbônico na atmosfera. Além disso, também cita a necessidade de um financiamento para a mitigação climática por parte dos países em desenvolvimento.

O desmatamento, pauta abordada em diversos encontros, tomou novos rumos durante os dois primeiros anos de Lula ao poder, de acordo com a Secretaria de Comunicação Social (2024), de agosto de 2023 a julho de 2024, o desmatamento da Amazônia teve uma queda de 45,7% em relação ao mesmo período analisado entre 2022 e 2023.

Neste aniversário do Deter, que completa 20 anos, a gente pode dizer que fazer política pública com base em evidência dá resultado. Evidência e bom senso. A evidência olha para o que a ciência diz e o bom senso olha para o que a experiência diz, inclusive das comunidades locais, populações locais, políticas públicas que dão certo ou experiências que vêm dando certo. Esse é um esforço em equipe, 19 ministérios trabalhando juntos”, destacou a ministra do Meio Ambiente e Mudança do

Clima, Marina Silva. De acordo com ela, cada vez mais, daqui para frente, “vamos precisar dos ministérios da dinâmica do desenvolvimento, olhando para a agricultura, para a energia, para o transporte, para todos os setores”. “É isso que vai fazer com que o desmatamento tenha queda consistente, não apenas por ação de comando e controle. É muito animador e gratificante verificar que, mesmo com todas as dificuldades, é possível ter política pública que faça o enfrentamento”, complementou Marina Silva (SCS, 2024).

Por fim, em setembro de 2024, foi anunciado após as grandes queimadas, a criação de uma Autoridade Climática e de um Comitê Técnico para auxiliar o governo, com a criação de medidas para a mitigação climática, além de conseguir fiscalizar e auxiliar na criação políticas públicas que auxiliem em manter o compromisso com as questões ambientais.

O nosso objetivo é estabelecer as condições para ampliar e acelerar as políticas públicas a partir do Plano Nacional de Enfrentamento aos Riscos Climáticos Extremos. Nosso foco precisa ser a adaptação e preparação para o enfrentamento a esses fenômenos. Para isso, vamos estabelecer uma autoridade climática e um comitê técnico científico que dê suporte e articule implementação das ações do governo federal", disse Lula.

Portanto, foi possível perceber que, por mais que o governo tenha mudado, as questões e consequências das ações do antigo governo passado seguem até o presente. Logo, o importante é pensar no atual cenário, buscando realizar da melhor maneira possível reverter os estragos causados e ampliar as fronteiras para o futuro.

4.4 O que esperar do Brasil durante a COP 29, e sobre a sua liderança durante a COP 30

A expectativa para o Brasil durante a COP 29 é trazer as afirmações que são tópicos sempre necessários. É preciso criar novas medidas, que sejam rígidas e seguidas fielmente para a diminuição de gás carbônico. É necessário fazer planos para uma transição energética. É importante o desenvolvimento de fundos para auxiliar os países em desenvolvimento, com novas tecnologias e meios capazes de fazer com que haja uma segunda opção além da utilização de combustíveis fósseis.

Mais uma vez, trazer a pauta de um governo preocupado com a preservação da Amazônia, após anos de desmatamento. Provavelmente, deverá reafirmar os compromissos de reduzir o desmatamento ilegal, a fim de buscar a imagem internacional de ser um país engajado na proteção do meio ambiente e da Floresta Amazônica.

É esperado que haja um destaque para as transições energéticas, com o objetivo de destacar seus esforços para adaptação de novas energias, como bioenergias, energia solar e eólica. Além disso, o Brasil deverá fazer esforços diplomáticos durante a COP 29, para garantir

que a próxima COP tenha visibilidade, propondo temas e agendas que destaquem a importância da região do Pará e da Amazônia para o equilíbrio ambiental e climático.

Ainda sobre o estado do Pará, este na Conferência das Partes em Baku, Azerbaijão, está tendo uma participação de destaque e necessária, dado que é “ um momento crucial para a Amazônia e para o Brasil, quando o Estado se firma como líder na busca por soluções para a crise climática e social” (Nascimento, 2024).

Outro projeto de peso que o Pará apresentará é o Programa Pecuária Sustentável, que busca garantir o desenvolvimento e a integridade da cadeia produtiva, implementando a identificação individual de todo o rebanho até 2026. Esta é a maior iniciativa de monitoramento sanitário e ambiental da pecuária no Brasil e destaca o compromisso do Estado com a redução do desmatamento e o desenvolvimento econômico sustentável. Os principais avanços apresentados serão a brincagem dos animais, que já foi iniciada, e o programa de requalificação comercial, que traz de volta ao mercado da carne produtores comprometidos com a recuperação de suas áreas (Nascimento, 2024).

Ademais, tudo o que for dito, aceito e acordado durante a 29ª reunião, vai implicar diretamente no modo pelo qual o Brasil vai portar-se durante a COP 30 do ano que vem.

O Brasil está comprometido com o desenvolvimento sustentável, afirmou o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, durante o discurso no segmento de alto nível da 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), em Baku, no Azerbaijão. “Estamos implementando o Plano Clima, que servirá como guia da política climática brasileira até 2035. Firmamos também o Pacto pela Transformação Ecológica, entre os três poderes do Estado brasileiro, para a implementação do qual é fundamental a participação da sociedade civil. Precisamos de medidas concretas e no ritmo necessário. Terei a honra de apresentar nessa COP 29 a NDC do Brasil”, destacou (Sinimbu, 2024).

Por fim, a partir do acontecido durante o decorrer de quase dois anos do novo mandato de Lula, sua política externa e diplomacia ambiental adotadas, além da participação na COP 28 e durante o primeiro dia da COP 29, é provável que o padrão que conhecemos de ideias e ações do governo possam ser mantidos até o ano que vem, para a liderança da COP 30, em Belém.

Portanto, o local escolhido para sediar a Conferência é de extrema importância, uma vez que será um marco para história, pois será a primeira vez que uma COP acontecerá na Amazônia. Além disso, é possível esperar os seguintes tópicos: preservação Amazônica, palco sede, vai ter todos os holofotes direcionados para a urgência de proteção; Iniciativas de desenvolvimento sustentável, bioeconomia, agricultura sustentável e incentivo ao uso de energias limpas; Acordos de cooperação regionais, principalmente com os países da Bacia Amazônica e seus vizinhos; Maior pressão sobre as mudanças climáticas, impulsionando países a diminuir mais a sua meta de emissão de gases, com o objetivo de não ultrapassar o limite estipulado pelo Acordo de Paris, de 1,5°C.

Esta vai ser uma oportunidade única para o Brasil se posicionar internacionalmente como um líder sobre as questões ambientais e climáticas. Contudo, o país deve tentar alinhar seu crescimento econômico junto com a preservação ambiental, portanto, deve ter uma conduta muito cuidadosa com os objetivos que pretende adotar e seguir, e aceitar críticas caso não consiga atingir com suas metas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pontuou os conceitos de Política Externa, Análise de Política Externa, Política Externa Ambiental e Diplomacia Ambiental, com o objetivo de aplicá-los no estudo de Política Externa dos Governos de Jair Bolsonaro (2019-2022) e do terceiro mandato de Lula (2023-2024). O estudo da Política Externa foi necessário para poder compreender quais políticas, medidas, regras e leis foram adotadas durante o período de cada presidente, com o objetivo maior de analisar o cenário como um todo para conseguir entender o motivo de atitude aderida perante seus meios.

O primeiro capítulo destacou as conferências como a base inicial para o mundo perceber que as mudanças climáticas de fato tem grande importância para o mundo e para as relações internacionais. Durante o século XX a preocupação com o meio ambiente aumentou, pois não passou despercebido as consequências que as mudanças climáticas estão causando. Em 1970, o mundo passou a ter maior conhecimento do impacto das mudanças climáticas. A partir deste ponto, no Regime Internacional de Mudanças Climáticas, as Nações Unidas criaram mecanismos para reunir sistematicamente os países e favorecer a definição de medidas necessárias e prazos para serem executadas. Logo, surgiram as Conferências das Partes, que foram acontecendo a cada ano, com o objetivo de estabelecer metas nacionais e globais para mitigar as mudanças climáticas e reduzir as taxas de emissão do gás carbônico.

Durante o segundo capítulo, foram abordadas as diferentes políticas de cada governo. Jair Bolsonaro, aderiu leis e medidas que beneficiassem a direita e a bancada do agronegócio, deixou de lado a relevância da Floresta Amazônica para o mundo e a deixou exposta para ser explorada e queimada, por garimpeiros e grupos com interesses econômicos. Além disso, ignorou os Direitos Humanos, principalmente dos Indígenas, que perderam seus lares e sua terra. Mostrou seguir fielmente a ideologia de Trump, e adotou o negacionismo para as questões ambientais e climáticas, culminando na perda de liderança do país como ativista do meio ambiente, e do prestígio com demais Estados. Quando Lula assumiu em 2023, este teve que arcar com as consequências deixadas pela ex-presidência, ou seja, teve que lidar com o caos para tentar reverter o estado que o país se encontrava. Passou a tentar reatar as relações bilaterais, a fim de firmar acordos em comum com o objetivo de auxiliar na diminuição do desmatamento e na redução da crise climática. Buscou ativamente deixar o Brasil novamente com o *status* de líder internacional que defende os Direitos Humanos e o Meio Ambiente. Voltou a participar de reuniões e fóruns multilaterais, com o intuito de demonstrar as novas

medidas adotadas e as metas estabelecidas, junto das conquistas alcançadas, além de procurar firmar cooperações para a proteção do meio ambiente e mitigação da crise climática.

No último capítulo é abordado a política externa e a diplomacia com o viés ambiental entre os dois governos, trazendo pontos mais a fundo sobre cada medida tomada ou não por cada um dos presidentes. De fato foram identificadas questões que contribuíram para o desmatamento, as queimadas e conseqüentemente para as mudanças climáticas nos anos de 2019 a 2022, reforçando uma atitude negacionista. Por outro lado, a partir de 2023 observamos diversas ações no sentido de reverter os prejuízos causados por esta atitude negacionista e tentativas frequentes de retomar a agenda ambiental por meio de fortalecimento da diplomacia e retomada de parcerias internacionais.

Ao analisar por completo o contexto e ao relacionar com a hipótese, é possível atestar que este trabalho identificou uma ampla alteração da Política Externa Brasileira no que diz respeito às questões ambientais e climáticas, a partir do Governo Bolsonaro para o terceiro mandato de Lula.

A partir da análise de cada período respectivo, a Política Externa Ambiental Brasileira tomou rumos e formas diferentes, entre os anos de 2019 a 2022, houveram retrocessos vistos em diferentes áreas da PEB, fosse em cooperações internacionais, relações bilaterais, participação em organizações internacionais, aumento do desmatamento e a falta de preocupação com os Direitos Humanos, o país parecia que somente dava passos para trás, voltando casas em um jogo que dominava. A partir da vitória de Lula em outubro de 2022, novas medidas foram adotadas para remediar as questões diplomáticas e negacionistas em relação ao meio ambiente. O Brasil, aos poucos, foi retomando seu papel de protagonista nas questões ambientais internacionais.

REFERÊNCIAS:

2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 28 de out de 2024.

Açikalin, Şuay Nilhan. Um novo modelo de liderança alternativa para analisar o papel dos líderes na política externa. **JANUS.NET, e-journal of International Relations**. e-ISSN: 1647-7251 Vol. 12, N°. 2 (Novembro 2021-Abril 2022), pp. 1-18. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/server/api/core/bitstreams/bafe60e3-36c4-4967-bea7-f64ed4bbefc6/content?page=3>. Acesso em: 02 de nov de 2024.

Acordo Mercosul- UE tem compromissos modernos para comércio e o desenvolvimento sustentável, defende CNI. **Agência de Notícias da Indústria**. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/acordo-mercosul-ue-tem-compromissos-modernos-para-o-comercio-e-o-desenvolvimento-sustentavel-defende-cni/>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Aguiar, Sofia; Spechoto, Caio. Lula confirma criação de uma moeda dos BRICS para facilitar trocas comerciais. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/lula-confirma-criacao-de-uma-moeda-comum-do-brics-para-facilitar-trocas-comerciais/>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Amorim, Felipe. Bolsonaro diz que pressão sobre mudança climática é “jogo comercial”. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/12/15/bolsonaro-diz-q-ue-pressao-sobre-mudanca-climatica-e-jogo-comercial.htm>. Acesso em: 23 de out de 2024.

Anjos, Anna Beatriz. Na COP 28, Lula mostra lição de casa sobre Amazônia, mas reforça contradição com petróleo. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/04/na-cop28-lula-mostra-licao-de-casa-sobre-amazonia-mas-reforca-contradiccao-com-petroleo>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Almeida, G. M. D.; Meirelles I.; Pennacchio J. V.; Lima N.; Sales, R. O. R.; Duarte, T. D. P.; Cirino, T. N.; Maringoni G. Brasil e a América Latina, anos de retrocesso na integração regional. In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. D. **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia**. São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa Brasileira e Inserção Internacional do Brasil, 2020. P. 21-30.

Alves, Rosa Ana. Após ser criticado na ONU, Brasil diz que age para proteger direitos dos povos indígenas. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-ser-criticado-na-onu-brasil-diz-que-age-para-protetor-direitos-de-povos-indigenas-25196791>. Acesso em 26 de out de 2024.

Aquino, A. B; Silva, F. A. D.; Silva, G. P. D.; Raimundo, G. M; Alcantara, I. B.; Santos, V. S.; Gomes, V. C. M. Como o governo Bolsonaro progressivamente apagou na América Latina.

Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil. Disponível em: <https://opeb.org/2022/12/14/como-o-governo-bolsonaro-progressivamente-se-apagou-na-america-latina/>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

AR4 Climate Change 2007: Mitigation of Climate Change. **IPCC.** Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/wg3/>. Acesso em: 14 de jun de 2024.

Azzi, Diego Araujo; Rocha, Lucas; Branco, Luís Gustavo; Lagosta, Pedro; Mendes, Pedro; Paula, Sara Aparecida de; Goldfarb, Yamila. A política externa bolsonarista e o agravamento de um Brasil insustentável. In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. D. **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia.** São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa Brasileira e Inserção Internacional do Brasil, 2020. P. 81-94.

Azzi, Diego; Frenkel, Alejandro. Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese? **Nueva Sociedad.** Disponível em: <https://nuso.org/articulo/Jair-Bolsonaro-desintegracao-America-Sul/>. Acesso em 31 de out de 2024.

Baby, R. A.; Balogh, T. S.; Kaneko, T. M.; Pedriali, C. A.; Velasco, M. V. R. Proteção à radiação ultravioleta: recursos disponíveis na atualidade em fotoproteção. **Anais Brasileiros de Dermatologia,** v. 86, n. 4, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0365-05962011000400016>. Acesso em: 18 de jun de 2024.

Barbiéri, Luiz Felipe. Bolsonaro diz que Brasil não precisa de dinheiro da Alemanha para preservar a Amazônia. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/11/bolsonaro-diz-que-brasil-nao-precisa-de-dinheiro-da-alemanha-para-preservar-amazonia.ghtml>. Acesso em: 27 de out de 2024.

Barretto, Eduardo. Governo Bolsonaro gastou R\$31 bilhões em apoio ao agronegócio em 2022. **Metrópoles,** 15 de dez de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/governo-bolsonaro-gastou-r-31-bilhoes-em-apoio-ao-agronegocio-em-2022>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

BBC. Mudanças Climáticas: Governo Bolsonaro quer convencer o mundo que problema do Brasil é de ‘imagem’. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/09/14/mudancas-climaticas-governo-bolsonaro-que-r-convencer-o-mundo-que-problema-do-brasil-e-de-imagem.ghtml>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

Becerra, Abril. Para Bolsonaro a Crise Climática é uma fantasia, “um complô marxista”. Entrevista com Eliane Brum - publicado por Diário Uchile - tradução Cepat. **Instituto Humanitas Unisinos.** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/595777-para-bolsonaro-a-crise-climatica-e-uma-fantasia-um-complo-marxista-entrevista-com-eliane-brum>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

BEDONI, M.; FARIAS, T. COP 28: balanços, reflexões e perspectivas. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-04/cop-28-balancos-reflexoes-e-perspectivas/>. Acesso em 23 de jun de 2024.

Benites, Afonso. Por alinhamento com Trump, Bolsonaro ignorou aposta de Paulo Guedes para presidência do BID. EL País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-18/por-alinhamento-com-trump-bolsonaro-ignorou-aposta-de-paulo-guedes-para-presidencia-do-bid.html>. Acesso em: 26 de out. de 2024.

Berringer, Tatiana; Carneiro, Gabriel Santos; Soprijo, Gabriel; Souza, Leonardo Martin de; Barros, Larissa de Oliveira. Nacionalismo às avessas. In; Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berringer, Tatiana. **As bases da política externa bolsonarista : relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André, SP : Editora UFABC, 2021. P. 139-152.

Blasberg, Mirian. O Acelerador. **SPIEGEL Fora do País**. Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/ausland/jair-bolsonaro-und-die-feuer-in-brasilien-der-brandbeschleuniger-a-1283296.html>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Bolsonaro exhibe caixa de cloroquina para Emas no Palácio da Alvorada. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/23/bolsonaro-exibe-caixa-de-cloroquina-para-emas-no-palacio-da-alvorada.htm>. Acesso em 24 de out de 2024.

Bolsonaro na ONU: discurso sem futuro. **Política por Inteiro**, 2022. Disponível em: https://politicaporinteiro.org/2022/09/20/bolsonaro-na-onu-um-discurso-sem-futuro/?_gl=1*_1xnliw0*_ga*MTAxMjE0MTQ4NC4xNzEzZmJk3MDY0*_ga_SRSBT9JQKG*MTcxMzI5NzA2My4xLjEuMTcxMzI5NzA4Mi4wLjAuMA. Acesso em: 9 de abri de 2024.

Bolsonaro, ‘o infamador’: mídia internacional sobe o tom de críticas ao Brasil. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49442706>. Acesso em: 27 de out de 2024.

Bolsonaro sobre vacina da Pfizer: ‘Se você virar um jacaré, é problema seu’. **IstoÉ**. Disponível em: <https://istoe.com.br/bolsonaro-sobre-vacina-de-pfizer-se-voce-virar-um-jacare-e-problema-de-voce/>. Acesso em 26 de out de 2024.

Brasil: Inconsistências em direitos humanos no primeiro ano do governo Lula. **Humans Right Watch**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2024/01/11/brazil-mixed-rights-record-lulas-first-year>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Brasil rompe tradição de 27 anos e vota na ONU com EUA e Israel por embargo econômico a Cuba. **O Globo**. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-rompe-tradicao-de-27-anos-vota-na-onu-com-eua-israel-por-embargo-economico-cuba-24067316>. Acesso em 26 de out. de 2024.

Bueno, Guilherme. Diplomacia Ambiental: Histórico, Discussões e Princípios. **ESRI**. Disponível em: <https://esri.net.br/diplomacia-ambiental-conceitos/>. Acesso em 31 de out de 2024.

Caldas, Ana Lúcia. COP 30 no Brasil: falta um ano para a Conferência sobre Mudança do Clima. **RadioAgência**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-11/cop-30-no-brasil-falta-um-ano-para-conferencia-sobre-mudanca-do-clima#:~:text=A%20COP%2D30%20posiciona%20o,financiamento%20para%20pa%C3%ADses%20em%20desenvolvimento>. Acesso em: 12 de nov de 2024.

Calmon de Passos, Priscila N. A Conferência de Estocolmo como Ponto de Partida para a Proteção Internacional do Meio Ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, 2009. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Campos, Ana Cristina. Registro de novos agrotóxicos segue em alta no Brasil, diz Mapa. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/registro-de-novos-agrotoxicos-segue-em-alta-no-brasil#:~:text=A%20publica%C3%A7%C3%A3o%20Atlas%20dos%20Agrot%C3%B3xicos,sendo%2043%20princ%C3%ADpios%20ativos%20in%C3%A9ditos>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Carrington Damian. Amazon Rainforest now emitting more CO2 than it absorbs. **The Guardian**, 14 jul 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/jul/14/amazon-rainforest-now-emitting-more-co2-than-it-absorbs>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Carta das Nações Unidas. **UNICEF Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/carta-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Cervo, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2012, 4ª edição. Disponível em: https://www.academia.edu/30352737/CERVO_BUENO_Historia_da_Politica_Exterior_do_Brasil_2002_LIVRO_COMPLETO. Acesso em: 06 de jun de 2024.

Chade, Jamil. Atitude da Europa abre a 1ª crise diplomática com governo Lula. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/25/atitude-da-europa-abre-1-crise-diplomatica-com-governo-lula.htm>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Chiavari, Joana; Gandour, Clarissa; Lopes, Cristina. L.; Mourão João. Conciliação Ambiental e Desmatamento na Amazônia: Implicações e Desafios a partir de Evidências. **Climate Policy**

Initiative. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/conciliacao-ambiental-e-desmatamento-na-amazonia-implicacoes-e-desafios-a-partir-de-evidencias/>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Cimeira sobre as alterações climáticas (COP 26). **Consilium.** Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/cop26/>. Acesso em 25 de jun de 2024.

CLIMATE CHANGE: The IPCC 1990 and 1992 Assessments. **Intergovernmental Panel on Climate Change.** Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/ipcc_90_92_assessments_far_full_report.pdf. Acesso em: 14 de jun de 2024.

CNN. Alemanha e Noruega estão dispostas a retomar financiamento do Fundo Amazônia no Governo Lula. **CNN Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/alemanha-e-noruega-estao-dispostas-a-retomar-financiamento-do-fundo-amazonia-em-governo-lula/>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Com Bolsonaro, Amazônia tem o maior desmatamento desde 2006. **Greenpeace Brasil.** Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/com-bolsonaro-amazonia-tem-maior-desmatamento-de-sde-2006/#comments>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Conferência das Partes. **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes.html>. Acesso em: 10 de jun de 2024.

Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas.html>. Acesso em: 22 de abri de 2024.

Convenção sobre a Mudança do Clima. **Cetesb.** Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>. Acesso em: 6 de jun de 2024.

COP 24: países definem regras para implementar Acordo de Paris. **Agência Brasil.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-12/cop24-paises-definem-regras-para-implementar-acordo-de-paris>. Acesso em: 17 maio de 2024.

COP 27 termina com acordo histórico para perdas e danos. **The Nature Conservancy.** Disponível em: [COP27 termina com acordo histórico para perdas e danos](#). Acesso em: 20 de jun de 2024.

COP: o que é, como surgiu, qual a importância? **Planeta Campo**. Disponível em: <https://planetacampo.canalrural.com.br/cop26/cop-o-que-e-como-surgiu-qual-a-importancia/>. Acesso em: 6 de jun de 2024.

COP. **Senado Notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/cop>. Acesso em 16 de jun de 2024.

Corrêa, Douglas. Marina Silva diz que proteger o meio ambiente é salvar vidas. **AgênciaBrasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/marina-silva-diz-que-protoger-o-meio-ambiente-e-salvar-vidas>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Crise na Venezuela: Brasil e EUA reconhecem líder da oposição Juan Guaidó como presidente interino do país. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46980502>. Acesso em: 25 de out de 2024.

Cristina, Lucélia; Oliveira, José Carlos. O meio ambiente no Governo Lula. **Rádio Câmara**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/932931-o-meio-ambiente-no-governo-lula/>. Acesso em: 15 de maio de 2024.

Dalpia, Gabriel Luiz Campos; Meneguzzi, Vinicius de Matos. Relações Brasil-Índia em 2023: novos horizontes diplomáticos e econômicos no contexto do BRICS. In: Jesus, Samuel de (org.). **A Política Externa do Terceiro Governo Lula: O Retorno do Brasil à Política Internacional**. Campo Grande: Editora Voz e Voz, 2024. P. 136-149.

Dalpia, Gabriel Luiz Campos; Rodrigues, Isabela Barbosa. 50 Anos das Relações Sino-Brasileiras: recomeços e parcerias. In: Jesus, Samuel de (org.). **A Política Externa do Terceiro Governo Lula: O Retorno do Brasil à Política Internacional**. Campo Grande: Editora Voz e Voz, 2024. P. 15-32.

Dasgupta, Aniruddha. Em avanço histórico, COP 27 estabelece fundo para ajudar países vulneráveis a enfrentar impactos climáticos. **WRI BRASIL**. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/imprensa/posicionamento-cop27-fundo-perdas-danos>. Acesso em: 17 de jun de 2024.

Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 6-16 de junho de 1972. **Cetesb**. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/33/2016/09/Declaracao-de-Estocolmo-5-16-de-junho-de-1972-Declaracao-da-Conferencia-da-ONU-no-Ambiente-Humano.pdf>. Acesso em: 7 de jun de 2024.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. **UNICEF Brasil**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos#:~:text=Todo%20ser%20humano%20tem%20direito,liberdade%20e%20%C3%A0%20seguran%C3%A7a%20pessoal.&text=Ningu%C3%A9m%20ser%C3%A1%20mantido%20em%20escravid%C3%A3o,em>

[%20todas%20as%20suas%20formas.&text=Ningu%C3%A9m%20ser%C3%A1%20submetido%20%C3%A0%20tortura,castigo%20cruel%2C%20desumano%20ou%20degradante.](#) Acesso em: 01 de nov de 2024.

Desmatamento da Amazônia: novos números põem em dúvida promessas do Brasil na COP 26, diz imprensa internacional. **BBC News Brasil.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59339528>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Desmatamento em Terras Indígenas da Amazônia é o menor em seis anos. **Imazon.** Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/desmatamento-em-terras-indigenas-da-amazonia-e-o-menor-em-seis-anos/>. Acesso em: 24 de out de 2024.

Desmatamento na Amazônia nos anos Bolsonaro (2019-2022). **InfoAmazonia.** Disponível em: <https://infoamazonia.org/storymap/desmatamento-na-amazonia-nos-anos-bolsarno-2019-2022/>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Dias, Marina. Sem apresentar provas Bolsonaro diz que houve fraude eleitoral e que foi eleito no 1º turno. **Folha de São Paulo.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/sem-apresentar-provas-bolsonaro-diz-que-houve-fraude-eleitoral-e-que-foi-eleito-no-1o-turno.shtml>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Discursos do presidente Lula e da ministra Marina Silva no painel "Protegendo a natureza para o clima, vidas e subsistência", na COP 28. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima,** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/discurso-do-presidente-lula-e-da-ministra-marina-silva-no-painel-1-prottegendo-a-natureza-para-o-clima-vidas-e-subsistencia-na-cop28>. Acesso em: 9 de abri de 2024.

Discurso do Secretário-Geral da ONU à Assembleia Geral - 21 de setembro de 2021. **Nações Unidas Brasil.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-%C3%A0-assembleia-geral-%E2%80%93-21-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 26 de out de 2024.

DORSEY, Kurk. **Environmental Diplomacy.** Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/social-sciences/encyclopedias-almanacs-transcripts-and-maps/environmental-diplomacy>. Acesso em: 22 de abri de 2024.

Efeito estufa e Aquecimento Global. **Ministério do Meio Ambiente.** Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/informma/item/195-efeito-estufa-e-aquecimento-global.html#:~:text=O%20efeito%20estufa%20%C3%A9%20um,Terra%2C%20promovendo%20o%20seu%20aquecimento>. Acesso em: 22 de abri de 2024.

Entenda os Três Pilares da Sustentabilidade. **TERA Ambiental.** Disponível em: <https://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/entenda-os-tres-pilares-da-sustentabilidade>. Acesso em: 23 de jun de 2024.

Entenda por que não é possível fraudar a urna eletrônica. **Tribunal Regional Eleitoral - GO.** Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/entenda-por-que-nao-e-possivel-fraudar-a-urna-eletronica>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Falconery, Lucas. André Trigueiro avalia luta contra crise climática: “nós perdemos o direito de errar”. **Diário do Nordeste.** Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/andre-trigueiro-avalia-luta-contr-a-crise-climatica-nos-perdemos-o-direito-de-errar-1.3561266>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Farias, Everton; Matos, Giovana; Leite, Letícia; Franco, Luiz; Lagosta, Pedro; Martins, Rafaela; Azzi, Diego Araujo. De referência a pária. A tragédia da diplomacia ambiental no governo Bolsonaro. In; Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berringer, Tatiana. **As bases da política externa bolsonarista : relações internacionais em um mundo em transformação.** Santo André, SP : Editora UFABC, 2021. P. 75-88.

Fasolo, Carolina. Orçamento socioambiental do governo Bolsonaro é o menor em 17 anos. **ISA.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/orcamento-socioambiental-do-governo-bolsonaro-e-o-menor-em-17-anos>. Acesso em: 23 de out de 2024.

Fernandes, Ivan Filipe; Fernandes, Guilherme A. de A. Lopes. Retomada do protagonismo e equilíbrio: a política externa no novo governo Lula. **CEBRI.** Ano 3, Nº 9 , Jan-Mar 2024, p. 123-143. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/189/273>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Filho, Marcelo José Florindo; Santos, Rafael Borges dos. Perspectivas e Desafios: A Relação Brasil-Mercosul no Primeiro Ano do Terceiro Mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. In: Jesus, Samuel de (org.). **A Política Externa do Terceiro Governo Lula: O Retorno do Brasil à Política Internacional.** Campo Grande: Editora Vez e Voz, 2024. P. 69-98.

Fundo Verde para o Clima: o que é e como funciona? **WayCarbon.** Disponível em: <https://blog.waycarbon.com/2021/08/fundo-verde-para-o-clima-o-que-e-como-funciona/>. Acesso em: 22 de jun de 2024.

Gilly, Lara. Bolsonaro diz que quer acabar com ‘festa’ de multas do Ibama. **G1.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2018/12/01/bolsonaro-participa-de-formatura-de-cadetes-na-academia-militar-das-agulhas-negras.ghtml>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Gonçalves, Fernanda Nanci; Pinheiro, Leticia. **Análise de Política Externa:** o que estudar e por que?. 1ed. Curitiba: Intersaberes, 2020.

Gullino, Daniel; Oliveira, Eliane; Figueiredo, Janaina. Bolsonaro diz que Mercosul não pode ser ‘sinônimo’ de ineficiência e critica Argentina. **O Globo.** Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-diz-que-mercosul-nao-pode-ser-sinonimo-de-ineficiencia-critica-argentina-25097802>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Governo celebra resultados da COP 28 nos Emirados Árabes. **Planalto - GOV**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/governo-celebra-resultados-da-cop-28-nos-emirados-arabes>. Acesso em: 24 de jun de 2024.

Groba, Paula. Brasil teve participação ‘marcante’ na COP 28, dizem senadores. **Senado Notícias**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/noticias/materias/2023/12/11/brasil-teve-participacao-marcante-na-cop-28-dizem-senadores#:~:text=Senadores%20da%20comitiva%20que%20esteve,Brasil%20na%20confer%C3%Aancia%20do%20clima>. Acesso em: 5 de abri de 2024.

GUEDES, Maria J. História das Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/historia-das-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-mudancas-climaticas/>. Acesso em 15 de jun de 2024.

Guerra, Rayanderson. Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais; leia as frases. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>. Acesso em: 25 de out de 2024.

GUITARRA, Paloma. COP - Conferência das Partes. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/cop-conferencia-das-partes.htm>. Acesso em 9 de jun de 2024.

Hirst, Monica. A política externa brasileira e suas agendas de pesquisa: entre dimensão conceitual e o sentido prático. **FUNAG**. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/ipri/arquivos-ipri/monica-hirst-a-politica-externa-brasileira-e-suas-agendas-de-pesquisa.pdf>. Acesso em 01 de nov de 2024.

Hirst, Monica. A política externa de Lula 3.0 além do horizonte. **Cadernos Adenauer XXIV** (2023) n°1. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/19294631/Cadernos+1-2023+-+cap+5.pdf/cc1e72c8-2299-9206-5683-bff860f1735c?t=1682363360257>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Hirst, Monica; Maciel, Tadeu Morato. A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro. **SciELO**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4771>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

History of the IPCC. **IPCC**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/about/history/>. Acesso em 5 de jun de 2024.

Ignacio, Julia. ECO-92: o que foi a conferência e quais foram seus principais resultados. **Politize**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eco-92/>. Acesso em: 16 de jun de 2024.

Intergovernmental Panel on Climate Change. **IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007**. Disponível em: https://archive.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg3/en/ch1s1-2.html. Acesso em: 14 de maio de 2024.

IPCC Fourth Assessment Report: Climate Change 2007. **Intergovernmental Panel on Climate Change**. Disponível em: https://archive.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/wg3/en/ch1s1-2.html. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Jesus, Samuel de; Silva, Emily Rayane Batista da. A Geopolítica Ambiental Terceiro Governo Lula: ambiguidades e contradições. In: Jesus, Samuel de (org.). **A Política Externa do Terceiro Governo Lula: O Retorno do Brasil à Política Internacional**. Campo Grande: Editora Vez e Voz, 2024. P. 150-161.

Jornal Nacional. Bolsonaro volta a insinuar que China teria criado o coronavírus propositalmente. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghtml>. Acesso em 25 de out de 2024.

Jubé, Andrea. Brasil prevê parcerias com China na agricultura e defende converter áreas de pastagem em plantio. **Valor**. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/03/27/apex-quer-parceria-com-chineses-na-agricultura-e-defende-converter-reas-de-pastagem-em-plantio.ghtml>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Lago, André A. C. do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Lago, André A. C. do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

Lakatos, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

Landim, Raquel. Documentos indicam que Brasil desistiu de mais de 40 milhões de doses do Covax. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/documentos-indicam-que-brasil-desistiu-de-mais-de-40-milhoes-de-doses-do-covax/>. Acesso em: 24 de out de 2024.

Legnaioli, Stella. O que são os Gases do Efeito Estufa. **ECycle**. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/gases-do-efeito-estufa/>. Acesso em: 22 de abri de 2024.

Leles, Tiago; Lucena, Silvio. Diplomacia Ambiental e o Fundo Amazônico: o Papel do Itamaraty. **Anais da XIV Semana do Meio Ambiente**. v1, 2021. Disponível em: <https://www.unifor.br/documents/20143/4845162/GT4-Silvio+Lucena+Medeiros+e+Tiago+Lel+es.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2024.

Lennon, Seane. EUDR: entenda a lei europeia que impacta o agronegócio brasileiro. **AGROLINK**. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/eudr--entenda-a-lei-europeia-que-impacta-o-agronegocio-brasileiro_494955.html. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Lima, Maria Regina Soares de. A dialética da política externa de Lula 3.0. CEBRI. ANO 2 / Nº 5 / JAN-MAR 2023. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/74/a-dialetica-da-politica-externa-de-lula-30>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Lopes, Rodrigo. O que, afinal, é “globalismo”, termo usado com frequência pelo governo Bolsonaro. **Zero Hora**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/01/o-que-afinal-e-globalismo-termo-usado-com-frequencia-pelo-governo-bolsonaro-cjqs1i98g00hd01ukmxm6woks.html>. Acesso em: 26 de out de 2024.

Lula eleito: líderes mundiais parabenizam petista por vitória na eleição. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63451626>. Acesso em 03 de nov de 2024.

Maeda, M. Y.; Saes, M. S. M. **A Lógica da Ação Coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leópolis**. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/307.pdf>. Acesso em: 20 de jun de 2024.

Malta, Fernando. Diplomacia Brasileira e o Meio Ambiente: de exemplo global a pária internacional. **Autossustentável**. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2019/09/diplomacia-brasileira-e-o-meio-ambiente-de-exemplo-global-a-paria-internacional.html>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

Maltchik, Roberto; Malkes, Renata. Brasil reconhece Estado palestino. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-reconhece-estado-palestino-2916276>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Maringoni, Gilberto; Pennacchio, João Victor; Ribeiro, Letícia Silva; Santil, Desiré; Gal, Paulo Henrique Campos. Brasil e América Latina, os labirintos da integração. In; Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berringer, Tatiana. **As bases da política externa bolsonarista : relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André, SP : Editora UFABC, 2021. P. 153-164.

Martins, Thays. Lula assina cerca de 20 acordos com a China em encontro com Xi Jinping. **Correio Braziliense.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/04/5087312-lula-assina-20-acordos-com-a-china-em-encontro-com-xi-jinping.html>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Mazenotti, Priscilla. Brics ganha oficialmente mais cinco países como integrantes. **RadioAgência.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2024-01/brics-ganha-oficialmente-mais-cinco-paises-como-integrantes#:~:text=O%20grupo%20formado%20por%20Brasil,Emirados%20%C3%81rabes%2C%20Eti%C3%B3pia%20e%20Egito>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Meio Ambiente. “Cuidar da Amazônia significa cuidar da vida”, diz Lula ao lançar parceria com municípios para combater desmatamento. **Planalto - GOV. br.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/04/201ccuidar-da-amazonia-significa-cuidar-da-vida201d-diz-lula-ao-lancar-parceria-com-municipios-para-combater-desmatamento>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Mídia e ONGs criticam desmatamento: Brasil que Bolsonaro esconde. **UOL**, 19 de nov de 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2021/11/19/repercussao-internacional-e-ongs-desmatamento-amazonia.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os presidentes Lula e Biden. **GOV.br.** Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjuntamente-por-ocasio-do-encontro-entre-os-presidentes-lula-e-biden. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Ministério das Relações Exteriores. Surgimento do PROSUL. **GOV.br.** Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/mecanismos-internacionais/surgimento-do-prosul#:~:text=Nesta%20Declara%C3%A7%C3%A3o%2C%20oito%20pa%C3%ADses%20>. Acesso em: 30 de out de 2024.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Lula anuncia criação de autoridade climática. **Gov.br.** Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/lula-anuncia-criacao-de-autoridade-climatica>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Ministério do Meio Ambiente. Lula e Macron fortalecem cooperação ambiental na fronteira Brasil-Guiana. **Agência GOV.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/lula-e-macron-fortalecem-cooperacao-ambiental-na-fronteira-entre-brasil-e-guiana-francesa>. Acesso em: 02 de nov de 2024.

Ministro do Meio Ambiente defende passar ‘a boiada’ e ‘mudar’ regras enquanto atenção da mídia está voltada para Covid-19. **G1.** Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Nascimento, Igor. Pará apresenta na COP 29 avanços na agenda climática e ambiental na Amazônia paraense. **Agência Pará**. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/61253/para-apresenta-na-cop-29-avancos-na-agenda-climatica-e-ambiental-na-amazonia-paraense>. Acesso em: 12 de nov de 2024.

Nascimento, Vitor de Matos; Torres, Mariana Ferreira. O Brasil de Bolsonaro no Regime Internacional sobre a Mudança do Clima: um caminho sem volta? **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v.11, n. 3, p. 406-430, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12468/12444>. Acesso em: 15 de abri de 2024.

Neto, Barnabé L. de Oliveira. Da lama ao caos: retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 2, p. 59-80, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9937>. Acesso em: 15 de abri de 2024.

Observatório do Acordo de Paris: Resumão da COP 28 - Parte I. **LACLIMA**. Disponível em: <https://laclima.org/acordoparis/resumao-da-cop-28-parte-i/>. Acesso em: 25 de jun de 2024.

O Caminho até Dubai: conheça o histórico de COPs desde 1995. **FAS**. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/blog-da-fas/2023/11/17/o-caminho-ate-dubai-confira-o-historico-de-cop-desde-1995/>. Acesso em: 8 de jun de 2024.

O desafio do MERCOSUL é revitalizar seu esquema de integração, diz o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai. **MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/o-desafio-do-mercosul-e-revitalizar-seu-esquema-de-integracao-diz-o-ministro-das-relacoes-exteriores-do-paraguai/>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Oliveira, Eliane. Bolsonaro quer reforçar laços e fazer negócios com países do Leste Europeu. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-quer-reforcar-lacos-fazer-negocios-com-paises-do-leste-europeu-24277982>. Acesso em: 30 de out de 2024.

ONU. Acordo de Paris sobre o Clima. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>. Acesso em: 16 de jun de 2024.

ONU. A ONU e o Meio Ambiente. **Nações Unidas Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 19 de jun de 2024.

O que eles querem lá? Diz Bolsonaro sobre oferta de ajuda do G7 para a Amazônia. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49471483>. Acesso em 24 de out de 2024.

O que é o MERCOSUL? **MERCOSUL**. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/em-poucas-palavras/>. Acesso em: 02 de nov de 2024.

Pacheco, Priscila; Salim Leila. Lula lança novo plano antidesmatamento e anuncia revisão da pedalada climática. **Observatório do Clima**, 2023. Disponível em: <https://oc.eco.br/governo-lanca-novo-plano-de-combate-ao-desmatamento-e-anuncia-revisao-d-a-pedalada-climatica/>. Acesso em 13 de maio de 2024.

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). **Mudança do Clima 2023**. Relatório Síntese. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivo-s/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 20 de abri de 2024.

Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC. **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/paginas/painel-intergovernamental-sobre-mudanca-do-clima-ipcc>. Acesso em 12 de jun de 2024.

Pajolla, Murilo. 100 dias: Lula desfez retrocessos ambientais, mas proteção dos Biomas não está consolidada. **Brasil de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/10/100-dias-lula-desfez-retrocessos-ambientais-mas-protexao-dos-biomas-nao-esta-consolidada#:~:text=Entre%20as%20medidas%20de%20Lula,il-egal%20na%20Terra%20Ind%C3%ADgena%20Yanomami>. Acesso em: 5 de abri de 2024.

Pajolla, Murilo. Com Bolsonaro, desmatamento na Amazônia cresce 150%, pior marca já registrada pelo Imazon. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/20/com-bolsonaro-desmatamento-na-amazonia-cresce-150-pior-marca-ja-registrada-pelo-imazon>. Acesso em 04 de nov de 2024.

Past Conferences Overview. **United Nations Climate Changes**. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/past-conferences/past-conferences-overview#w#_23---Dubai-Bonn. Acesso em: 13 de abri de 2024.

Pereira, Alessandro; Bortoletto, Catarina; Azzi, Diego; Lelis, Letícia; Ribeiro, Letícia; Moreno, Lucas; Rocha, Lucas; Braco, Luís Gustavo; Jr., Olympio Barbanti; Lagosta, Pedro; Mendes, Pedro; Paula, Sara de; Goldfarb, Yamila. Negacionismo e Negócios: a Política Ambiental da Diplomacia Brasileira. In. Sousa, Ana Tereza L. M. de; Azzi, Diego Araujo; Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio (org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. P. 47-76.

Planalto. Elevamos a parceria entre o Brasil e os Estados Unidos ao seu melhor momento” diz Presidente Bolsonaro em evento virtual. **GOV.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/10/201celevamos-a-parceria-entre-o-brasil-e-os-estados-unidos-ao-seu-melhor-momento201d-diz-presidente-bolsonaro-em-evento-virtual>. Acesso: 29 de out de 2024.

Planalto. Rumo à COP 30. **GOV.br**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Política e Administração Pública. Presidentes dos Paramentos do G20 defendem reforma das instituições de governança global. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1109668-presidentes-dos-parlamentos-do-g20-defendem-reforma-das-instituicoes-de-governanca-global/>. Acesso em: 09 de nov de 2024.

Pompeia, Caio. As correntes do agronegócio durante o governo Bolsonaro: divergências e acordos em questões socioambientais. **OpenEditions Journals**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/93843?lang=fr>. Acesso em 03 de nov de 2024.

Por que acompanhar a COP 28? **ANBIMA**. Disponível em: https://www.anbima.com.br/en_us/institucional/publicacoes/por-que-acompanhar-a-cop-28.htm. Acesso em: 23 de jun de 2024.

Prazeres, Leandro. Brasil cortou 93% da verba para pesquisa em mudanças climáticas. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59096013>. Acesso em: 30 de out de 2024.

Presidência da República Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 de nov de 2024.

Presidência da República Casa Civil. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. **Planalto**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d65810.html. Acesso em: 30 de out de 2024.

Quais são as questões que colocam o agro no centro das polêmicas sobre preservação do meio ambiente. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/04/22/quais-sao-as-questoes-colocam-o-agro-no-centro-das-polemicas-sobre-preservacao-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

Quero, Caio; Passarinho, Nathalia. Governo Bolsonaro ameaça prestígio internacional do país, dizem diplomatas brasileiros. **BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48402241>. Acesso em: 27 de out de 2024.

RBA. No governo Bolsonaro, 93% das multas por crimes ambientais na Amazônia deixaram de ser pagas. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/19/no-governo-bolsonaro-93-das-multas-por-crimes-ambientais-na-amazonia-deixaram-de-ser-pagas>. Acesso em: 31 de out de 2024.

Relações Exteriores. Ano de 2023 foi orientado à reconstrução da política externa brasileira. **Agência Gov.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/ano-de-2023-foi-orientado-a-reconstrucao-da-politica-externa-brasileira>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Relações Exteriores. Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países. **Planalto - GOV.br.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises#:~:text=A%20relev%C3%A2ncia%20do%20BRICS%20%C3%A9,presidente%20Lula%20em%20seu%20discurso>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Relações Exteriores. Na África do Sul, Lula participa de fórum econômico e encontro de líderes do BRICS nesta terça-feira. **Planalto - Gov.Br.** Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/na-africa-do-sul-lula-participa-de-forum-economico-e-encontro-de-lideres-do-brics-nesta-terca-feira>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Relatório expõe estrago na política ambiental sob Bolsonaro. **Brasil de Fato.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/relatorio-expoe-estrago-na-politica-ambiental-sob-bolsonaro>. Acesso em: 24 de out de 2024.

Ribbeiro, Leonardo. “É inexplicável” a falta de autoridade da ONU para mediar o conflito envolvendo Israel, diz Lula. **CNN Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/e-inexplicavel-a-falta-de-autoridade-da-onu-para-mediacao-conflito-envolvendo-israel-diz-lula/>. Acesso em: 27 de out de 2024.

Rodrigues, Gilberto M. A. Política exterior de Bolsonaro: ideología y aislamiento diplomático (2019-2022). **Análisis Carolina.** Nº 13, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33960/AC_13.2022. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Rodrigues, Gilberto M. A.; Neiva, Flávia Mitaka; Miron, Giovanna; Freitas, José Luis de; Stephan Marina. Desconstrução dos Direitos Humanos na Política Externa Brasileira. In: Maringoni, Gilberto; Schutte, Giorgio Romano; Berringer, Tatiana. **As bases da política externa bolsonarista : relações internacionais em um mundo em transformação.** Santo André, SP : Editora UFABC, 2021. P. 89-102.

Rodrigues, Gilberto M. A.; Silva, Isabela Montilha da; Sabião, Mirella. Política externa, direitos humanos e pandemia de Covid-19. In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. D. **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia.** São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa Brasileira e Inserção Internacional do Brasil, 2020. P 57-70.

Rodrigues, Gilberto M. A.; Teixeira, Ana Paula Fonseca; Spaulonci, Caio Vitor; Morales, Felipe Augusto de Freitas; Pomellitto, Gabriel Pimentel; Soares, Letícia de Andrade Lima; Tokusato, Leticia Naomi; Giuffrida, Paulo Del Bianco. Política Externa de Direitos Humanos

em Cenário de Isolamento Internacional do Brasil. In. Sousa, Ana Tereza L. M. de; Azzi, Diego Araujo; Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio (org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. P. 77-96.

Santos, Letícia Britto dos. **Brasil e México no Regime Internacional de Mudanças Climáticas: Adoção de metas de redução dos gases do efeito estufa para os países em desenvolvimento**. 2010. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Curso de Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

Saraiva, Miriam Gomes; Albuquerque, Felipe L. Como mudar uma política externa? **CEBRI**. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/13/como-mudar-uma-politica-externa>. Acesso em: 20 de out de 2024.

Saraiva, Miriam Gomes; Silva, Alvaro Vicente Costa. Ideologia e Pragmatismo na Política Externa de Jair Bolsonaro. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Dezembro de 2019, n. 64, p. 117-137. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf. Acesso em 23 de out de 2024.

Secretaria de Comunicação Social. Desmatamento da Amazônia tem redução de 45,7%. **Gov. br**. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/desmatamento-na-amazonia-tem-reducao-de-45-7#:~:text=O%20desmatamento%20na%20Amaz%C3%B4nia%20teve.2022%20e%20julho%20de%202023>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Série: Caminhos para o financiamento da política socioambiental no Brasil. n 5, Fundo Verde para o Clima, GCF. **INESC**. Disponível em: https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/10/estudo-fundo-verde_inesc.pdf?x69356. Acesso em 23 de jun de 2024.

Seno, Pedro. Conferência ECO-92. **FFLCH USP**. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/69750>. Acesso em: 20 de jun de 2024.

Scherer, Lucas Mondin. A política Externa do governo Bolsonaro. **Relações Exteriores**. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 23 de out de 2024.

Silva, Alexandre Pereira da. Os princípios das relações internacionais e os 25 anos da Constituição Federal. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50 n. 200 out./dez. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/200/ril_v50_n200_p15.pdf. Acesso em: 02 de nov de 2024.

Silva, Diógenes D. das. Principais Conferências Internacionais Sobre o Meio Ambiente. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/principais-conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/1285970896>. Acesso em 8 de jun de 2024.

Sinimbu, Fabíola. COP 29: Alckmin destaca compromisso com desenvolvimento sustentável. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/cop29-alckmin-destaca-compromisso-com-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 13 de nov de 2024.

Sobre o GCF. **Ministério da Fazenda**. Disponível em: [Sobre o GCF — Ministério da Fazenda](#). Acesso em: 15 de jun de 2024.

Sombra, Thiago L. S. **RIL Brasília a. 53**, n. 210, abr./jun. 2016, p. 203-210. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/210/ril_v53_n210_p203.pdf. Acesso em: 10 de jun de 2024.

Sousa, Ana Tereza Lopes Marra de; Souza Bruna Belasques; Fonseca, Bruno Castro Dias da; Carneiro Gabriel Santos; Abrão, Rafael Almeida Ferreira; Santos, Vitor Hugo dos. Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: Azzi, D. A.; Rodrigues, G. M. A.; Sousa, A. T. L. M. D. **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia**. São Bernardo do Campo: Observatório de Política Externa Brasileira e Inserção Internacional do Brasil, 2020. P 31-45.

Sousa, Rafaela. Conferências ambientais. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/conferencias-ambientais.htm>. Acesso em: 14 de jun de 2024.

Souza, Gleice Donini de. **Aplicação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo: O Caso Novagerar**. 2007. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia Humana) - Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28012008-114705/publico/TESE_GLEICE_DONINI_SOUZA.pdf. Acesso em: 20 de jun de 2024.

Stargardter, Gabriel; Shalal, Andrea. EUA consideram aderir ao Fundo Amazônia; anúncio pode ser feito em encontro de Lula e Biden. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eua-consideram-aderir-ao-fundo-amazonia-anuncio-pode-ser-feito-em-encontro-de-lula-e-biden/>. Acesso em: 04 de nov de 2024.

Tasquetto, Lucas; Lelli, Felipe; Rocha, Gustavo; Ferraz, Kayque; Servilha, Mikael; Alves, Ricardo. Saúde e Direitos de Propriedade Intelectual: a Política Externa Brasileira na Pandemia. In: Sousa, Ana Tereza L. M. de; Azzi, Diego Araujo; Rodrigues, Gilberto Marcos Antonio (org.). **Política externa brasileira em tempos de isolamento diplomático**. Rio de Janeiro: Telha, 2022. P. 29-46.

Tawane, Nayá. Dia do Cerrado: sob gestão de Bolsonaro, desmatamento no bioma avança. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/11/dia-do-cerrado-sob-gestao-de-bolsonaro-bioma-bat-eu-records-de-destruicao>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

The Paris Agreement. UNFCCC. Disponível em: [The Paris Agreement | UNFCCC](#). Acesso em: 19 de jun de 2024.

Timeline: história das Conferências do Clima. ISA. Disponível em: <https://widgets.socioambiental.org/widgets/timeline/535#3>. Acesso em 6 de jun de 2024.

Toledo, Karina. Acordo de Paris é insuficiente para frear o aquecimento global, diz relatório da ONU. **Jornal da USP**. Disponível em: [Acordo de Paris é insuficiente para frear o aquecimento global, diz relatório da ONU – Jornal da USP](#). Acesso em: 17 de jun de 2024.

TRIVIÑOS Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

Uma Só Terra: Conferência de Estocolmo Completa 50 anos. **CRBio-07**. Disponível em: [“Uma Só Terra”: Conferência de Estocolmo completa 50 anos - CRBio-07](#). Acesso em: 7 de jun de 2024.

Unasul. **Minas e Energia (MME)**. Disponível em: <https://antigo.mme.gov.br/web/guest/assuntos-internacionais/unasul>. Acesso em: 02 de nov de 2024.

UN Climate Change Conference - United Arab Emirates. **United Nations Climate Changes, 2023**. Disponível em: <https://unfccc.int/cop28>. Acesso em: 13 de abri de 2024.

United Nations. Doc. A/RES/44/228, **United Nations Conference on Environment and Development**. Disponível em: <https://documents.un.org/doc/resolution/gen/nr0/549/87/pdf/nr054987.pdf?token=IuP6ppij1FitXehXsi&fe=true>. Acesso em 30 de maio de 2024.

United Nations Framework Convention on Climate Change. **UNFCCC**. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>. Acesso em: 12 de jun de 2024.

United Nations. Universal Declaration of Human Rights - english. **United Nations Human Rights - Office of the High Commissioner**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/english>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

United Nations. Universal Declaration of Human Rights - portuguese. **United Nations Human Rights - Office of the High Commissioner**. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

United Nations. **United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992**. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em 14 de maio de 2024.

United Nations Sustainable Development. **United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992 - Agenda 21**. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

VIOLA, Eduardo. **O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000300003>. Acesso em: 23 de abril de 2024.

Verdélío, Andreia. Lula defende reforma da Unasul como mecanismo de cooperação. **AgênciaBrasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-defende-reforma-da-unasul-como-mecanismo-de-cooperacao>. Acesso em: 03 de nov de 2024.

Verdélío, Andreia. Lula: multilateralismo é único caminho para superar emergência climática. **AgênciaBrasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-multilateralismo-e-unico-caminho-para-superar-urgencia-climatica>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

Vilela, Pedro Rafael. Bolsonaro defendeu não realizar COP 25 no Brasil. **AgênciaBrasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bolsonaro-defendeu-nao-realizar-cop-25-no-brasil>. Acesso em: 23 de out de 2024.